

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Cascais e Estoril como centro de acolhimento de refugiados entre 1931 e 1945

Joana Pires Vieira da Cruz

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor Fábio Alexandre Faria, Professor Auxiliar Convidado
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024

iscte

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

Cascais e Estoril como centro de acolhimento de refugiados entre 1931 e 1945

Joana Pires Vieira da Cruz

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor Fábio Alexandre Faria, Professor Auxiliar Convidado
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024

Agradecimentos

Primeiramente, quero agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Maria João Vaz, pelos conhecimentos que me forneceu ao longo da licenciatura e do mestrado em História Moderna e Contemporânea, pelo incentivo que me deu quando ainda tinha dúvidas de qual tema escolheria para a presente dissertação e pelo apoio que me foi dando ao longo de todo este processo; e claro, ao meu coorientador, Professor Doutor Fábio Alexandre Faria, que desde o início me deu um grande apoio e motivação, assim como valiosos conhecimentos, que muito contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Quero agradecer aos meus pais, pelo incentivo e grande apoio que me deram durante este longo período de trabalho, bem como pelas sugestões e conhecimentos que me ajudaram a desenvolver o mesmo.

Ao André, que me acompanhou de perto durante todos os altos e baixos deste processo, pela sua paciência e apoio.

Quero ainda agradecer aos meus familiares e amigos que estiveram presentes e me apoiaram também durante a realização desta dissertação.

Resumo

A presente dissertação aborda o papel do eixo Estoril-Cascais como centro de acolhimento de refugiados entre 1931, com o estabelecimento da Segunda República Espanhola, e 1945, aquando do final da Segunda Guerra Mundial.

A partir de 1931, inúmeros espanhóis que não se identificavam com o governo republicano de esquerda procuraram refúgio em Portugal, pela proximidade geográfica e pela natureza do regime português, verificando-se um aumento de espanhóis de classe social mais elevada em Cascais e no Estoril.

A Guerra Civil Espanhola, iniciada a 18 de julho de 1936, provocou a saída em massa de espanhóis que fugiam do conflito. Portugal – e a região de Cascais e do Estoril – foi escolhido como destino de inúmeros refugiados, nomeadamente republicanos. Contudo, considerando o contacto destes fugitivos com a população portuguesa uma ameaça ao regime, o Estado Novo tentou impedir a sua entrada no país, iniciando-se uma perseguição e atuação contra os mesmos e quem os ajudasse. Embora formalmente Portugal tenha adotado uma política de não-intervenção neste conflito, apoiou a causa nacionalista.

A partir de 1933, com as perseguições nazis aos opositores políticos e, mais tarde, aos judeus, e sobretudo com o início da Segunda Guerra Mundial, regista-se o maior fluxo de refugiados para Portugal. Cascais e o Estoril tornam-se novamente abrigos temporários para esses indivíduos. Embora nem sempre a primeira escolha dos refugiados devido à natureza do regime do Estado Novo, com o avançar da guerra Portugal passou a ser o único ponto de saída para deixar a Europa.

Palavras-chaves: Refugiados, Cascais-Estoril, Segunda República Espanhola, Guerra Civil Espanhola, Segunda Guerra Mundial

Abstract

This dissertation addresses the role of the Estoril-Cascais area as a center for receiving refugees between 1931, with the establishment of the Second Spanish Republic, and 1945, at the end of World War II.

From 1931 onwards, numerous Spaniards who did not identify with the left-wing republican government sought refuge in Portugal due to the geographical proximity and the nature of the Portuguese regime, leading to an increase in the number of higher-class Spaniards in Cascais and Estoril.

The Spanish Civil War, which began on July 18, 1936, triggered a mass exodus of Spaniards fleeing the conflict. Portugal – and the Cascais and Estoril region – was chosen as a destination by many refugees, particularly republicans. However, considering the contact between these fugitives and the Portuguese population as a threat to the regime, the Estado Novo attempted to prevent their entry into the country, initiating persecution and actions against them and those who helped them. Although Portugal formally adopted a policy of non-intervention in this conflict, it supported the nationalist cause.

From 1933 onwards, with the Nazi persecution of political opponents and later Jews, and especially with the onset of World War II, there was a significant increase in the flow of refugees to Portugal. Cascais and Estoril once again became temporary shelters for these individuals. Although not always the first choice of refugees due to the nature of the Estado Novo regime, as the war progressed, Portugal became the only exit point to leave Europe.

Keywords: Refugees, Cascais-Estoril, Second Spanish Republic, Spanish Civil War, World War II

Índice

Introdução	1
Tema	1
Problemática e Objetivos	2
Estado da Arte	2
Metodologia e Fontes	7
Capítulo 1. Contexto europeu	9
1.1. A Europa entre guerras	9
1.2. O regime do Estado Novo	12
1.3. As relações ibéricas	15
1.4. A evolução de Cascais e do Estoril entre finais do século XIX e a Segunda Guerra Mundial: Uma Era de Transformação	18
Capítulo 2. O papel das autoridades portuguesas no controlo dos refugiados.....	27
2.1. O papel das autoridades portuguesas no eixo Estoril-Cascais	31
Capítulo 3. O refúgio espanhol em Portugal entre o início da Segunda República e o início da Guerra Civil de Espanha	33
3.1. Portugal perante a instauração da Segunda República Espanhola	33
3.2. Os refugiados espanhóis em Portugal entre 1931 e 1936.....	37
3.3. Os refugiados espanhóis em Cascais e no Estoril entre 1931 e 1936	40
Capítulo 4. O refúgio espanhol em Portugal durante a Guerra Civil Espanhola.....	47
4.1. A posição de Portugal perante a Guerra Civil de Espanha.....	47
4.2. Os refugiados espanhóis em Portugal entre 1936 e 1939.....	53
4.3. Os refugiados espanhóis em Cascais e no Estoril entre 1936 e 1939	58
Capítulo 5. Portugal: país de refúgio (ou passagem) durante a Segunda Guerra Mundial.....	65
5.1. Refugiados das perseguições nazis em Portugal, a partir de 1933.....	65
5.2. A posição de Portugal perante a Segunda Guerra Mundial.....	68
5.3. Refugiados em Portugal entre 1939 e 1945	71

5.4. Refugiados em Cascais e no Estoril entre 1939 e 1945	74
Conclusão.....	83
Fontes e Bibliografia.....	87
Anexos	95

Introdução

Tema

A presente dissertação irá focar-se em três momentos cruciais entre 1931 e 1945. O primeiro momento tem início em 1931, com o estabelecimento da Segunda República em Espanha, que levou inúmeros espanhóis a procurar refúgio no país vizinho, devido à proximidade geográfica e à vigência do regime do Estado Novo. Estes refugiados, na sua maioria de orientação política de direita, instalaram-se sobretudo na região litoral do país, incluindo em Cascais e no Estoril – o que demonstra que eram indivíduos de classes sociais mais elevadas. De facto, a instalação do general espanhol Sanjurjo no Estoril também influenciou inúmeros espanhóis com mais posses a escolher esta zona como destino.

O segundo momento inicia-se em 1936, com a Guerra Civil Espanhola, que levou à saída em massa de espanhóis que fugiam a este conflito, tendo Portugal sido escolhido como destino de muitos destes refugiados, particularmente republicanos. Muitos encontraram refúgio e apoio em Cascais e no Estoril. No entanto, a sua entrada em Portugal não foi facilitada, uma vez que, ao contrário dos refugiados espanhóis que haviam fugido da República Espanhola a partir de 1931, muitos destes eram de esquerda, o que era visto pelo Estado Novo como uma ameaça ao regime. Além disso, apesar de Portugal ter adotado uma política de não-intervenção perante esta guerra, o regime apoiou a causa nacionalista.

Por fim, o terceiro momento inicia-se em 1939, data de começo da Segunda Guerra Mundial, ainda que já tivessem entrado inúmeros refugiados em Portugal a partir de 1933, devido às perseguições nazis. Muitos exilaram-se em Cascais e no Estoril, onde vários hotéis e casas particulares se transformaram em abrigos temporários. Os refugiados da Segunda Guerra Mundial tinham perfis socioprofissionais diversos, incluindo pessoas do mundo das artes e do espetáculo, como escritores, pintores e atores, bem como políticos, em contraste com os refugiados da Guerra Civil Espanhola, que apresentaram um perfil socioprofissional diferente e um estatuto social inferior. Além disso, devido à neutralidade de Portugal durante a Segunda Guerra, foram várias as famílias reais que se exilaram na referida região. Os que fugiam a esta guerra, vindos de várias partes do mundo, causaram um grande impacto cultural na população portuguesa, uma vez que trouxeram ideias, hábitos e comportamentos a que a

sociedade do Estado Novo não estava acostumada, principalmente no que dizia respeito às mulheres.

Em suma, durante os três momentos mencionados, no período entre 1931 e 1945, verificou-se uma intensa movimentação de refugiados que entraram em Portugal, para fugir a guerras, à agitação e à perseguição política.

Problemática e Objetivos

São várias as questões que se colocam para uma melhor investigação acerca do tema desta dissertação, sendo as duas principais: porque é que tantos refugiados, que fugiam ao estabelecimento da Segunda República em Espanha, à Guerra Civil Espanhola e, sobretudo, à Segunda Guerra Mundial, escolheram Portugal, incluindo a zona de Cascais e do Estoril, como destino para o seu exílio ou mero ponto de passagem? Porquê Portugal, sendo este um país em ditadura? Neste contexto, o objetivo primordial desta dissertação é compreender o porquê desta entrada massiva de refugiados em Portugal, ao invés de terem optado por outros países que não estivessem sob ditadura ou que, em termos geográficos, fossem mais fáceis de aceder, para além de compreender o porquê da escolha do eixo Estoril-Cascais para se instalarem.

Outra questão crucial é saber quem eram estes refugiados que se instalavam no eixo, ou que utilizavam o país apenas como passagem, e qual era a sua proveniência, pois é importante perceber qual era o perfil socioprofissional destes indivíduos, assim como é interessante saber de que país vinham e as razões por que estavam a fugir. Neste sentido, é fundamental fazer uma comparação entre os refugiados dos três momentos anteriormente mencionados.

Por fim, uma outra questão que se coloca é: qual foi a reação das populações locais perante os refugiados? É essencial analisar e compreender quais foram as atitudes das entidades e da população local, em relação a estes.

Estado da Arte

Para desenvolver a presente dissertação, é necessária uma investigação mais aprofundada acerca dos refugiados que entraram em Portugal entre 1931 e 1945 e que se exilaram na zona de Cascais e do Estoril em si, já que teve um papel tão importante a nível social, cultural, económico e político. Neste contexto, há três temas cruciais em que a investigação e as obras analisadas se deverão focar. Um dos temas é o do acontecimento político, isto é, o

estabelecimento da Segunda República em Espanha, e dos conflitos em causa, a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial e, naturalmente, a posição portuguesa perante os mesmos. Outro tema é Cascais e Estoril nas décadas de 1930 e 1940. Por último, será analisada a presença de refugiados em Portugal no geral e, claro, em Cascais e no Estoril, em particular.

Em primeiro lugar, irá ser destacada a investigação e literatura associadas ao primeiro tema mencionado – o acontecimento político e os conflitos, e a posição portuguesa perante os mesmos.

Em 1985, é publicada a obra *Portugal e a II República de Espanha, 1931-1936*¹, de César Oliveira, em que são analisadas as relações entre o regime do Estado Novo e a Segunda República Espanhola. Do mesmo autor, em *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*², publicado em 1987, e *Guerra Civil de Espanha*³, de 1999, são abordadas as relações entre Portugal e Espanha durante este período conturbado.

No artigo “A guerra de propaganda de Salazar. Os correspondentes portugueses e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”⁴, publicado em 2003, Alberto Pena Rodríguez aborda a presença de correspondentes portugueses na Guerra Civil Espanhola, cujo papel foi fortemente controlado pelo Estado Novo, que apoiava as forças nacionalistas e repudiava o comunismo. É um importante complemento para esta dissertação, pois evidencia como o regime controlava e censurava toda a informação, manipulando assim a população portuguesa.

A obra *Breve História da Guerra Civil de Espanha*⁵, de Helen Graham, de 2006, dá-nos uma perspetiva mais ampla acerca desta guerra, referindo inclusive a influência dos diversos países neste conflito, nomeadamente Portugal.

Paulo Rodrigues Ferreira, na sua tese de doutoramento, *Iberismo, hispanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)*⁶, de 2016, analisa as relações entre Portugal e Espanha, explorando os diversos conceitos de iberismo e hispanismo, e como essas ideias moldaram as interações entre os dois países durante o período entre 1908 e 1931.

¹ OLIVEIRA, César. *Portugal e a II República de Espanha, 1931-1936*. Lisboa: Perspetivas & Realidades, 1985.

² OLIVEIRA, César. *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1987.

³ OLIVEIRA, César. “Guerra Civil de Espanha”. In BARRETO, António e Maria Filomena MÓNICA (coords.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, vol. VIII.

⁴ RODRÍGUEZ, Alberto Pena. “A guerra de propaganda de Salazar. Os correspondentes portugueses e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”. *Media & Jornalismo*. 2003, Vol. 3, pp. 9-22.

⁵ GRAHAM, Helen. *Breve história da Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Tinta-da-China Editores, 2006.

⁶ FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues. *Iberismo, hispanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016.

*Holocausto*⁷, de Irene Flunser Pimentel, publicado em 2020, aborda, entre várias outras questões, a visão e a reação do regime português perante o holocausto e ainda a opinião da população portuguesa quando descobriu o que estava a acontecer – tardiamente e, apenas em parte, devido à censura imposta pela ditadura.

De seguida, temos a investigação e literatura ligadas ao tema Cascais e Estoril nas décadas de 1930 e 1940.

Na obra *Da Riviera portuguesa à Costa do Sol (Cascais, 1850-1930)*⁸, publicada em 2011, João Miguel Henriques expõe a evolução do concelho de Cascais durante o período compreendido entre 1850 e 1930. Na obra *Cascais: Território. História. Memória. 650 ANOS. (1364-2014)*⁹, uma colaboração entre vários autores como João Miguel Henriques e Irene Flunser Pimentel, publicada em 2014, são apresentados os momentos mais significativos na história e desenvolvimento do concelho, desde 1364 até ao ano de 2014. *Os 100 anos do Projeto Estoril: 1914-2014*¹⁰, publicado em 2016, é uma colaboração entre vários autores como João Miguel Henriques e Cristina Carvalho, e analisa também momentos determinantes da evolução do eixo Estoril-Cascais.

Na tese de doutoramento de Maria Cristina de Carvalho dos Anjos, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais (1929-1939): Equipamentos, Eventos e Promoção do Destino*¹¹, de 2012, a autora disserta sobre o concelho de Cascais no período entre 1929 e 1939. Na dissertação de mestrado de Gracinda Vicente, *Hotel Palácio Estoril - Turismo e lazer em tempos de mudança (1930-1945)*¹², de 2019, aborda-se pormenorizadamente o Hotel Palácio Estoril no período entre 1930 e 1945.

Por fim, destaca-se a investigação e literatura acerca dos refugiados em Portugal no geral e, naturalmente, em Cascais e no Estoril, durante este período.

⁷ PIMENTEL, Irene Flunser. *Holocausto*. Lisboa: Temas e Debates, 2020.

⁸ HENRIQUES, João Miguel. *Da Riviera portuguesa à Costa do Sol (Cascais, 1850-1930)*. Lisboa: Edições Colibri; Cascais: Câmara Municipal, 2011.

⁹ HENRIQUES, João Miguel (coord.). *Cascais: Território. História. Memória. 650 anos. (1364-2014)*. Cascais: Câmara Municipal, 2014.

¹⁰ CARVALHO, Cristina (coord.) e João Miguel HENRIQUES (coord.). *Os 100 anos do Projeto Estoril: 1914-2014*. Cascais, Portugal: Câmara Municipal de Cascais, 2016.

¹¹ ANJOS, Maria Cristina de Carvalho dos. *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais (1929-1939): Equipamentos, Eventos e Promoção do Destino*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

¹² VICENTE, Gracinda Maria Gil Marques Borrero. *Hotel Palácio Estoril - Turismo e lazer em tempos de mudança (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2019.

Irene Flunser Pimentel, na obra *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial: Em fuga de Hitler e do Holocausto*¹³, publicada em 2006, relata como Portugal se tornou num importante centro de acolhimento para milhares de refugiados, entre os quais inúmeros judeus, que fugiam do Holocausto e das perseguições nazis. Refere como milhares destes indivíduos foram salvos, nomeadamente graças aos vistos concedidos por cônsules portugueses e, simultaneamente, como os mesmos trouxeram uma nova energia a um país tão fechado e conservador, com os seus comportamentos e ideias a que a população portuguesa não estava acostumada.

Nos artigos “Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”¹⁴ (2017) e “Passando a fronteira em tempos conturbados. Refugiados espanhóis em Portugal no decorrer da década de 1930”¹⁵ (2023), e na sua tese de doutoramento (2021) *Refugiados espanhóis em Portugal: entre a repressão policial e a solidariedade popular (1936-1945)*¹⁶, Fábio Alexandre Faria oferece uma análise abrangente e detalhada da presença dos refugiados espanhóis em Portugal, durante a década de 1930 até à Segunda Guerra Mundial, destacando os desafios por eles enfrentados, assim como as reações e respostas das autoridades e da sociedade portuguesa aos mesmos.

O artigo de Luís Cunha “A Guerra também foi nossa: Memórias Raianas da Guerra Civil Espanhola”¹⁷, publicado em 2020, aborda as memórias de alguns portugueses que o autor entrevistou, que na época da guerra civil viviam na região de Campo Maior, zona que acolheu inúmeros refugiados espanhóis. O autor expõe os meios de sobrevivência encontrados pelos refugiados durante o exílio, de que é exemplo a atividade contrabandista.

No livro *Refugiados da Segunda Guerra Mundial nas Caldas da Rainha (1940-1946)*¹⁸, publicado em 2017, Carolina Henriques Pereira faz uma análise à presença de refugiados nas

¹³ PIMENTEL, Irene Flunser. *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial: Em fuga de Hitler e do Holocausto*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006.

¹⁴ FARIA, Fábio Alexandre. “Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”. *Revista Portuguesa de História*. 2017, Nº 48, pp. 61-84.

¹⁵ FARIA, Fábio Alexandre. “Passando a fronteira em tempos conturbados. Refugiados espanhóis em Portugal no decorrer da década de 1930”. *História: Revista da FLUP*. 2023, IV Série, Vol. 13, Nº 1, pp. 54-74.

¹⁶ FARIA, Fábio Alexandre. *Refugiados espanhóis em Portugal: entre a repressão policial e a solidariedade popular (1936-1945)*. Tese de Doutoramento, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2021.

¹⁷ CUNHA, Luís. “A Guerra também foi nossa: Memórias Raianas da Guerra Civil Espanhola”. *O Pelourinho: Boletim de Relaciones transfronterizas*. 2020, Nº. 24, pp. 105-118.

¹⁸ PEREIRA, Carolina Henriques. *Refugiados da Segunda Guerra Mundial nas Caldas da Rainha (1940-1946)*. Lisboa: Edições Colibri, 2017.

Caldas da Rainha, apresentando dados sobre os mesmos, como as suas nacionalidades, e revelando ainda alguns relatos pessoais.

Na obra *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão*¹⁹, de 2014, Ansgar Schaefer mostra como Portugal por um lado foi a salvação de milhares de refugiados mas, por outro lado, como o regime português foi implementando restrições à sua entrada, controlando também a sua estadia no país.

Dulce Simões, em *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola: Resistências, Solidariedades e usos da Memória*²⁰, de 2016, afirma que a Guerra Civil Espanhola foi um conflito internacional que atravessou a fronteira portuguesa. Focando-se no concelho de Barrancos, a autora revela que com o início deste conflito se verificou a intensificação do controlo e da perseguição política a estrangeiros, enquanto a população raiana foi desenvolvendo estratégias de resistência.

Irene Vaquinhas, no artigo “Huyendo de la guerra civil: los refugiados españoles en Figueira da Foz (1936-1939)”²¹, publicado em 2015, focou-se nos refugiados espanhóis que se deslocaram pela Figueira da Foz, tendo-se esta estância balnear transformado num porto de abrigo. A autora fala também do papel da imprensa local e da autarquia no apoio aos nacionalistas, demonstrando que a primeira, ao mesmo tempo que condenava a crueldade entre compatriotas, manifestava o seu apoio a apenas um dos lados do conflito.

O período entre 1931 e 1945 foi marcado por um mundo imerso em tensões e conflitos, particularmente na Europa. Como vimos, durante estes anos houve inúmeros indivíduos a fugir dos seus países, sendo que Portugal foi um importante destino para os mesmos – também Cascais e o Estoril acolheram inúmeros refugiados. Nesta dissertação pretende-se preencher uma lacuna relativamente à falta de obras ou outros estudos que abranjam os três momentos em análise neste trabalho, na região de Cascais e do Estoril, já que desempenhou um papel crucial em termos sociais, políticos e económicos, ao acolher inúmeros refugiados de classes sociais mais altas.

¹⁹ SCHAEFER, Ansgar. *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

²⁰ SIMÕES, Dulce. *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola: Resistências, Solidariedades e usos da Memória*. Lisboa: Edições Colibri, 2016.

²¹ VAQUINHAS, Irene Maria. “Huyendo de la guerra civil: los refugiados españoles en Figueira da Foz (1936-1939)”. In *Pensar com la Historia desde el siglo XXI: Actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*. Madrid: UAM EDICIONES, 2015, pp. 4833-4854.

Metodologia e Fontes

Para além da consulta e análise de fontes secundárias, isto é, a investigação e as obras mencionadas no tópico anterior, é fundamental a utilização e consulta de diversas fontes primárias para o desenvolvimento desta dissertação.

Foram consultados documentos oficiais do governo português e de outras autoridades, nomeadamente da polícia política, entre eles, relatórios e decretos-lei.

O jornal *Diário de Lisboa* é crucial para a compreensão da posição portuguesa perante os conflitos em análise. Assim, consultaram-se várias edições deste jornal referentes ao período entre 1931 e 1945. Neste contexto, foram analisados os artigos relativos ao período do estabelecimento da Segunda República Espanhola, da Guerra Civil Espanhola e da Segunda Guerra Mundial, que sustentam a problemática apresentada anteriormente. Contudo, é importante ter em conta que, por causa da censura que era feita pelo regime do Estado Novo, o que é dito no jornal muitas vezes poderá não corresponder totalmente à realidade – o mesmo se aplica aos jornais que irão ser mencionados de seguida. Podemos ver, por exemplo, no caso da Guerra Civil de Espanha, a manipulação que era feita pelo regime para que as pessoas se virassem contra o comunismo e contra a esquerda, mesmo aquele tendo dito que não estava de nenhum dos lados e tendo oficialmente adotado uma política de neutralidade. Também o *Diário da Manhã* é importante para compreender estes aspetos. *O Estoril*, jornal local – que se encontra disponível na Hemeroteca Municipal de Lisboa –, é uma fonte valiosa e fundamental para este estudo, pois relata detalhadamente o desenvolvimento e as melhorias do concelho de Cascais, além de registar os indivíduos que se iam instalando nos hotéis da região e de cobrir vários eventos relevantes, o que serve de complemento a documentos oficiais do governo português e também à bibliografia utilizada no presente trabalho.

Fotografias tiradas durante este período, que documentam a presença de refugiados na zona de Cascais e do Estoril, são também essenciais.

Registos de hotéis e de outros tipos de alojamento desempenham um papel determinante ao proporcionar dados sobre o número de refugiados que aí se instalaram, as suas nacionalidades e os seus perfis socioprofissionais. No Arquivo Histórico Municipal de Cascais e no Arquivo Digital de Cascais encontram-se registos de vários boletins de alojamento de hóspedes em hotéis, pensões e outros tipos de alojamento que existiam no concelho. Muitos destes boletins estão organizados por pastas, sendo cada uma delas correspondente ao país de origem dos hóspedes.

Todas estas fontes são o tipo de documentação indicada e procurada para fundamentar esta investigação. Deste modo, foi feita uma análise qualitativa, quantitativa e comparativa dos dados recolhidos das fontes mencionadas. A pesquisa deste tipo de fontes incidiu, sobretudo, sobre a consulta dos documentos encontrados no Arquivo Histórico Municipal de Cascais, assim como no Arquivo Digital de Cascais.

Capítulo 1. Contexto europeu

Neste capítulo pretende-se abordar a situação europeia entre as duas grandes guerras, em que o continente estava imerso em tensões e conflitos que levaram ao surgimento de vários regimes ditatoriais. Portugal não foi exceção, tendo sido governado por dois regimes autoritários neste período: a Ditadura Militar, a partir de 1926, e o Estado Novo, a partir de 1933. O Estado Novo caracterizava-se pelo seu pendor autoritário, recorrendo à restrição das liberdades individuais e dos direitos políticos, tendo por objetivo assegurar a estabilidade política e social do país, bem como o seu progresso económico.

São ainda abordadas as relações ibéricas durante o período entre guerras, bem como a evolução do eixo Estoril-Cascais, para que seja possível compreender o que levou a região a tornar-se um refúgio de luxo para indivíduos de classes mais altas.

1.1. A Europa entre guerras

O século XX foi marcado por fortes contrastes, uma vez que, se por um lado se verificaram avanços extraordinários, nomeadamente a nível da tecnologia, da ciência e da medicina, e também grandes conquistas, entre as quais os direitos civis, os direitos das mulheres e o direito à autodeterminação das nações, por outro lado assistiu-se à radicalização política em diversos países e a vários desafios e conflitos devastadores que ceifaram milhões de vidas e deixaram “cicatrices” duradouras em países e sociedades por todo o mundo, como é o caso das duas guerras mundiais. Deste modo, o século XX revolucionou a forma como a humanidade vive, tendo trazido relevantes progressos na qualidade de vida de milhões de pessoas, ao mesmo tempo que foi um “século de declínio em muitas regiões do globo”²², com “guerras em curso neste ou naquele ponto do globo, com tropas em combate mortal, e com a notícia quotidiana de mortos e feridos nos jornais”²³.

No princípio do século XX, a Europa estava a passar por várias tensões, nomeadamente pelo facto de a Alemanha se ter formado, na perspetiva dos restantes países europeus, muito depressa, tendo criado um desequilíbrio no continente. Estas tensões agravaram-se com o assassinato do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono Austro-Húngaro, por um nacionalista sérvio bósnio, durante uma visita a Sarajevo, em julho de 1914. A Áustria-Hungria

²² GILBERT, Martin. *História do Século XX*. Vol. I. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2009, p. 7.

²³ GILBERT, *História do Século XX*, Vol. I, 2009, p. 9.

culpou a Sérvia e declarou-lhe guerra, arrastando consigo os seus aliados e desencadeando a Primeira Guerra Mundial, que deixou a Europa em ruínas, com milhões de mortos, feridos e deslocados, e países enfraquecidos e endividados.

A 11 de novembro de 1918, é assinado o Armistício, que põe fim à Primeira Guerra Mundial. No final desta guerra foram assinados vários tratados, entre os países vencedores e os países derrotados, que redefiniram as fronteiras da Europa, dando origem a novas tensões. O Tratado de Versalhes, assinado com a Alemanha em 1919, foi o principal acordo de paz que encerrou a Primeira Guerra. No entanto, ao invés de garantir uma paz duradoura, o tratado culpou a Alemanha pela guerra, impondo-lhe pesadas penalizações, entre as quais se incluíam reparações económicas, perdas territoriais significativas e o desmantelamento das forças armadas. Os alemães aceitaram o acordo, que foi visto como um “*Diktat*” (uma imposição). Esta situação alimentou ressentimentos e instabilidade política na Alemanha, criando um terreno fértil para o surgimento do nazismo.

O período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial na Europa foi marcado por uma série de transformações políticas, sociais e económicas que moldaram profundamente o continente e influenciaram eventos globais. Na década de 1920 assistiu-se a uma tentativa de reconstrução e estabilização na Europa, com o surgimento de novas democracias e esforços para a cooperação internacional, como a Sociedade das Nações. No entanto, a Grande Depressão, com início em 1929 nos Estados Unidos da América, teve repercussões devastadoras na economia europeia, levando ao desemprego em massa, à pobreza e à instabilidade política em muitos países. Esta crise teve especial impacto na economia alemã, que ainda estava a recuperar dos efeitos da Primeira Grande Guerra, provocando uma grave recessão e gerando o aumento de popularidade do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Partido Nazi), fundado em 1920, que prometia não respeitar o Tratado de Versalhes, nomeadamente mediante um reforço da economia, a criação de mais postos de trabalho e o investimento nas forças armadas. Sob a liderança de Adolf Hitler, o Partido Nacional-Socialista atribuía aos judeus a responsabilidade pelo desastre económico do país, para além de defender a superioridade racial alemã. Em 1932, este partido vence as eleições, tendo sido apoiado por uma grande parte da sociedade alemã, que via na narrativa de Hitler a solução para a crise económica e moral com que a Alemanha se debatia desde a sua derrota em 1918. A crise arrastou-se até janeiro de 1933, quando Hitler, por ser o líder do maior partido, foi nomeado Chanceler pelo presidente alemão Hindenburg, e o Partido Nazi foi assim conquistando cada vez mais poder. Os restantes partidos políticos foram extintos. Em 1934,

com a morte de Hindenburg, os cargos de presidente e chanceler fundem-se numa só pessoa, Hitler, que passou a ter o poder absoluto na Alemanha.

Deste modo, o período entre guerras caracterizou-se por um clima de incerteza, instabilidade e crescente radicalização política. A incapacidade dos sistemas democráticos para lidar com os desafios desse período, em que as crises económicas e sociais eram uma constante, abriu caminho para o surgimento de regimes totalitários e para a Segunda Guerra Mundial. Estes regimes, como o nazismo de Adolf Hitler e o fascismo de Benito Mussolini, exploraram o descontentamento popular, prometendo ordem, segurança e soluções para os problemas com que a Europa se debatia. O fascismo na Itália tinha como objetivo “fundir a nação num todo orgânico que trabalhasse pela grandeza da Itália”²⁴. As políticas expansionistas destes regimes, com especial relevo para a anexação da Áustria por parte da Alemanha (*Anschluss*), deram origem a novos focos de tensão na Europa e viriam a desencadear a Segunda Grande Guerra.

Entre as duas grandes guerras ocorreram ainda outros conflitos na Europa, quer de ordem política, como a Instauração da Segunda República em Espanha e as perseguições nazis, quer bélicos, como a Guerra Civil Espanhola. De acordo com Luís Cunha²⁵, esta foi um conflito entre o socialismo emergente, que ganhou as eleições por maioria absoluta no mesmo ano em que a guerra começou, e o conservadorismo católico, influenciado pelo fascismo. As democracias defenderam a não-intervenção militar nesta guerra. Logo após o golpe, a 19 de julho de 1936, o governo republicano tentou assegurar apoio militar por parte da Grã-Bretanha e da França, porém ambos os países se mostraram relutantes. Todavia, os republicanos contaram com o apoio da URSS e do México, assim como das Brigadas Internacionais, que eram compostas por voluntários estrangeiros de todas as partes do mundo, incluindo portugueses. Aliás, ainda antes da formalização das Brigadas Internacionais, havia já uma presença significativa de voluntários estrangeiros que lutavam pela causa republicana, mesmo que, como afirma o historiador Eric Hobsbawm²⁶, em muitos casos, provavelmente estivessem a lutar e a morrer por um país que mal conheciam. Já a causa nacionalista contou com o apoio da Alemanha, da Itália e de Portugal, sendo que a Alemanha apoiou Espanha com o propósito de ter um novo aliado e de enfraquecer a Grã-Bretanha, e a Itália acreditava que era positivo para o seu país apoiar a direita espanhola, até porque tinha ambições expansionistas: a “Itália de Benito Mussolini ambicionava reconstruir o Mare Nostrum do império romano e os seus

²⁴ GILBERT, *História do Século XX*. Vol. II, 2009, p. 71.

²⁵ CUNHA, “A Guerra também foi nossa...”, 2020, p. 106.

²⁶ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 160 e 161.

dirigentes políticos já tinham contactos estabelecidos desde 1931 com os conspiradores militares espanhóis”²⁷.

Os conflitos que ocorreram neste período, e sobretudo a Segunda Guerra Mundial, levaram à fuga de milhões de indivíduos para outros países: alguns procuravam fugir a perseguições políticas e outros fugiam da situação de guerra. Neste contexto, Portugal foi um dos destinos escolhidos, mesmo que por vezes fosse apenas o local de passagem para outros países ou continentes, principalmente para as Américas.

1.2. O regime do Estado Novo

Durante o período entre guerras, Portugal enfrentou uma série de desafios internos e externos que moldaram a sua trajetória política, económica e social. A Primeira República foi interrompida em 1926 com a instauração da Ditadura Militar, tendo o regime autoritário do Estado Novo sido oficializado em 1933, aquando da aprovação da Constituição deste mesmo ano, que vigorou até 1974, aquando da Revolução de 25 de Abril. Foi liderado, até 1968, por António de Oliveira Salazar, que se tornou o líder incontestável do país durante grande parte desse período e, a partir desta data, por Marcello Caetano.

Na primeira metade da década de 1930, houve uma série de reações à ascensão de Salazar como líder cada vez mais poderoso do governo em Portugal. Salazar procurou consolidar o seu controlo político não apenas eliminando a sua oposição direta, mas também afastando aqueles que haviam sido úteis para a sua ascensão, mas que já não lhe eram necessários. Nesse período, ocorreram agitações sociais e várias revoltas, em que a oposição tentou realizar golpes de estado para contrariar o fortalecimento do poder centralizado em Salazar. Esses golpes, durante a década de 1930, tiveram resultados variados, mas na sua maioria apenas contribuíram para consolidar o seu papel como figura central e determinante no governo. As revoltas proporcionaram a Salazar a oportunidade de assumir o controlo da situação com mais facilidade e realizar as suas “limpezas” políticas, consolidando ainda mais o seu domínio sobre o país.

Com isto, avança-se para a criação de vários instrumentos e instituições, entre 1930 e 1933 (e 1936), que irão acompanhar a institucionalização do Estado Novo: Acto Colonial (julho 1930); União Nacional (julho 1930); Constituição (abril 1933); Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, PVDE (agosto 1933); Secretariado de Propaganda Nacional, SPN (setembro 1933); Ação Católica Portuguesa (novembro 1933); Mocidade Portuguesa (maio 1936); Legião

²⁷ OLIVEIRA, “Guerra Civil...”, 2002, vol. VIII.

Portuguesa (setembro 1936) – a ameaça de Espanha, durante a Guerra Civil Espanhola, bem como a ameaça dos regimes italiano e alemão, acaba por, de alguma maneira, levar à criação destas instituições paramilitares (Mocidade Portuguesa e Legião Portuguesa). De acordo com Filipe Ribeiro de Meneses, embora tenha sido Salazar a definir a base ideológica do Estado Novo, este “não era um pensador original, desbravador de novo terreno teórico”²⁸. Aliás, no entender de Manuel de Lucena, o Estado Novo, incluindo alguns dos seus instrumentos e instituições, teve características inspiradas em regimes autoritários, como o regime fascista de Mussolini – é o caso da União Nacional, cujo desempenho se assemelhava ao do Partito Nazionale Fascista²⁹.

Quatro destes instrumentos e instituições, fundamentais para uma melhor compreensão desta dissertação, são a União Nacional, a Constituição, a PVDE e o SPN. A União Nacional, era o partido único, destinado a agregar as forças civis que apoiavam o novo regime (todos aqueles que eram contra o sistema multipartidário). A sua organização era centralizada, gerida pelo Presidente do Conselho, tendo o monopólio da representação política. Deste modo, toda a oposição estava impossibilitada de atuar e de participar na vida política ativa.

Portugal, desde 1926, estava desprovido de qualquer Constituição, uma vez que a de 1911 havia sido suspensa. Em 1933, Salazar empenha-se na implementação da Constituição deste mesmo ano³⁰, que oficializou o Estado Novo. O regime português diferencia-se de outras experiências e regimes da época, pois nem todos tinham constituição. Esta começa com algumas declarações de princípios e valores que deviam reger a vida política portuguesa. Cinco princípios orientadores do regime eram a recusa do demoliberalismo (recusa da democracia e do sistema liberal); a promoção de um sistema corporativista em que os diferentes setores da sociedade eram organizados em sindicatos controlados pelo Estado, o que permitia ao governo exercer um controlo rígido sobre a economia e a sociedade – fundamentalmente, o princípio de que tudo se subordinava aos interesses superiores da Nação; o Estado forte e o Presidencialismo bicéfalo, que consiste num equilíbrio e semelhança de poderes entre o Presidente da República e o Presidente do Conselho – na prática, há uma total centralização do poder em Salazar

²⁸ MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: Uma biografia política*. Alfragide: Dom Quixote, 2010, p. 107.

²⁹ MENESES, *Salazar...*, 2010, pp. 188 e 189.

³⁰ O sufrágio foi obrigatório para os eleitores, a quem era entregue um boletim de voto onde se encontrava a pergunta “Aprova a Constituição da República Portuguesa?”. As abstenções e os votos em branco foram contados como votos a favor e, não havendo a opção “não”, quem optasse pela mesma teria de o escrever, sendo que esse indivíduo seria facilmente identificado.

(Presidente do Conselho); o intervencionismo económico-social – a atividade económica era vista como parte da organização política, e tinha de ser controlada por um Estado forte e equilibrado; e o imperialismo colonial – o regime sustentou o controlo sobre as suas colónias através de uma administração autoritária e frequentemente repressiva. Porém, todos estes princípios seriam alvo de uma aplicação prática muito distinta.

A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), criada em 1933, tinha raízes que remontavam aos períodos da I República e da Ditadura Militar. No entanto, o regime do Estado Novo fortaleceu consideravelmente esta nova polícia, tornando-a cada vez mais central e poderosa³¹. A PVDE usufruía de uma extensa rede de informadores, o que ampliava significativamente a sua capacidade de ação. Embora oficialmente dependesse do Ministro do Interior, na prática estava diretamente subordinada ao Presidente do Conselho, o que lhe conferia uma posição de destaque no controlo do regime. Para lidar com crimes políticos, o Estado Novo estabeleceu uma rede própria de tribunais, conhecidos como Tribunais Plenários ou Militares, bem como prisões políticas para deter e julgar opositores do regime, o que garantia que os dissidentes fossem julgados e punidos de acordo com os interesses daquele. A censura era uma característica predominante do Estado Novo, sendo a imprensa, o cinema, a literatura e outras formas de expressão artística estritamente controladas pelo governo, que buscava evitar qualquer forma de crítica ou oposição. As Comissões de Censura tinham por objetivo controlar a informação e garantir que apenas aquela que fosse favorável ao regime poderia ser divulgada. O papel da imprensa não era o de simplesmente informar, mas sim o de “formar” as mentes e os espíritos de acordo com os interesses do regime. Isso envolvia a disseminação de propaganda e a supressão de informações críticas ao governo, contribuindo para a manutenção do controlo autoritário e repressivo do Estado Novo sobre a sociedade portuguesa.

Por fim, temos o Secretariado de Propaganda Nacional, que desempenhou um papel importante na promoção dos princípios nacionalistas e na uniformização da cultura e das artes. A propaganda em Portugal não tinha como objetivo a mobilização das massas como na Alemanha nacional-socialista ou na Itália Fascista, mas sim o de “formar os espíritos”.

Pela altura em que o Estado Novo estava internamente consolidado, Salazar focou-se mais aprofundadamente na política externa. A questão peninsular foi o principal foco de preocupação das relações externas portuguesas nos anos 1930. O regime recupera,

³¹ RIBEIRO, Maria da Conceição. *A polícia política no Estado Novo: 1926-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

definitivamente, o equilíbrio entre Lisboa-Londres-Madrid, como mecanismo essencial para garantir a dualidade peninsular.

Ainda em termos de política externa, Portugal procurou manter uma posição de neutralidade durante a maior parte do período entre as guerras mundiais, embora tenha enfrentado inúmeros desafios e pressões causados pela situação internacional. A Guerra Civil Espanhola representou um desafio particular para Portugal, que temia a propagação do comunismo e a perda da integridade do país.

1.3. As relações ibéricas

Na década de 1920, foram instaurados regimes ditatoriais em ambos os países da Península Ibérica. Em Espanha, foi implementado pelo general Primo de Rivera, entre 1923 e 1930 e, em Portugal, após um golpe de Estado em maio de 1926, liderado pelo general Gomes da Costa, iniciou-se uma ditadura militar, que perdurou até ao início oficial do Estado Novo, em abril de 1933. Perante a coexistência destas duas ditaduras, as relações entre Portugal e Espanha foram caracterizadas por uma certa proximidade – embora tenham persistido numerosas suspeitas acerca das intenções espanholas para a Península. Contudo, enquanto em Portugal a situação política se manteve estável, já que o regime apenas mudou de uma ditadura militar para uma ditadura civil, em Espanha ocorreram várias mudanças de regime e de governo durante a década de 1930³². Como resultado, durante esta década, a Península Ibérica viveu num ambiente de choque político, o que teve um impacto direto na circulação de refugiados.

Com a instauração da Segunda República em Espanha, a 14 de abril de 1931, as relações ibéricas tornaram-se ainda mais complexas, uma vez que o governo republicano espanhol prestava auxílio aos opositores ao regime português, tendo como objetivo a queda da ditadura em Portugal e, conseqüentemente, o estabelecimento de um regime político mais alinhado com a República espanhola. Além disso, vários exilados portugueses que agiram contra a ditadura em Portugal receberam apoio de republicanos espanhóis. Assim, para o governo português, a República em Espanha representava uma ameaça para o seu regime, sendo “sinónimo de perigo revolucionário, de apoio aos exilados e de perigo iberista”³³.

No entanto, já após o Estado Novo ter sido oficializado, a situação tornou-se mais vantajosa para Portugal, visto que no período compreendido entre novembro de 1933 e fevereiro de 1936, a ascensão de um governo conservador em Espanha levou a nova aproximação entre os países.

³² FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, p. 56.

³³ FERREIRA, *Iberismo, hispanismo...*, 2016, p. 296.

Nas eleições de 16 de fevereiro de 1936, em Espanha, a Frente Popular, coligação de partidos de esquerda, vence. Com estas mudanças, a “ameaça” espanhola tornou-se novamente uma grande preocupação do regime português, destacando-se na agenda política e diplomática de Portugal. Para além da Frente Popular, que congregava as forças de esquerda (republicanos, socialistas, comunistas, anarquistas e sindicatos operários), emergiu a Frente Nacional, que juntava as forças de direita (partidos nacionalistas de direita – monárquicos, conservadores e falangistas). A direita não aceitou a sua derrota, mantendo-se ativa. Deste modo, entre 17 e 18 de julho de 1936, o general Francisco Franco e o seu exército revoltam-se contra o governo republicano, dando início a uma rebelião militar nos territórios espanhóis do norte de África, desencadeando a Guerra Civil Espanhola.

Em Portugal, em 1936, o Estado Novo ainda estava num processo de consolidação interna e externa e Salazar apercebeu-se que a subida da esquerda ao poder em Espanha seria uma ameaça direta ao regime, pelo seu carácter esquerdista e revolucionário. Assim, logo no início da Guerra Civil de Espanha, dá-se uma aproximação entre o regime português e o grupo nacionalista liderado por Franco. A nível internacional, os nacionalistas foram apoiados pela Alemanha, pela Itália e por Portugal, enquanto os republicanos foram apoiados pela União Soviética e pelo México – embora vários republicanos portugueses tenham lutado do lado dos republicanos espanhóis no conflito. Assim, embora formalmente Portugal tenha adotado uma política de não-intervenção, apoiou Espanha ou, mais especificamente, a causa nacionalista, a nível militar, político, logístico e diplomático. O regime português considerava ser seu dever o fornecimento de todo o auxílio possível aos nacionalistas na luta contra os republicanos, até porque se não o fizesse poderia estar a pôr em perigo o próprio território nacional³⁴. Além disso, este conflito foi um dos fatores que contribuiu para o reforço da repressão do regime do Estado Novo.

Alberto Pena Rodríguez salienta o importante papel que a imprensa portuguesa teve no conflito, tendo sido utilizada em favor do Estado Novo e dos nacionalistas. Foram enviados para Espanha mais de trinta jornalistas e fotógrafos dos principais jornais portugueses, que lá se mantiveram até ao fim da guerra, para cobrir o conflito. Todos os jornais estavam cientes de que se integravam numa estratégia de propaganda elaborada pelo Estado Novo, com o objetivo de apoiar as forças franquistas. Um dos argumentos utilizados era que a Rússia planeava invadir Espanha e Portugal, e a sua missão era defender a liberdade da Península Ibérica “a partir das

³⁴ RODRÍGUEZ, “A guerra de propaganda de Salazar...”, 2003, p. 16.

trincheiras do jornalismo”³⁵. Estes jornais iam fornecendo à sociedade portuguesa relatos que descreviam os nacionalistas como vítimas, pessoas justas e sensíveis, enquanto os republicanos eram irracionais. A opinião pública portuguesa ficou perplexa diante dos inúmeros crimes cometidos pelos republicanos e tanta benevolência por parte dos nacionalistas. O autor reitera que a forma de fazer jornalismo dos correspondentes portugueses estava, muitas vezes, intrinsecamente ligada à sua função de propagandistas do regime e era controlada pela censura. Apesar de se poder argumentar que, em muitos casos, a informação fornecida era tão objetiva e imparcial quanto possível, é importante destacar que nunca era apresentada de forma desfavorável às forças nacionalistas³⁶.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as relações entre Portugal e Espanha foram marcadas por uma política de neutralidade oficial, embora houvesse complexas dinâmicas internas e pressões externas que influenciaram a maneira como esses países lidaram com o conflito.

Ambos os países enfrentaram pressões externas para se alinhar com uma das potências beligerantes. Franco, embora oficialmente tenha adotado uma política de neutralidade, forneceu apoio não oficial ao Eixo. Neste sentido, em 1941, formou-se a Divisão Azul, uma unidade de voluntários que lutou ao lado dos alemães na Frente Oriental contra a União Soviética.

Em Portugal, foi também adotada uma política de neutralidade, com o objetivo de preservar a aliança com Inglaterra e proteger o seu império colonial. Portugal ainda tinha territórios ultramarinos que eram vulneráveis a possíveis ataques militares. O alinhamento com as potências do Eixo teria colocado Portugal em rota de colisão com a Grã-Bretanha, o que poderia resultar na perda das suas colónias. Por outro lado, uma aliança com a Grã-Bretanha poderia ter colocado em risco a segurança de Portugal no continente europeu. Portanto, a política de neutralidade foi adotada como uma estratégia para evitar conflitos diretos e proteger os interesses portugueses tanto no ultramar, como na Europa.

Portugal, preocupado com a proximidade entre a Espanha de Franco e a Alemanha e Itália, decidiu que seria importante celebrar um “Pacto de Não Agressão” com o país vizinho. Depois de longas negociações, a 17 de março de 1939 é assinado o Tratado Luso-Espanhol de Amizade e Não Agressão (ou Pacto Ibérico). Este tinha como objetivo, para além da promessa de neutralidade da península perante o conflito europeu que já era iminente, a garantia do respeito espanhol pelas fronteiras com Portugal. Mais tarde, em 1940, com o intensificar do conflito

³⁵ RODRÍGUEZ, “A guerra de propaganda de Salazar...”, 2003, p. 10.

³⁶ RODRÍGUEZ, “A guerra de propaganda de Salazar...”, 2003, pp. 12 a 14.

bélico, o Estado Novo, perante a possibilidade de Espanha entrar na guerra do lado do Eixo, decide reforçar o tratado. Assim, a 29 de julho de 1940, é assinado um protocolo adicional, reforçando a neutralidade peninsular.

1.4. A evolução de Cascais e do Estoril entre finais do século XIX e a Segunda Guerra Mundial: Uma Era de Transformação

O eixo Estoril-Cascais experimentou fases de desenvolvimento distintas, influenciadas pelos regimes políticos que governavam Portugal nas diferentes épocas. No final do século XIX, sob o regime monárquico, a região experimentou um notável progresso, para além de aí se ter introduzido uma nova atividade sazonal, cada vez mais comum na Europa, que era o turismo balnear. Com a queda da monarquia em 1910 e o advento da Primeira República Portuguesa, Cascais perdeu o estatuto de estância da Corte, mas continuou a atrair cada vez mais turistas nacionais e estrangeiros, sendo que muitos se instalaram permanentemente no eixo. Um exemplo é Fausto de Figueiredo, o principal responsável pelo projeto “Estoril: Estação Marítima, Climatérica, Termal e Sportiva”. Previa-se que as obras que constavam no projeto do Estoril fossem finalizadas em dois anos. Contudo, surgiram constantes adiamentos, devido, sobretudo, à participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial. Deste modo, apenas a partir de 1926, já com o regime da Ditadura Militar no poder, é que se observou um aumento significativo no progresso das obras no Estoril. Nas décadas de 1930 e 1940, sob o regime do Estado Novo, Cascais e o Estoril prosperaram como destinos de luxo, tanto para turistas como para refugiados, particularmente os que fugiam do estabelecimento da Segunda República em Espanha, da Guerra Civil Espanhola e, posteriormente, da Segunda Guerra Mundial. Assim, apesar das várias mudanças de regime político que ocorreram em Portugal durante o período entre finais do século XIX e a Segunda Guerra Mundial, o eixo Estoril-Cascais continuou a desenvolver-se, mantendo o seu apelo turístico.

Até 1870, o setor primário – a agricultura e a pesca – dominava a economia portuguesa. No entanto, foi nesse mesmo ano que todo este cenário se alterou, com a decisão de D. Luís I de passar os seus finais de Verão em Cascais, tendo-se instalado na Cidadela³⁷. Esta decisão levou, para além de um grande desenvolvimento da região, à introdução de uma nova atividade sazonal que estava a tornar-se comum na Europa da época: o turismo – e, mais especificamente, o turismo balnear –, surgindo, neste contexto, uma nova fonte de rendimento para o país.

³⁷ HENRIQUES, *Da Riviera portuguesa...*, 2011, p. 78.

Neste sentido, Cascais, até então uma pequena vila de pescadores que ainda estava a recuperar da destruição causada pelo Terramoto de 1755, segundo Branca Colaço e Maria Archer, “saiu da obscuridade e do seu bucolismo de aldeia de pescadores pelo influxo de El-Rei D. Luis. A nobreza não tardou em segui-lo na paixão pela formosa baía que domina a barra de Lisboa³⁸”. Assim, entre finais do século XIX e o início do século XX, foram construídas várias residências nesta região³⁹ para uma elite que desejava permanecer próxima do rei.

Em suma, a partir de 1870, a zona de Cascais e do Estoril sofreu grandes alterações, tendo por objetivo melhorar as condições de vida da população local – na sua maioria composta por pessoas que viviam em condições de pobreza, ligadas ao setor primário e, em grande parte dos casos, analfabetas – e, naturalmente, melhorar a experiência dos visitantes, fossem nacionais ou estrangeiros. Deste modo, foram desenvolvidos instrumentos e promovidas formas de lazer, além de introduzidas melhorias significativas nas infraestruturas e nas vias públicas. Em 1889, é inaugurado o ramal ferroviário entre Cascais e Pedrouços que, seis anos depois, se estenderia até ao Cais do Sodré. Com esta iniciativa, foi possível desenvolver projetos imobiliários notáveis⁴⁰.

Desde 1870, Cascais havia sido um local de veraneio da realeza, mas a sua imagem perdeu brilho nos primeiros anos da República (implantada a 5 de outubro de 1910), deixando de deter, naturalmente, o estatuto de estância da Corte. No entanto, a antiga aristocracia ainda possuía propriedades em Cascais e mantinha tradições sociais e atividades desportivas que remetiam para a atmosfera monárquica.

No final do século XIX, o turismo no eixo Estoril-Cascais começou a desenvolver-se com a construção de casas de veraneio, destinadas a proporcionar aos habitantes de Lisboa a oportunidade de passarem temporadas de lazer na região. No entanto, após a primeira onda de visitantes nacionais durante o verão, houve um aumento significativo no número de britânicos que escolheram o eixo como destino de inverno, devido sobretudo ao clima, mas também pelo facto de Portugal ser um país pouco industrializado e, conseqüentemente, mais tranquilo. Isto resultou na crescente popularidade da região o que, por sua vez, levou à construção de várias infraestruturas de lazer, tais como hotéis e casinos. Neste contexto, o eixo começou a atrair cada vez mais turistas estrangeiros e nacionais, sendo que vários acabaram por se instalar permanentemente na área.

³⁸ COLAÇO, Branca Gonta e Maria ARCHER. *Memórias da Linha de Cascais*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1999, p. 339.

³⁹ HENRIQUES, *Da Riviera portuguesa...*, 2011, p. 84.

⁴⁰ HENRIQUES, *Da Riviera portuguesa...*, 2011, p. 17.

Foi o caso de Fausto de Figueiredo, o principal responsável pelo projeto do Estoril, que era farmacêutico (embora tenha desempenhado vários outros cargos) e mantinha contacto com profissionais da área da Saúde. Viajava frequentemente para destinos como Biarritz, em busca de cuidados terapêuticos para si e para os seus familiares – a saúde da sua esposa, Clotilde Ferreira do Amaral, era frágil, tendo-lhe sido recomendadas as condições atmosféricas do Estoril⁴¹, pelo que, após o seu casamento em 1910, o casal se instalou no Monte Estoril. Figueiredo rapidamente reconheceu o potencial das condições climáticas, marítimas, termais e paisagísticas únicas do eixo, percebendo que os seus recursos naturais poderiam ser transformados em atrativos turísticos de renome internacional. Com essa visão em mente, foi adquirindo terrenos na região – com destaque para a Quinta do Viana –, com o objetivo de aí estabelecer um resort de luxo⁴². Como afirma Maria Cristina de Carvalho dos Anjos, o enorme pinhal “era passível de tornar-se a tabua rasa onde poderia delinear-se uma estância de luxo à altura de congéneres europeias”⁴³.

Em 1914, Fausto de Figueiredo submeteu o projeto “Estoril: Estação Marítima, Climatérica, Termal e Sportiva” a avaliação governamental. As obras tiveram início ainda antes da aprovação oficial do governo – que acabou por aceitar o projeto apesar da sua grandiosidade. Assim, no ano seguinte, Figueiredo, em conjunto com o seu cunhado Augusto Carreira de Sousa e alguns contactos de negócios, formou a Sociedade Estoril (SE), que tinha como objetivo principal a posse de terras para desenvolvimento turístico no vale do Estoril, além de estabelecer escritórios e delegações tanto em Portugal como fora do país. Mais tarde, foi criada a Sociedade Estoril-Plage (SEP), para administrar o projeto da estância turística, permitindo assim que a Sociedade Estoril concentrasse os seus esforços na implementação da tração elétrica na linha de Cascais, que foi concluída em 1926. O arquiteto Henri Martinet foi o “autor técnico do sonho faustino”⁴⁴, embora a sua parceria se tenha revelado instável.

O projeto de Figueiredo contemplava a construção de importantes espaços de uso público voltados para o lazer. Isso englobava a construção de um casino, hotéis, áreas comerciais, um novo complexo termal, um teatro, um grande jardim em frente ao mar, um complexo desportivo e uma zona destinada a banhos de mar. Relativamente ao casino, seria um espaço dedicado a atividades de lazer como, por exemplo, a prática de dança e o teatro. Contudo, também se colocava a hipótese de se vir a regulamentar oficialmente o jogo e, num futuro próximo, passar

⁴¹ VICENTE, *Hotel Palácio Estoril...*, 2019, pp. 20 e 21.

⁴² HENRIQUES, *Da Riviera portuguesa...*, 2011, pp. 234 a 236.

⁴³ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, pp. 4 e 5.

⁴⁴ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 42.

a ser uma atividade legal – em 1906, o Presidente do Conselho (que atualmente equivale ao cargo de Primeiro-Ministro), Hintze Ribeiro, havia proibido a prática do jogo, embora desde o final do século XIX esta fosse uma atividade social comum em Cascais.

A conclusão das obras no Estoril, que estava programada para acontecer em dois anos, foi continuamente adiada devido a desafios políticos, sociais e económicos, causados pela participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, impedindo que o projeto se concretizasse conforme planeado. Assim, até 1926 o projeto de Figueiredo “prosseguiria a um ritmo perto da inatividade”⁴⁵. A partir daqui, com o estabelecimento da Ditadura Militar, dá-se o acelerar das obras no Estoril.

Em 1929, é inaugurado o campo de golfe e o Hotel do Parque. Em 1930, é inaugurado o Hotel Palácio Estoril, sendo considerado um dos maiores e mais luxuosos hotéis de Portugal. A divulgação internacional do Hotel Palácio foi assegurada dois meses após a sua inauguração, quando o Príncipe Imperial do Japão, Takamatsu – irmão mais novo do Imperador Hirohito – e a sua esposa, Kikuko, escolheram o Estoril como destino de lua-de-mel. No mesmo ano, o Sud-Express, que conectava Paris a Lisboa, estabeleceu uma ligação direta com o Estoril, desempenhando um papel fundamental na popularização da região como um destino de férias internacional. Iniciou-se ainda a prática de desportos náuticos na região que, para as elites, poderia ser usada como forma de ostentação social. Em 1931, dá-se a abertura do Casino Estoril, que se tornou um dos maiores e mais famosos da Europa e trouxe uma aura de *glamour* e sofisticação à região. Celebidades e membros da realeza visitavam frequentemente o casino, solidificando a reputação do Estoril como um destino de prestígio. Neste contexto, é importante referir que, a 3 de dezembro de 1927, a Ditadura Militar fez publicar o decreto n.º 14643⁴⁶, que regulamentava os jogos de fortuna ou azar.

A nível da habitação, tanto as residências que haviam sido construídas na região de Cascais e do Estoril para a elite que se queria manter perto do rei, entre finais do século XIX e o início do século XX, como as residências que foram edificadas posteriormente, permaneceram propriedade das elites comercial e financeira, que para aí se dirigiam no verão. Todavia, houve quem se instalasse permanentemente na região, devido às melhorias dos serviços ferroviários e ao crescente desenvolvimento da indústria automóvel e das estradas no final da década de 1920⁴⁷.

⁴⁵ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 13.

⁴⁶ Decreto n.º 14643, de 3 de dezembro de 1927, Diário do Governo, Série I, n.º 267

⁴⁷ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 33.

Em 1933, é oficializado um novo regime político em Portugal: o Estado Novo. Em 1934, a gestão do Estoril, que até então era privada, entra numa nova fase, de intervenção estatal⁴⁸. Todavia, apesar desta intervenção, o diploma que a estabeleceu reconhecia a importância do Estoril como a base principal do turismo em Portugal e que iria, portanto, precisar de um desenvolvimento constante e da renovação contínua das suas instalações.

É ainda importante lembrar o Secretariado de Propaganda Nacional, criado em 1933, que tinha a função de liderar e controlar a propaganda interna e externa, utilizando, para isso, uma variedade de meios de comunicação, desde publicações em papel e exposições, ao cinema, a fim de promover a imagem de Portugal – e, naturalmente, do eixo Estoril-Cascais.

Durante o Estado Novo, o governo de Salazar, focado na promoção do turismo como uma forma de impulsionar a economia portuguesa, deu especial atenção ao Estoril como um destino turístico de prestígio. Em contraste com o Estoril, Cascais era visto como uma área mais tradicional e ligada à história de Portugal. Neste contexto, o governo fez um esforço para promover Cascais com base em elementos nacionalistas, tradicionalistas e historicistas, o que significava destacar a importância da comunidade de pescadores de Cascais, considerada a herdeira direta dos marinheiros que haviam explorado os mares nos séculos passados⁴⁹. Esta abordagem tinha como objetivo criar uma narrativa que alinhasse Cascais com os valores conservadores do regime – ao contrário do Estoril, cujo cosmopolitismo não se coadunava com esse conservadorismo. Assim, a partir de 1934, Cascais começou a ser promovida com base na sua comunidade de pescadores e na paisagem costeira que preservou ao longo dos séculos.

Apesar dos notáveis progressos no desenvolvimento do eixo Estoril-Cascais nas primeiras décadas do século XX, a população local continuava a enfrentar condições de vida desfavoráveis. O município ainda enfrentava desafios significativos, incluindo problemas relacionados com a higiene, o saneamento básico, o fornecimento e qualidade da água, as estradas, a mendicidade, o desemprego, bem como falhas nas áreas de assistência social e educação. Eram frequentes os surtos de febre tifoide, causados pelo mau tratamento da água utilizada para consumo e higiene pessoal. A tuberculose afetava não só a população local, como também o turismo no eixo, pelo que foram criados, nomeadamente, dispensários antituberculose. Além dos subsídios regulares, o Estado fornecia financiamento suplementar para a construção do novo hospital – que abriria em finais de 1941.

⁴⁸ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 155.

⁴⁹ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 35.

A mendicidade era um problema significativo em Portugal, e o eixo Estoril-Cascais não foi exceção. Neste contexto, benfeitores (indivíduos e entidades), como a Comissão de Iniciativa e Turismo de Cascais (CITC), subsidiavam organizações de caridade e o município – em parte, como resposta a preocupações manifestadas por estrangeiros, especialmente no que diz respeito às crianças pobres. Cabia à Primeira-dama, Maria do Carmo Carmona, zelar pela proteção dos habitantes desfavorecidos da região.

Ainda no âmbito do apoio aos habitantes mais pobres, a Creche José Luís – primeira creche na vila de Cascais – e o Bairro Operário José Luís foram estratégias cruciais, ambas fruto da iniciativa e beneficência de Artur Porto de Melo e Faro, Conde de Monte Real. O bairro, construído em terrenos doados pelo mesmo, foi inaugurado em 1933, e as suas habitações incluíam saneamento. Além disso, uma parte do dinheiro proveniente das rendas do bairro seria direcionada para garantir o funcionamento da creche⁵⁰. A Casa dos Pobres de Cascais nasceu na década de 1930, a qual recebeu também um donativo do Conde de Monte Real.

Podemos então concluir que no eixo Estoril-Cascais – mas principalmente no Estoril – era evidente um enorme contraste entre o luxo e a mendicidade. Para mitigar o desconforto dos mais ricos face à realidade da pobreza, o regime seguiu duas vias: por um lado, a criação de instituições de apoio aos mais desfavorecidos, como já foi mencionado e, por outro, o recurso à repressão policial da mendicidade.

Por fim, também a fraca iluminação pública era um problema, sendo o eixo Estoril-Cascais “votado à escuridão do pôr ao nascer-do-sol”⁵¹. Em 1933, já com o regime do Estado Novo oficializado, iniciaram-se as negociações para novo contrato de iluminação entre a Câmara Municipal de Cascais e as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, embora só em outubro de 1937, com o decreto-lei nº28123⁵², a situação se tenha começado a resolver.

Em termos turísticos, enquanto o Estoril (e o Monte Estoril) se estava a desenvolver cada vez mais, com a construção de novos hotéis e pensões, Cascais, no período em questão (1933-1945) apresentava escassos estabelecimentos turísticos conceituados. Além disso, nas Arcadas do Parque do Estoril a atividade comercial era intensa, com várias lojas, restaurantes e outros serviços, incluindo a Estação Telégrafo-Postal, que servia os visitantes e residentes da região e que era crucial para satisfazer as necessidades dos hóspedes do Hotel Palácio⁵³.

⁵⁰ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 152.

⁵¹ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 146.

⁵² Decreto n.º 28123, de 30 de outubro de 1937, Diário do Governo, Série I, nº 253

⁵³ VICENTE, *Hotel Palácio Estoril...*, 2019, pp. 11 e 12.

Na década de 1930, para além dos turistas atraídos pelo grandioso Casino do Estoril e outros lugares e eventos de lazer, surgiu um novo tipo de visitantes no eixo, os delegados a congressos, seminários e outras iniciativas de caráter profissional. Estas reuniões tinham lugar tanto na região como em Lisboa e, neste último caso, incluíam visitas à Costa do Sol. Isto era tido como um sinal de modernidade, crucial para o desenvolvimento do país. Além disso, a presença de especialistas em várias áreas do conhecimento fortaleceu a reputação interna do eixo e a sua divulgação nos países dos conferencistas.

A instauração da Segunda República Espanhola, em 1931, deu início a um período de agitação que, a 10 de agosto de 1932, resultou numa rebelião proclamada em Sevilha, liderada pelo General José Sanjurjo. O golpe fracassou e Sanjurjo foi condenado à morte, tendo mais tarde a sua pena sido comutada para exílio, levando-o a instalar-se no Estoril em 1934. A aura cosmopolita dos Estoris começou a florescer ainda mais após o exílio de espanhóis como Sanjurjo, ganhando a região a reputação de base não oficial da resistência de direita espanhola. Para além de exilados espanhóis, a presença deste general no Estoril atraiu inúmeros visitantes sazonais, tendo sido esta afluência altamente benéfica para o turismo do eixo, visto tratarem-se de indivíduos com mais elevado poder económico.

A 18 de julho de 1936 tem início a Guerra Civil de Espanha, o que levou inúmeros espanhóis a fugir para Portugal, nomeadamente para esta zona. Desde o princípio do conflito, o Estoril desempenhou um papel central na coordenação da estratégia e no restabelecimento dos nacionalistas feridos em combate.

A 20 de julho de 1936, Sanjurjo falece na Quinta da Marinha, vítima de um acidente aéreo, quando tentava partir para Espanha para liderar a revolta. A morte do general também foi vantajosa para o turismo do eixo, uma vez que a comunicação social, um pouco por todo o mundo, divulgou imagens do local do acidente e do Estoril.

Apesar de formalmente Portugal ter adotado uma política de neutralidade perante esta guerra, a verdade é que o regime apoiou a causa nacionalista, a nível político, diplomático, logístico e militar. O próprio Casino do Estoril foi palco de comemorações aquando de algumas conquistas dos nacionalistas, como a tomada de Madrid.

A Guerra Civil de Espanha acabou por ter, a certa altura, um impacto negativo no turismo do eixo Estoril-Cascais. Para além da insegurança sentida pela proximidade do conflito espanhol, eram várias as informações falsas e os boatos que circulavam, tais como os de “por cá boiarem cadáveres derivados do Cerco de Madrid” e o de os hotéis do Estoril estarem

“pejados de comunistas”⁵⁴. Esta situação levou à desistência de muitos britânicos que outrora costumavam deslocar-se ao Estoril durante o Inverno, o que contribuiu para a crise turística do Inverno de 1936-1937, em que diminuíram as presenças inglesa e espanhola. Deste modo, apostou-se no turismo interno, através da descida do preço dos alojamentos e de outras medidas destinadas a atrair uma clientela portuguesa.

A proximidade do eixo com a capital, Lisboa, tornou a região ainda mais acessível a indivíduos nacionais e estrangeiros. Na década de 1930, para além de ter sido concluída a Marginal, considerada a primeira estrada turística jamais construída em Portugal, foi projetada a autoestrada Lisboa-Cascais. Contudo, devido ao desencadeamento da Guerra Civil Espanhola, o serviço do Sud Express foi suspenso, o que prejudicou o setor turístico de toda a Península Ibérica. Este serviço foi novamente suspenso em 1940, devido à Segunda Guerra Mundial. Além disso, o eixo não tinha aeródromo próprio, tendo de se recorrer ao aeródromo existente em Sintra⁵⁵. Por outro lado, o transporte ferroviário apresentava duas categorias distintas: uma destinada ao turismo de luxo; e outra voltada para a população em geral, disponibilizando carruagens antiquadas e em condições precárias a preços inacessíveis, o que desencorajava a sua utilização (situação que se manteve ao longo de vários anos).

A entrada de um grande número de refugiados e turistas espanhóis no eixo levou as autoridades a reformular a política sanitária da região. Neste contexto, foi lançada, no final dos anos 30, uma iniciativa destinada a combater a presença de moscas e mosquitos, e ainda de evitar inundações, tendo-se procedido a trabalhos de cobertura da Ribeira das Vinhas no troço final, na área correspondente à Baixa de Cascais.

Em 1939 tem início a Segunda Guerra Mundial, perante a qual Portugal adotou uma política de neutralidade oficial. Face a esta tomada de decisão, foram inúmeros os refugiados que escolheram Portugal como destino ou apenas como ponto de passagem, sobretudo para as Américas. Neste sentido, Cascais e o Estoril desempenharam um papel importante, uma vez que acolheram muitos desses refugiados que, pelo facto de esta região ser um destino de luxo, eram sobretudo pessoas de elevadas posses, como membros da realeza, diplomatas, artistas e espiões.

Os estrangeiros que se instalavam em Portugal, quer fossem turistas ou indivíduos que procuravam fugir da guerra, vindos de várias partes do mundo, causaram um grande impacto cultural na população portuguesa, pelos seus comportamentos, costumes e até ideias, a que os

⁵⁴ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 232.

⁵⁵ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, pp. 178 e 179.

portugueses, vivendo num regime altamente conservador, não estavam acostumados, sobretudo no que diz respeito às mulheres. No caso de Cascais e do Estoril, que eram estâncias balneares, o “choque” cultural foi particularmente grande. A década de 1930 foi marcada por uma maior preocupação com a forma física, com a estética e com uma maior prática desportiva, sendo a praia um local importante para estas atividades. Certos comportamentos dos refugiados, principalmente por parte das mulheres, levaram o regime a publicar o Decreto-Lei n.º 31247⁵⁶, em maio de 1941, que definia as regras a seguir relativamente à venda e à utilização de fatos de banho, isto é, as medidas e os locais em que era permitido o seu uso, para além de estabelecer quais as sanções a aplicar a quem cometesse infrações. Apesar de a lei ser implacável em relação aos cidadãos nacionais, as autoridades, devido ao poder económico dos refugiados, tendiam a “fazer vista grossa” aos prevaricadores estrangeiros.

⁵⁶ Decreto n.º 31247, de 5 de maio de 1941, Diário do Governo, Série I, n.º 102

Capítulo 2. O papel das autoridades portuguesas no controlo dos refugiados

Os vários governos que estiveram no poder em Portugal, durante a primeira metade do século XX, não foram muito recetivos à ideia de deixar entrar estrangeiros e à sua instalação no país. Esta situação tornou-se ainda mais evidente com o regime do Estado Novo, que publicou vários decretos-lei e circulares com o objetivo de controlar a entrada de estrangeiros em Portugal e, essencialmente, evitar a entrada de indivíduos considerados suspeitos, nomeadamente pela sua orientação política ou perfil socioprofissional. Assim, as várias vagas de refugiados que entraram em Portugal no período entre 1931 e 1945 foram acolhidas e tratadas de formas diferentes, tendo em conta estes fatores.

Os refugiados espanhóis que chegaram a Portugal a partir de 1931, sendo considerados, na sua maioria, de direita pelo facto de estarem a fugir da Segunda República Espanhola, foram bem recebidos pelo governo e pelas autoridades portuguesas.

Em 1933, foi criada a PVDE, que tinha como função vigiar e reprimir todos os indivíduos que fossem considerados uma ameaça ao regime, fossem portugueses ou estrangeiros. Desde a consagração do Estado Novo até 1945, foram inúmeros os refugiados que entraram em Portugal, tendo sido a PVDE o principal instrumento para controlar os estrangeiros que entravam no país.

De acordo com o Capitão Agostinho Lourenço, diretor da PVDE, existiam postos desta polícia nos três tipos de fronteira, terrestre, marítima e aérea, onde todos os indivíduos que entravam ou saíam de Portugal eram identificados, assim como era verificada a legalidade da sua documentação⁵⁷. Todas estas entradas e saídas eram registadas. Agostinho Lourenço afirma que a fronteira terrestre “tem, em épocas normais, 22 pontos de passagem”⁵⁸. Já a fronteira marítima tinha apenas dois postos de controlo, um em Lisboa e outro no Douro-Leixões⁵⁹. Segundo o mesmo, o movimento pela fronteira aérea teve início no princípio de 1936, tendo aumentado de ano para ano. Afirma que, devido à Guerra Civil Espanhola, os transportes aéreos se desenvolveram de maneira acelerada, uma vez que eram mais cómodos, seguros e rápidos do que os comboios⁶⁰.

⁵⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938), p. 23.

⁵⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938), p. 25.

⁵⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938), p. 69.

⁶⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938), p. 93.

Com o desencadear da Guerra Civil Espanhola e a conseqüente tentativa de entrada de republicanos em Portugal, o receio da ameaça comunista intensificou-se, verificando-se um endurecimento do regime. Durante este conflito, o tratamento que era dado aos refugiados espanhóis que entravam em Portugal dependia essencialmente da sua orientação política. Este período foi marcado pela vigilância da fronteira e pelo controlo, perseguição e repressão dos espanhóis que entravam em Portugal e “eram considerados «indesejáveis» pelo regime português, assumindo-se a entrega destes refugiados às tropas nacionalistas, o que equivaleu, na maioria dos casos, à entrega a uma morte certa⁶¹”. Já aos nacionalistas que entravam no país era concedido o apoio do regime, que lhes facilitava a circulação e o fornecimento de mantimentos e armas através do território português.

Os refugiados da Guerra Civil de Espanha, de uma maneira geral, procuraram instalar-se perto da fronteira, onde contavam com o apoio da população local, para se esconderem das autoridades portuguesas. Alguns refugiados deste conflito instalaram-se temporariamente em Lisboa, para depois partirem para a América Latina.

Foi sobretudo com o eclodir da Segunda Guerra Mundial que mais indivíduos procuraram refúgio em Portugal. Contudo, é importante lembrar que, a partir de 1933, já tinham chegado várias vagas de refugiados ao país, que fugiam das perseguições nazis – primeiramente aos opositores políticos e, mais tarde, aos judeus. Antes do início desta guerra, entre 1933 e 1938, eram poucas as restrições burocráticas à entrada de estrangeiros em Portugal, incluindo inúmeros refugiados vindos do território alemão, entre eles, judeus. Apesar disso, o regime do Estado Novo, a partir de 1935, implementou medidas que visavam tentar limitar a entrada de estrangeiros no país⁶² e, além disso, neste período, as autoridades portuguesas aplicaram várias medidas repressivas sobretudo aos judeus⁶³. Inicialmente, os estrangeiros que pretendiam entrar em território português não precisavam de visto e podiam trabalhar, desde que fosse por conta própria ou em empresas de outros, na condição de não ocuparem cargos pretendidos por portugueses, para além de poderem obter uma autorização de residência, com duração de um ano, prorrogável⁶⁴. No entanto, com a entrada de cada vez mais estrangeiros e refugiados em Portugal, o regime foi definindo regras mais rígidas relativamente à sua entrada no país, assim como às condições em que podiam obter uma autorização de residência e trabalhar – com o objetivo de proteger o mercado de trabalho nacional⁶⁵. A partir de 1937, o número de prisões

⁶¹ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 35.

⁶² PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 23.

⁶³ SCHAEFER, *Portugal e os refugiados judeus...*, 2014, pp. 16 e 17.

⁶⁴ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, pp. 25 a 27.

⁶⁵ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 109.

de refugiados por parte da PVDE aumentou, assim como o de expulsões de judeus alemães de Portugal⁶⁶. Durante a Segunda Guerra Mundial, a detenção dos refugiados era frequentemente motivada pela ausência de documentos de identificação ou por terem entrado clandestinamente no país, e não tanto pela sua orientação política, como ocorreu na Guerra Civil de Espanha⁶⁷.

A maior parte dos refugiados da Segunda Guerra Mundial deslocou-se pela região litoral do país, sobretudo por Lisboa, já que aí se localizavam os consulados estrangeiros em que tentavam adquirir os documentos necessários. Muitos instalaram-se em zonas termais ou balneares, como a Figueira da Foz e as Caldas da Rainha⁶⁸, ou em zonas mais afastadas do litoral do país, como Coimbra, onde lhes foi concedida residência fixa por parte das autoridades portuguesas “com o objetivo de libertar Lisboa do elevado número de refugiados e de exercer uma vigilância mais rigorosa e eficaz sobre os mesmos”⁶⁹. De acordo com Irene Flunser Pimentel, “a divisão dos refugiados, por locais de instalação, era feita consoante a nacionalidade e segundo várias categorias”⁷⁰, sendo que aos refugiados que tinham vistos para algum país do continente americano era permitida a sua ida imediata para Lisboa, enquanto os restantes, incluindo os que possuíam vistos concedidos por Aristides de Sousa Mendes, eram encaminhados para locais onde obtinham residência fixa, uma vez que esses documentos não foram fornecidos conforme as normas estabelecidas pelo regime relativamente à passagem e à estadia em Portugal.

Nestas zonas de residência fixa os refugiados apenas se podiam deslocar dentro de um perímetro limitado, residindo em hotéis, quartos alugados ou pensões, não podendo sair desse espaço sem a permissão da PVDE. Além disso, não lhes era permitido trabalhar, o que lhes dificultava encontrar formas de sustento. Inicialmente, a PVDE prorrogava o prazo das autorizações de residência mas, a partir de dezembro de 1940, passou a permitir apenas prolongamentos muito breves destas autorizações, o que se tornava um problema, uma vez que estas tinham a duração de apenas trinta dias. A partir dessa altura, a PVDE passou a ser a única entidade responsável pela entrega destas autorizações – segundo Irene Pimentel, isto terá acontecido provavelmente como resposta às ações do cônsul Aristides de Sousa Mendes⁷¹.

⁶⁶ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 58.

⁶⁷ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 50.

⁶⁸ Sobre a instalação de refugiados nas Caldas da Rainha ver PEREIRA, Carolina Henriques. *Refugiados da Segunda Guerra Mundial nas Caldas da Rainha (1940-1946)*. Lisboa: Edições Colibri, 2017.

⁶⁹ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 50.

⁷⁰ Irene Pimentel in HENRIQUES, *Cascais: Território...*, 2014, p. 159.

⁷¹ Irene Pimentel in HENRIQUES, *Cascais: Território...*, 2014, p. 159.

Dada a proximidade geográfica entre Portugal e Espanha, durante a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos espanhóis optou por atravessar a fronteira terrestre. Contrariamente a esta, a fronteira marítima foi mais utilizada por indivíduos de outras nacionalidades. Neste período também foram criadas delegações da PVDE fora de Portugal Continental. Durante a Segunda Guerra Mundial, o regime português mostrou uma preocupação cada vez maior relativamente à vigilância da fronteira marítima, sendo que após a Guerra Civil de Espanha, “os restantes postos da polícia política já não foram estabelecidos junto à fronteira luso-espanhola”⁷².

A Secção Internacional da PVDE tinha, entre outras, a função de recolher dados sobre os estrangeiros que transitavam e que residiam em Portugal⁷³. Foram várias as medidas adotadas para controlar a movimentação de estrangeiros, sendo que para algumas a PVDE contou com a colaboração das autarquias e dos comissariados de polícia. Uma responsabilidade da PVDE durante este período era exigir aos hotéis e a outro tipo de alojamentos que informassem a polícia política da instalação de estrangeiros nas respetivas unidades e que preenchessem, para cada hóspede, um boletim individual de alojamento. Também os governos civis tinham a tarefa diária de enviar à PVDE uma cópia de todos os documentos relativos à concessão de autorizações de residência a estrangeiros nos respetivos distritos, visando estabelecer um registo geral de estrangeiros, com o intuito de facilitar o controlo e a vigilância dos mesmos⁷⁴. Além disso, o decreto n.º 16386⁷⁵, de janeiro de 1929, definia que, no começo de cada ano, os estrangeiros tinham de apresentar às autoridades os seus documentos de residência, permitindo assim o seu recenseamento anual⁷⁶.

Em suma, com o início do Estado Novo, o controlo dos estrangeiros que entravam ou residiam em Portugal intensificou-se, sendo que a PVDE perseguia e reprimia todos os indivíduos que fossem considerados uma ameaça ao regime, quer fossem nacionais, quer fossem estrangeiros. Nos primeiros anos do regime, novas normas para o controlo de entradas de estrangeiros em Portugal foram implementadas, novos postos de vigilância de fronteiras foram construídos e novas medidas de controlo e repressão para os estrangeiros que residiam no país foram adotadas.

⁷² FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 124.

⁷³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938), p. 183.

⁷⁴ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 120.

⁷⁵ Decreto n.º 16386, de 18 de janeiro de 1929, *Diário do Governo*, Série I, n.º 15

⁷⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938), p. 183.

2.1. O papel das autoridades portuguesas no eixo Estoril-Cascais

Durante o período entre 1931 e 1945, Cascais e o Estoril foram também palco de vigilância e controlo por parte das autoridades portuguesas. Esta região, caracterizada por uma atmosfera cosmopolita e por uma forte presença de estrangeiros, era vista pelo regime do Estado Novo como um local de potencial agitação política. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Estoril em particular ganhou destaque como um ponto de encontro para diplomatas, espões e refugiados políticos, tornando-se um alvo especial da vigilância da PVDE⁷⁷. Como já referido anteriormente, foram tomadas várias medidas para controlar a movimentação de estrangeiros, tendo deste modo a PVDE contado com a colaboração das autarquias, comissariados de polícia, governos civis e proprietários de espaços de alojamento.

De acordo com Maria Cristina de Carvalho dos Anjos, a partir da década de 1930, começou a haver uma maior preocupação com o aspeto físico⁷⁸, e a praia era o lugar ideal para as pessoas se bronzear e praticarem desporto⁷⁹. Cascais e o Estoril, sendo estâncias balneares, receberam vários refugiados, sobretudo mulheres que, de acordo com o regime português, usavam vestuário inadequado e tinham comportamentos que não eram bem vistos, nomeadamente ao nível da utilização de fatos de banho, o que levou à aplicação de medidas para orientar a forma de estar na praia, como o mencionado Decreto-Lei n.º 31247. Sendo uma região onde se encontravam estrangeiros muito abastados, as autoridades por vezes fechavam os olhos ao não cumprimento das regras por parte dos mesmos. Contudo, é importante ter em conta que, em muitos casos, este descumprimento das regras devia-se ao facto de estas estarem expostas apenas em português⁸⁰.

Também a mendicidade era motivo de preocupação por parte do regime – antes da oficialização do regime já tinha sido publicado, em maio de 1931, o decreto n.º 19687⁸¹, que regulava a repressão da mendicidade em lugares públicos e na rua. O eixo Estoril-Cascais ficou marcado por duas realidades muito diferentes: por um lado, o ambiente de luxo e, por outro, a mendicidade. Neste contexto, como já mencionado, uma das soluções para este problema foi a criação de instituições para ajudar os mais necessitados. Outra foi a repressão da mendicidade por parte da polícia. Nas imediações do Hotel Palácio, por exemplo, recorria-se ao

⁷⁷ Ver, entre outros, PIMENTEL, Irene Flunser. *Espiões em Portugal durante a II Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

⁷⁸ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 100.

⁷⁹ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 268.

⁸⁰ VICENTE, *Hotel Palácio Estoril...*, 2019, p. 18.

⁸¹ Decreto n.º 19687, de 4 de maio de 1931, *Diário do Governo*, Série I, n.º 103

policiamento para repressão à mendicidade, uma vez que os hóspedes se sentiam desconfortáveis com os pedintes⁸².

No entanto, apesar da repressão implacável, também existiram exemplos de resistência e solidariedade na região. Foi o caso de indivíduos ligados a redes humanitárias de resgate de refugiados⁸³, e outros habitantes locais que arriscaram as suas vidas para ajudar os estrangeiros perseguidos pelo regime, escondendo-os e fornecendo apoio clandestino. Conclui-se, assim, que, no eixo em análise, as autoridades portuguesas seguiram a lógica de atuação adotada para todo o território nacional, pautada por uma estreita vigilância e controlo de refugiados, olhados com desconfiança quando não partilhavam dos princípios do Estado Novo. Da mesma forma, observa-se que a solidariedade que caracterizou a passagem de refugiados por Portugal neste período também se fez notar na região de Cascais e do Estoril.

⁸² VICENTE, *Hotel Palácio Estoril...*, 2019, p. 80.

⁸³ Cristina Pacheco in CARVALHO e HENRIQUES, *Os 100 anos do Projeto Estoril...*, 2016, p. 88.

Capítulo 3. O refúgio espanhol em Portugal entre o início da Segunda República e o início da Guerra Civil de Espanha

Este capítulo foca-se no estabelecimento da Segunda República em Espanha, em 1931, e no impacto que esta alteração política teve em Portugal. Aquando deste acontecimento, foram inúmeros os espanhóis, na sua maioria de orientação política de direita, que procuraram refúgio em Portugal devido à proximidade geográfica e à vigência do regime da Ditadura Militar e, posteriormente, do Estado Novo. Estes refugiados, sendo indivíduos de classes sociais mais elevadas, instalaram-se sobretudo na região litoral do país, nomeadamente em Cascais e no Estoril.

A partir de 1934, ano em que o general espanhol José Sanjurjo se exilou no Estoril, o mesmo influenciou inúmeros espanhóis de posses a escolher esta zona como destino, por vezes apenas para breves estadas de lazer e, em muitos outros casos, como lugar de refúgio e exílio.

3.1. Portugal perante a instauração da Segunda República Espanhola

A 12 de abril de 1931, ocorrem eleições municipais em Espanha convocadas pelo Presidente do governo, Juan Bautista Aznar-Cabañas, em que, embora os monárquicos tenham obtido forte votação por todo o país, os republicanos ganharam de forma expressiva nos principais centros urbanos, nomeadamente em Madrid e Barcelona, vencendo as eleições. O rei Afonso XIII decide ir para o exílio, entregando o poder aos republicanos, apesar de não ter abdicado formalmente. Deste modo, a 14 de abril Niceto Alcalá-Zamora assume a chefia do Estado e é proclamada a Segunda República em Espanha. Em dezembro do mesmo ano é aprovada a Constituição que esteve em vigor até ao final da Guerra Civil de Espanha, em 1939.

A Segunda República Espanhola durou entre 1931 e 1939, tendo terminado com o fim da guerra civil. Durante estes anos, a República esteve muito dividida entre conservadores e liberais. Neste período tiveram lugar três eleições: na primeira, em 1931, como já vimos, ganha a esquerda. Na segunda, em 1933, ganha a direita e, na terceira, em 1936, ganha a Frente Popular, que congregava as forças de esquerda. Em cada um destes períodos, a oposição não aceita a derrota.

O governo português via a Segunda República Espanhola como uma ameaça ao seu regime por várias razões, entre as quais o possível contágio dos republicanos e o seu apoio aos exilados

portugueses⁸⁴. Já o governo republicano espanhol, visando a queda da ditadura em Portugal e a conseqüente instauração de um regime político mais alinhado com o seu, fornecia auxílio aos opositores ao regime português⁸⁵. Consequentemente, a instauração da Segunda República em Espanha alterou o rumo das relações peninsulares, com exceção do breve período governado pelos conservadores, entre os finais de 1933 e os inícios de 1936, em particular durante o “biénio cedista” (1934-1936).

Os acontecimentos no país vizinho, segundo Paulo Rodrigues Ferreira⁸⁶, tornaram-se um dos principais focos de interesse de grande parte da imprensa portuguesa, que “alinhou quase em coro contra a República em Espanha”. O autor afirma que o jornal *Diário da Manhã*, que era patrocinado pelo regime, se destacava na acusação de alegadas conspirações e na exposição dos interesses espanhóis. No entanto, é fundamental ter em conta que, embora a maioria da imprensa portuguesa tenha tomado essa posição, esta operava sob censura, sendo obrigada a alinhar com as diretrizes do regime vigente.

Numa publicação do *Diário de Lisboa*, de 14 de abril de 1931⁸⁷, é abordada a situação política em Espanha, aquando da instauração da República. É destacado que os portugueses, respeitando o conceito de independência, não se envolvem diretamente nos assuntos internos de Espanha, apenas observam com “curiosidade e simpatia” o desenvolvimento dos eventos. Também o *Diário da Manhã*, a 17 de abril do mesmo ano⁸⁸, afirma que a Espanha “fará livremente o que a vontade dos seus filhos quizer”, e Portugal “seguirá o seu destino próprio (...) esperando da Espanha a mutualidade de sentimentos a que tem jus”. Já durante o regime do Estado Novo, a União Nacional, partido único, afirmava também que, qualquer que fosse o destino de Espanha, Portugal manteria a sua independência⁸⁹.

De acordo com Paulo Rodrigues Ferreira⁹⁰, o governo português receava também que os exilados portugueses da oposição, em colaboração com os governantes espanhóis, se estivessem a preparar para uma federação ibérica, acreditando que os exilados eram protegidos por indivíduos como Manuel Azaña e Indalecio Prieto, e que lhes era dada total liberdade de ação contra o regime português. Neste contexto, o argumento do iberismo foi utilizado pelos apoiantes da ditadura para influenciar a opinião pública portuguesa a virar-se contra a

⁸⁴ FERREIRA, *Iberismo, hispanismo...*, 2016, p. 296.

⁸⁵ FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, p. 57.

⁸⁶ FERREIRA, *Iberismo, hispanismo...*, 2016, pp. 294 a 296.

⁸⁷ *Diário de Lisboa*, nº 3058, Ano 11, terça, 14 de abril de 1931, p. 1.

⁸⁸ *Diário da Manhã*, nº 14, Ano I, sexta, 17 de abril de 1931, p. 1.

⁸⁹ FERREIRA, *Iberismo, hispanismo...*, 2016, p. 296.

⁹⁰ FERREIRA, *Iberismo, hispanismo...*, 2016, pp. 297 e 298.

República e os republicanos espanhóis. Segundo Fábio Alexandre Faria, um dos principais fatores que alimentou a oposição entre ambos os países foi a inclinação federalista da República espanhola, especialmente promovida por Manuel Azaña, que defendia a criação de uma unidade peninsular por meio de um federalismo democrático. Em 1932, com Salazar no cargo de presidente do Conselho de Ministros e, em 1933, com a oficialização do Estado Novo, a posição perante a Espanha foi endurecendo, devido às manifestações anexionistas provenientes de Madrid e à colaboração espanhola com os revolucionários portugueses⁹¹.

A Ditadura Militar, instaurada a 28 de maio de 1926 em Portugal, e que se consolidou aquando da derrota das revoltas republicanas de fevereiro de 1927, forçou inúmeros indivíduos da oposição a ir para o exílio. Espanha foi um dos destinos destes exilados, entre os quais se encontravam Jaime Cortesão, Bernardino Machado e Jaime de Morais. Jaime Cortesão dedicou-se à tentativa de democratização republicana do país, estando, por mais de uma década, no centro da resistência republicana contra a ditadura, quer enquanto vivia em Portugal quer no exílio, em Espanha e em França⁹².

De acordo com Álvaro Arranja, inicialmente, o regime de Primo de Rivera foi relativamente tolerante com a chegada de refugiados portugueses a Espanha, porém, pouco tempo depois, passou a persegui-los, o que levou muitos a instalarem-se em França⁹³. Só a partir de abril de 1931 é que a Espanha se tornaria um local de refúgio seguro para os exilados portugueses. Vindo de Paris, onde se encontrara com figuras como Afonso Costa e Bernardino Machado e onde tinha sido criada a Liga de Paris, para combater a ditadura, Jaime Cortesão chega a Madrid nos dias seguintes à proclamação da Segunda República. É portador de uma credencial para o governo espanhol, a fim de negociar um empréstimo que permitisse a execução de uma revolução em Portugal. Eram necessárias armas e outros bens materiais para que fosse possível atingir esse objetivo. Segundo Luís Farinha, a credencial de Cortesão referia a necessidade do apoio do regime republicano espanhol, com armas e dinheiro, à «Revolta das Ilhas», que estava em andamento na Madeira desde 4 de abril⁹⁴. Este processo contou com o apoio de Manuel Azaña, que promete auxiliar os exilados portugueses⁹⁵. Com o auxílio da

⁹¹ FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, pp. 56 e 57.

⁹² FARINHA, Luís. “Jaime Cortesão na resistência republicana contra a ditadura e o Estado Novo”. In *Jaime Cortesão*. Museu do Aljube Resistência e Liberdade, 2020, p. 55.

⁹³ ARRANJA, Álvaro. “Jaime Cortesão na Espanha Republicana”. In *Jaime Cortesão*. Museu do Aljube Resistência e Liberdade, 2020, p. 76.

⁹⁴ FARINHA, “Jaime Cortesão na resistência...”, 2020, p. 61.

⁹⁵ ARRANJA, “Jaime Cortesão na Espanha...”, 2020, p. 77.

República espanhola, consegue-se algum material, mas parte não chega a entrar em Portugal, e o que entrou acaba por não ser muito eficaz.

Além disso, o acesso à imprensa espanhola concedido aos republicanos torna-se crucial para que estes divulguem a posição da oposição portuguesa. Álvaro Arranja afirma que um dos meios de Cortesão em Madrid é o “acesso à imprensa e o relevo que consegue nos principais jornais republicanos madrilenos para a divulgação das posições da oposição portuguesa”⁹⁶. O *Diário da Manhã*, a 16 de abril de 1931⁹⁷, publica uma notícia em que acusa vários “emigrados” portugueses, como Bernardino Machado, Afonso Costa e Jaime Cortesão, de se terem reunido em Paris para informar o público acerca da situação portuguesa, dizendo que a ditadura “pretende esconder O ESTADO DE REVOLTA QUE REINA EM PORTUGAL”.

O *Diário da Manhã*, a 22 de abril de 1931⁹⁸, menciona figuras como Afonso Costa e Domingues dos Santos, referindo-se às frequentes reuniões em Espanha onde estes conspiravam contra a ditadura portuguesa e o trono de Afonso XIII. Estes encontros eram especialmente frequentes quando havia a perspetiva de uma revolta em Portugal e envolviam revolucionários portugueses e espanhóis que queriam derrubar ambos os regimes. Afirma ainda que estes revolucionários “subordinavam tudo à conjunção democrático-socialista de toda a Iberia, a caminho de uma união ou federação integral”. O mesmo jornal, a 26 de abril de 1931⁹⁹, relata que Jaime Cortesão tinha revelado os objetivos da sua ida a Madrid, após a instauração da Segunda República, sendo estes “a luta encarniçada, cheia de ódios, de intrigas e de protérvias contra a Ditadura Militar Portuguesa”.

Como vimos, a República espanhola apoia os exilados políticos portugueses. Qual é a postura do governo português perante os refugiados espanhóis da oposição? A posição da ditadura portuguesa, a partir de 1931, é de apoio a todos os exilados nacionalistas que vêm de Espanha, que se estabelecem particularmente na zona do Estoril.

Em novembro de 1933, em Espanha, a direita vence as eleições e sobe ao poder um governo conservador, que vigorou até fevereiro de 1936. Neste período, deu-se uma aproximação entre Portugal e Espanha. O novo governo espanhol, alinhado com o regime do Estado Novo, retirou o apoio aos exilados portugueses¹⁰⁰, levando inúmeros a abandonar o país vizinho¹⁰¹.

⁹⁶ ARRANJA, “Jaime Cortesão na Espanha...”, 2020, p. 77.

⁹⁷ *Diário da Manhã*, nº 13, Ano I, quinta, 16 de abril de 1931, p. 1.

⁹⁸ *Diário da Manhã*, nº 19, Ano I, quarta, 22 de abril de 1931, p. 1.

⁹⁹ *Diário da Manhã*, nº 23, Ano I, domingo, 26 de abril de 1931, p. 3.

¹⁰⁰ FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, p. 58.

¹⁰¹ ARRANJA, “Jaime Cortesão na Espanha...”, 2020, p. 79.

Em resposta a estes dois anos governados pela direita conservadora, a esquerda envidou todos os esforços para se unir¹⁰². Por fim, a 16 de fevereiro de 1936, em Espanha, a Frente Popular, coligação de partidos de esquerda, vence as eleições. Com esta vitória, Espanha volta a acolher exilados da oposição portuguesa, ao mesmo tempo que, em Portugal, volta a estar em destaque na agenda política e diplomática a “ameaça” espanhola – de acordo com Fábio Alexandre Faria, o triunfo da Frente Popular significou “o regresso de Manuel Azaña ao poder e o redobrar do perigo anexionista”¹⁰³.

3.2. Os refugiados espanhóis em Portugal entre 1931 e 1936

Enquanto na década de 1930 Portugal se manteve estável em termos políticos, visto o regime apenas ter mudado de uma ditadura militar para uma ditadura civil, em Espanha foram várias as mudanças de regime e de governo. Consequentemente, este ambiente de choque político entre ambos os países teve um impacto direto na circulação de refugiados. Inúmeros portugueses e espanhóis fugiram para o país vizinho, “uma vez que a situação política no seu país de origem lhes era hostil, tendo em conta os princípios políticos e as ideologias que defendiam”¹⁰⁴.

A partir de 1931, com a instauração da Segunda República em Espanha, inúmeros espanhóis que não se identificavam com o governo republicano de esquerda procuraram refúgio em Portugal, não só pela proximidade geográfica, mas também pela vigência do regime da Ditadura Militar e, posteriormente, do Estado Novo. Estes refugiados eram sobretudo monárquicos, militares e conservadores, que pretendiam instaurar um governo autoritário de direita em Espanha¹⁰⁵, entre os quais se encontravam José Calvo Sotelo e José Sanjurjo y Sacanell. Estes indivíduos, sendo na sua maioria de orientação política de direita, foram bem acolhidos pelo regime português, que deu apoio a todos os exilados nacionalistas que vinham de Espanha.

Estes refugiados instalaram-se sobretudo na região litoral do país, nomeadamente na Figueira da Foz, em Lisboa e em Cascais e no Estoril, – o que demonstra que eram indivíduos de classes sociais mais elevadas. Fábio Alexandre Faria afirma que a sua chegada transformou

¹⁰² ARRANJA, “Jaime Cortesão na Espanha...”, 2020, p. 79.

¹⁰³ FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, p. 58.

¹⁰⁴ FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, pp. 55 e 56.

¹⁰⁵ SARDICA, José Miguel. *Ibéria: A Relação entre Portugal e Espanha no século XX*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2013, p. 108.

estas zonas, especialmente Lisboa e o Estoril, em importantes centros para a preparação da insurreição de julho de 1936, uma vez que o governo português facilitava a circulação e a reunião de espanhóis que eram enviados para Portugal pelo general Emilio Mola, uma das principais figuras envolvidas na conspiração. No entanto, estes refugiados não circularam apenas pela região litoral, tendo-se movimentado um pouco por todo o país, o que foi facilitado por terem mais posses¹⁰⁶.

A instauração da Segunda República Espanhola deu início a um período de agitação que, a 10 de agosto de 1932, levou a uma rebelião proclamada em Sevilha, liderada pelo general Sanjurjo. O *Diário de Lisboa* indica que este golpe foi planeado por “militares afastados do serviço e civis monárquicos, pertencentes na sua maioria a famílias aristocráticas” e “militares do efectivo que estavam metidos na conjura contra a Republica”¹⁰⁷. O golpe militar fracassou, tendo levado vários participantes a fugir para Portugal. Neste contexto, foi sobretudo a partir do verão desse ano que o fluxo de refugiados espanhóis no país vizinho se intensificou¹⁰⁸. Também Sanjurjo se exilou em Portugal, mais especificamente no Estoril, em 1934.

O estabelecimento deste general na referida zona atraiu inúmeros espanhóis para o país. Embora muitos fossem visitantes sazonais, outros instalaram-se em Portugal por serem contra a República e precisarem de um “território seguro para desenvolver as suas atividades conspirativas”¹⁰⁹. Após a Frente Popular ter vencido as eleições de fevereiro de 1936, inúmeros refugiados espanhóis que não se identificavam com a mesma, estabeleceram-se também em Portugal¹¹⁰.

A partir do relatório remetido pelo Capitão Agostinho Lourenço, diretor da PVDE, ao Ministro do Interior, sobre a atividade da polícia política entre 1932 e 1938, podemos verificar que entre os anos de 1934 e 1936, o movimento pela fronteira terrestre, tanto em entradas como em saídas, foi realizado maioritariamente por cidadãos espanhóis. Como se pode observar no quadro 1, durante estes três anos, num total de 124.009 estrangeiros que entraram em Portugal, 96.013 eram espanhóis; num total de 123.184 estrangeiros que saíram do território português, 93.442 eram espanhóis¹¹¹.

¹⁰⁶ FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, pp. 63 e 64.

¹⁰⁷ *Diário de Lisboa*, nº 3501, Ano 12, quarta, 10 de agosto de 1932, p. 4.

¹⁰⁸ FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, pp. 61 e 62.

¹⁰⁹ FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, p. 62.

¹¹⁰ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 42.

¹¹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938), pp. 29 a 31.

Quadro 1 – Entradas e saídas de estrangeiros de Portugal entre 1934 e 1936 (fronteira terrestre)

Anos	Espanhóis		Estrangeiros (total)	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
1934	33 693	31 425	43 459	41 981
1935	34 887	34 108	46 078	45 421
1936	27 433	27 909	34 472	35 782
Total	96 013	93 442	124 009	123 184

Fonte: Elaboração da autora a partir de Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

No mesmo relatório já mencionado, é demonstrado que também a fronteira marítima teve um número significativo de espanhóis a utilizá-la, embora em menor escala, pelo facto de a proximidade geográfica entre ambos os países permitir um acesso mais fácil pela fronteira terrestre. No quadro 2, podemos observar que, entre 1934 e 1936, num total de 37.865 estrangeiros que entraram em Portugal através da fronteira marítima, 4.151 eram espanhóis; num total de 35.835 estrangeiros que deixaram o território português, 3.174 eram de nacionalidade espanhola¹¹². Entre estes indivíduos de nacionalidade espanhola que utilizaram a fronteira marítima, encontrava-se o general Sanjurjo e a sua família que, segundo uma publicação do *Diário de Lisboa* de 27 de abril de 1934¹¹³, chegaram ao Tejo nesse dia, tendo embarcado em Gibraltar no dia anterior.

¹¹² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938), pp. 82 a 84.

¹¹³ *Diário de Lisboa*, nº 4111, Ano 14, sexta, 27 de abril de 1934, p. 6.

Quadro 2 – Entradas e saídas de estrangeiros de Portugal entre 1934 e 1936 (fronteira marítima)

Anos	Espanhóis		Estrangeiros (total)	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
1934	624	478	10 992	10 457
1935	790	507	10 738	10 111
1936	2 737	2 189	16 135	15 267
Total	4 151	3 174	37 865	35 835

Fonte: Elaboração da autora a partir de Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

De acordo com Fábio Alexandre Faria, de forma a proteger estes refugiados, o regime do Estado Novo ignorava os pedidos das autoridades diplomáticas para que fossem vigiados. A estes pedidos a PVDE respondia que não tinha conhecimento de que esses espanhóis entravam em Portugal na condição de refugiados, já que possuíam toda a documentação legal necessária e, além disso, “na inexistência de um acontecimento revolucionário em Espanha, não fazia sentido que fossem classificados como tal”¹¹⁴.

3.3. Os refugiados espanhóis em Cascais e no Estoril entre 1931 e 1936

Como já foi referido, os espanhóis que procuraram refúgio em Portugal após a instauração da Segunda República em Espanha, em 1931, sendo de classes sociais mais elevadas, instalaram-se sobretudo na região litoral do país, nomeadamente em Lisboa e no eixo Estoril-Cascais, que se tornaram importantes locais de reunião para os que preparavam o golpe militar que haveria de ocorrer em julho de 1936. Esta situação foi possível pelo facto de o regime português facilitar a circulação e a reunião de espanhóis que chegavam ao país¹¹⁵.

¹¹⁴ FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, p. 64.

¹¹⁵ FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, p. 63.

O já mencionado golpe falhado de agosto de 1932, levou inúmeros espanhóis a refugiarem-se em Portugal. Dias após o golpe, a 13 de agosto, o *Diário de Lisboa* revela que se encontravam nos principais hotéis de Lisboa e do Estoril inúmeros espanhóis, afirmando que estes, na sua maioria, faziam parte de “excursões organizadas pelo «Touring Club de Espanha» e por diversas agencias de turismo”. Menciona ainda que não tinha conhecimento de nenhum político ou outro espanhol “categorizado” que se tenha deslocado para Lisboa, vindo de Espanha em consequência do golpe falhado¹¹⁶.

O próprio líder do golpe, Sanjurjo, foi condenado à morte. Contudo, a sentença foi, mais tarde, aliviada para prisão perpétua na penitenciária do Dueso. Em março de 1934, Sanjurjo é amnistiado pelo governo de Alejandro Lerroux e exila-se em Portugal, mais particularmente no Estoril.

O jornal *Diário de Lisboa*, a 23 de abril de 1934¹¹⁷, informa que o general Sanjurjo iria ser, provavelmente nesse mesmo dia, posto em liberdade. Já tinha em sua posse o passaporte para Portugal, onde “fixará provisoriamente residencia no Estoril”. O mesmo jornal, a 27 de abril de 1934¹¹⁸, relata como foi a chegada de Sanjurjo a Portugal, desde a receção por parte de um grande número de pessoas que o esperava ansiosamente no cais de Alcântara, tendo-o saudado e manifestado a sua admiração pelo general, até à entrevista que o mesmo deu no Hotel Miramar, no Monte Estoril, onde ficou instalado. Maria Cristina de Carvalho dos Anjos afirma que esta escolha do general se prendeu com o facto de ser o único equipamento de 1ª classe e também por pertencer a sócios espanhóis, Ricardo Allen, Salvador Vilanueva e Ventura Garcia Rodrigues¹¹⁹. Aquando da sua chegada a este hotel, reuniram-se à sua volta “não só os numerosos emigrados espanhóis e os jornalistas e fotografos que foram de Lisboa, mas dezenas de estrangeiros que ali estão hospedados”. Durante a mencionada entrevista, o general é questionado sobre o porquê de ter escolhido Portugal, ao que o mesmo responde que sabia que Portugal estava a progredir de uma maneira ordenada, mostrando sinais de prosperidade e tranquilidade, sendo um “oasis” no meio do cenário europeu “que está verdadeiramente transformado num laboratorio quimico”. Além disso, Sanjurjo afirma que os dois países têm características muito semelhantes, o que quase o faz sentir-se em Espanha. *O Estoril*, ao noticiar a sua chegada a Portugal, menciona que muitos emigrados políticos espanhóis se

¹¹⁶ *Diário de Lisboa*, nº 3504, Ano 12, sábado, 13 de agosto de 1932, p. 5.

¹¹⁷ *Diário de Lisboa*, nº 4107, Ano 14, segunda, 23 de abril de 1934, p. 8.

¹¹⁸ *Diário de Lisboa*, nº 4111, Ano 14, sexta, 27 de abril de 1934, pp. 6 e 7.

¹¹⁹ CARVALHO, Cristina. “O parque hoteleiro: nos estoris cosmopolitas, 1930-1939”. *Dirhotel – Associação dos Directores de Hotéis de Portugal*. 2014, Nº. 15, p. 34.

haviam instalado na Costa do Sol, “conquistando a estima da população e dos meios em que viveram durante longos mezes”¹²⁰.

O estabelecimento de Sanjurjo em Portugal atraiu para o país inúmeros espanhóis que pretendiam derrubar a República em Espanha e que procuravam um lugar seguro para levar a cabo as suas atividades conspirativas¹²¹. Ao longo da sua estada no Estoril, verificou-se sempre uma proximidade e apoio da imprensa local à causa nacionalista – refira-se, a propósito, um autógrafa por ele concedido ao periódico *O Estoril*¹²². De acordo com Maria Cristina de Carvalho dos Anjos, após o exílio de espanhóis como Sanjurjo em Portugal, a aura cosmopolita do Estoril floresceu ainda mais, tendo a região adquirido a reputação de base não oficial da resistência de direita espanhola¹²³. No entanto, como afirma a autora, o eixo Estoril-Cascais acolhia, para além destes “refugiados residentes”, os seus familiares que os visitavam no verão¹²⁴. A presença de Sanjurjo no Estoril atraiu inúmeras visitas sazonais, afirmando o *Diário de Lisboa* que foram “tantas, que têm constituído a melhor propaganda do nosso triunfante Estoril, cantando-o na volta á Espanha e fazendo com que de lá viessem as avalanches dos veraneantes deste ano”¹²⁵. *O Estoril* revela que, durante o verão de 1934, o número de famílias espanholas que permaneceram na Costa do Sol aumentou consideravelmente¹²⁶. O mesmo menciona que no verão seguinte, em 1935, se encontravam na Costa do Sol aproximadamente dois mil espanhóis¹²⁷.

Após a morte de Sanjurjo, em julho de 1936, *O Estoril* faz-lhe uma homenagem, afirmando que muitos habitantes do eixo Estoril-Cascais o admiravam pela sua simplicidade e que a sua vinda para o Estoril “foi altamente benéfica para os interesses turísticos desta zona porque, logo após a sua chegada começaram afluindo espanhóis de elevada categoria, atraídos uns pelo afecto que lhe dispensavam, e outros trazidos pelo noticiário dos jornais de ambos os países, que durante alguns dias se ocuparam da sua personalidade, fazendo realçar ao mesmo tempo o valor da nossa primeira estância de turismo”¹²⁸.

Segundo Maria Anjos, a partir de 1934, o aumento da presença de espanhóis no eixo Estoril-Cascais resultou num maior número de vozes locais a defender a necessidade de

¹²⁰ *O Estoril*, nº 120, Ano IV, 29 de abril de 1934, p. 1.

¹²¹ FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, p. 62.

¹²² *O Estoril*, nº 120, Ano IV, 29 de abril de 1934, p. 1.

¹²³ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 36.

¹²⁴ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 169.

¹²⁵ *Diário de Lisboa*, nº 4606, Ano 15, sexta, 13 de setembro de 1935, p. 4.

¹²⁶ *O Estoril*, nº 127, Ano V, 28 de outubro de 1934, p. 1.

¹²⁷ *O Estoril*, nº 140, Ano VI, 31 de agosto de 1935, p. 1.

¹²⁸ *O Estoril*, nº 169, Ano VII, 26 de julho de 1936, p. 1.

reforçar a rede hoteleira e implementar planos abrangentes de saneamento e infraestruturas viárias na Costa do Sol¹²⁹ – o que demonstra que a presença de Sanjurjo no Estoril foi bastante benéfica para o seu turismo.

O decreto nº23516¹³⁰, de 27 de janeiro de 1934, determinava quais eram os estabelecimentos que podiam usar a designação de hotel, apresentando também as respetivas classificações. No Estoril, temos o Estoril Palácio Hotel (classe de luxo), o Hotel Paris (2ª. classe) e o Hotel do Parque (3ª. classe). No Monte Estoril, o Hotel Miramar (1ª. classe), e os hotéis Grande Hotel Estrade, Grande Hotel de Itália e Hotel Atlântico (2ª. classe). De Cascais, não são apresentadas referências. Em 1935, abrem no Estoril o Hotel de Inglaterra e o Hotel Europa¹³¹.

Relativamente a outros tipos de alojamento, no Estoril existiam as pensões Estoril, Joami, Inglesa, Astória e Casa Mar e Sol; no Monte Estoril, a Zenith, a Panorama, a Stranger's, a Monte Estoril, a Boaventura e a Londres; em Cascais, a Grande Globo e a Oceano. Em 1936, abre a Bom Refúgio Guest House, no Estoril¹³².

Para além dos indivíduos espanhóis, refugiados, turistas e residentes, eram várias as outras nacionalidades presentes no eixo. Em janeiro de 1934, o *Diário de Lisboa* menciona que “O Palacio Hotel do Estoril começa a movimentar-se, vindo quasi diariamente novos hospedes atraídos não só pelo belo clima do Estoril, como também pelas comodidades que este hotel apresenta”, revelando que o antigo primeiro-ministro inglês David Lloyd George e a sua família aí se iriam instalar¹³³, o que “confirmava a estância como palco de luxo frequentado pela elite europeia”¹³⁴. Também *O Estoril*, pela mesma altura, refere a instalação de Lloyd George no mencionado hotel, revelando ainda que “Nos ultimos dias tem chegado muitos estrangeiros, especialmente ingleses, espalhando-se pelos hotéis e pensões da Costa do Sol”¹³⁵.

É ainda importante relembrar que as perseguições nazis também tiveram início neste período, a partir de 1933. Segundo Irene Pimentel, foram vários os judeus alemães “com uma percepção precoce das prováveis consequências do antissemitismo nazi”, que fugiram para Portugal¹³⁶ – muitos instalaram-se no eixo Estoril-Cascais.

¹²⁹ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 174.

¹³⁰ Decreto n.º 23516, de 27 de janeiro de 1934, *Diário do Governo*, Série I, n.º 23

¹³¹ *O Estoril*, nº 148, Ano VI, 25 de dezembro de 1935, p. 3.

¹³² ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, pp. 180 a 182.

¹³³ *Diário de Lisboa*, nº 4006, Ano 13, segunda, 8 de janeiro de 1934, p. 3.

¹³⁴ CARVALHO e HENRIQUES, *Os 100 anos do Projeto Estoril...*, 2016, p. 76.

¹³⁵ *O Estoril*, nº 107, Ano IV, 14 de janeiro de 1934, p. 1.

¹³⁶ HENRIQUES, *Cascais: Território...*, 2014, p. 157.

Em outubro de 1933, *O Estoril* afirma que, num panorama de crise mundial, Portugal tem sido um dos países mais procurados da Europa ocidental, representando a paisagem e o clima do Estoril “a nossa melhor propaganda”. Neste sentido, era necessária a construção de um novo hotel na Costa do Sol, uma vez que os existentes “mal chegam para albergar todos os estrangeiros que procuram o nosso clima e a benignidade e a ternura doce do nosso sol”¹³⁷. Em janeiro de 1934, o jornal sublinha que, a cada ano que passa, o número de visitantes estrangeiros na Costa do Sol aumenta, tendo esta zona “recebido a visita dos homens mais prestigiosos e eminentes nas artes e nas letras, na política, na finança e em todos os ramos da actividade humana”, de que são exemplo o ex-primeiro-ministro do Reino Unido Lloyd George, os Príncipes do Japão e vários outros membros de famílias reais¹³⁸.

No censo de 1 de dezembro de 1930, podemos verificar que, num total de 22.543 habitantes no concelho de Cascais, apenas 737 eram estrangeiros¹³⁹, sendo que 187 eram de nacionalidade espanhola¹⁴⁰. Dentro do concelho de Cascais, a freguesia do Estoril era onde estavam presentes mais estrangeiros, num total de 234; na freguesia de Cascais encontravam-se 201 estrangeiros¹⁴¹. Em contrapartida, com a evolução dos acontecimentos internacionais, no recenseamento de dezembro de 1940, num total de 29.641 habitantes em Cascais¹⁴², 1.671 eram estrangeiros¹⁴³ – o número de estrangeiros no concelho de Cascais mais do que duplicou entre 1930 e 1940.

A 7 de junho de 1936, *O Estoril* noticia que muitas famílias “das que os últimos acontecimentos trouxeram para esta zona”, estavam a regressar a Espanha. A proibição da saída de pesetas estava a dificultar o turismo entre os dois países, sendo crucial resolver a situação o quanto antes, uma vez que se aproximava o verão e as praias e estâncias portuguesas seriam fortemente prejudicadas¹⁴⁴.

¹³⁷ *O Estoril*, nº 97, Ano IV, 22 de outubro de 1933, p. 1.

¹³⁸ *O Estoril*, nº 108, Ano IV, 28 de janeiro de 1934, p. 1.

¹³⁹ Instituto Nacional de Estatística (1933), *Censo da População de Portugal no 1.º de dezembro de 1930 (7.º Recenseamento Geral da População)*, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 12.

¹⁴⁰ Instituto Nacional de Estatística (1933), *Censo da População de Portugal no 1.º de dezembro de 1930 (7.º Recenseamento Geral da População)*, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 250.

¹⁴¹ Instituto Nacional de Estatística (1933), *Censo da População de Portugal no 1.º de dezembro de 1930 (7.º Recenseamento Geral da População)*, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 122.

¹⁴² Instituto Nacional de Estatística (1945), *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de dezembro de 1940*, Distrito de Lisboa, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 8.

¹⁴³ Instituto Nacional de Estatística (1945), *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 13 de dezembro de 1940*, Distrito de Lisboa, Volume XII, Lisboa, Sociedade Tipográfica Limitada, p. 58.

¹⁴⁴ *O Estoril*, nº 162, Ano VI, 7 de junho de 1936, p. 1.

Em suma, os refugiados espanhóis que se instalaram em Portugal, sobretudo na região litoral, a partir de 1931, eram maioritariamente indivíduos de classes sociais mais elevadas e de orientação política de direita. O facto de serem de direita e, portanto, de terem uma ideologia mais semelhante à do Estado Novo, fez com que fossem bem acolhidos no país, beneficiando da proteção do regime, que afirmava perante as autoridades diplomáticas não ter qualquer conhecimento do seu estatuto de refugiados. Pelo contrário, como iremos ver no capítulo seguinte, os refugiados da Guerra Civil Espanhola que chegaram a Portugal diferiam dos anteriores em termos socioprofissionais, de orientação política e também na forma como foram tratados pelo regime.

Capítulo 4. O refúgio espanhol em Portugal durante a Guerra Civil Espanhola

Neste capítulo é analisada a presença de refugiados espanhóis em Portugal, que fugiam à Guerra Civil Espanhola iniciada em 1936. Muitos encontraram refúgio e apoio no eixo Estoril-Cascais – estes eram, maioritariamente, nacionalistas.

No entanto, ao contrário dos refugiados espanhóis do período entre 1931 e 1936, que eram na sua maioria de direita, os que procuravam escapar à Guerra Civil de Espanha, sendo uma grande parte de esquerda e, conseqüentemente, vistos pelo Estado Novo como uma ameaça ao regime, não tiveram a sua entrada em Portugal facilitada.

4.1. A posição de Portugal perante a Guerra Civil de Espanha

Em Espanha, a 16 de fevereiro de 1936, a Frente Popular vence as eleições. Para além desta, emergiu a Frente Nacional, que congregava as forças de direita (partidos nacionalistas de direita – monárquicos, conservadores e falangistas). A direita permaneceu ativa durante este período e, entre 17 e 18 de julho do mesmo ano, o general Francisco Franco e o seu exército dão início a uma rebelião militar nos territórios espanhóis do norte de África, desencadeando assim a Guerra Civil de Espanha. A partir daí, tem início uma onda de motins e assassinatos por todo o país. Segundo Luís Cunha, esta foi uma guerra entre o socialismo emergente, que havia vencido as eleições desse mesmo ano por maioria absoluta, e o conservadorismo católico, influenciado pelo fascismo. Este conflito, motivado pelas rivalidades existentes entre esquerda e direita e por outras razões internas, surge também num momento de grande tensão internacional. Devido à fratura ideológica que está na sua origem, a Guerra Civil Espanhola tem uma dimensão que ultrapassa as suas fronteiras geográficas e históricas. Esta foi caracterizada por uma presença significativa de elementos externos, tanto no campo de batalha como nos bastidores, a ponto de ser considerada um primeiro “ensaio” do que viria a culminar na Segunda Guerra Mundial¹⁴⁵.

Com a vitória da Frente Popular no país vizinho, a “ameaça” espanhola torna-se novamente uma grande preocupação do regime português, destacando-se na agenda política e diplomática de Portugal. Para o Estado Novo a subida da esquerda ao poder em Espanha, pelo seu caráter esquerdista e revolucionário, seria uma ameaça direta ao regime. Deste modo, desde o início da Guerra Civil de Espanha, há uma aproximação entre o regime português e o grupo

¹⁴⁵ CUNHA, “A Guerra também foi nossa...”, 2020, p. 106.

nacionalista liderado por Franco. Assim, apesar de formalmente Portugal ter adotado uma política de não-intervenção neste conflito, apoiou a causa nacionalista a nível militar, político, logístico e diplomático. O Estado Novo considerava ser sua obrigação o fornecimento de todo o auxílio possível aos nacionalistas na luta contra os republicanos, pois, como menciona Alberto Pena Rodríguez, “Na cruzada contra a “barbárie comunista”, Portugal devia prestar todo o auxílio possível, ou não estivesse em causa a sua própria integridade territorial”¹⁴⁶. Este auxílio português foi crucial e ia ao encontro dos interesses de ambos os países, uma vez que Portugal não queria um regime de esquerda do outro lado da fronteira e a Espanha necessitava de uma fronteira segura por onde o apoio externo pudesse passar. Segundo o *Diário de Lisboa*, mais do que qualquer outra nação, Portugal, por estar tão perto do país em guerra, necessitava de estar alerta e de se manter longe de conflitos que não eram os seus. Afirma que esta “norma de sabedoria” justifica a longa duração de Portugal que tem durante todo este tempo resistido às várias tentações, “ontem a do iberismo e hoje a do comunismo”¹⁴⁷.

O governo português aderiu ao acordo da não-intervenção nesta guerra, apresentado por Inglaterra e pela França. No entanto, o *Diário de Lisboa* declara que foi sob algumas condições, “impostas pela nossa proximidade e receio de contágio”¹⁴⁸. Neste sentido, para Portugal, a não-intervenção nunca será uma obrigação, e em certas circunstâncias, nomeadamente quando a soberania portuguesa for ameaçada, quando qualquer signatário do acordo quebrar as regras nele estabelecidas, e quando o rumo dos eventos em Espanha seja tão preocupante que obrigue Portugal, pela sua posição geográfica, a reagir imediatamente para defender a civilização ocidental, o acordo torna-se inoperacional. Este acordo, segundo o jornal, tem como fim afastar Portugal de uma guerra em que os cidadãos do mesmo país se revoltam uns contra uns outros, sem misericórdia alguma¹⁴⁹.

Em outubro, o *Diário de Lisboa* noticia que Armindo Monteiro¹⁵⁰ argumentou que Portugal honrou a sua palavra relativamente à neutralidade¹⁵¹. Porém, na comissão de não-intervenção, a Rússia responsabiliza Portugal, a Alemanha e Itália pelo sucesso crescente dos nacionalistas espanhóis e confirma esta violação do acordo pelo facto de estes países lhes terem fornecido armas e munições¹⁵². O jornal acusa a Rússia de ter, em Espanha, um alvo para a “proxima

¹⁴⁶ RODRÍGUEZ, “A guerra de propaganda de Salazar...”, 2003, p. 16.

¹⁴⁷ *Diário de Lisboa*, nº 4940, Ano 16, terça, 18 de agosto de 1936, p. 1.

¹⁴⁸ *Diário de Lisboa*, nº 4992, Ano 16, sábado, 10 de outubro de 1936, p. 1.

¹⁴⁹ *Diário de Lisboa*, nº 4949, Ano 16, quinta, 27 de agosto de 1936, p. 1.

¹⁵⁰ Armindo Monteiro, entre 1929 e 1943, ocupou importantes cargos políticos, entre os quais, Ministro dos Negócios Estrangeiros e embaixador de Portugal em Londres.

¹⁵¹ *Diário de Lisboa*, nº 4992, Ano 16, sábado, 10 de outubro de 1936, p. 1.

¹⁵² *Diário de Lisboa*, nº 5006, Ano 16, sábado, 24 de outubro de 1936, p. 1.

aurora vermelha”¹⁵³, pois “sabe perfeitamente o trunfo que representa a Espanha no jogo das suas investidas para derrubar a organização económica e social sobre que assenta a Europa”¹⁵⁴, e que o país abastecia Madrid com “armas por alimentos e conselhos por toneladas de ouro, destinado a futuras aquisições de foice e martelos”¹⁵⁵, para além de querer incentivar a revolução comunista nas várias partes do mundo¹⁵⁶.

Ainda em outubro, Madrid junta-se a Moscovo nas contestações a Portugal. Para além de acusarem o país de violar o acordo da não-intervenção, solicitaram que as costas portuguesas fossem fortemente vigiadas por navios ingleses e franceses, para bloquear o desembarque e a entrega de armas e munições aos nacionalistas espanhóis. Em resposta, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português refutou as acusações uma a uma, pois “Portugal não traiu, não mentiu nem sequer tergiversou”¹⁵⁷. Relativamente à fiscalização das fronteiras e portos portugueses, o governo português afirmou que não poderia permitir uma fiscalização proveniente de entidades que não fossem nacionais¹⁵⁸.

Os nacionalistas contaram com o apoio da Alemanha, da Itália e de Portugal. A Alemanha procurava um novo aliado e pretendia enfraquecer a Grã-Bretanha, ao passo que Itália acreditava que era benéfico para o seu país apoiar a direita espanhola, para além de ter ambições expansionistas. Vários portugueses combateram na guerra civil do lado das forças nacionalistas – os chamados “Viriatos”¹⁵⁹. Além disso, também o Vaticano apoiou Franco na sua cruzada contra o comunismo¹⁶⁰.

Já as democracias optaram pela não-intervenção militar neste conflito. A 19 de julho, o governo republicano procurou apoio militar por parte da Grã-Bretanha e da França, porém ambos os países se mostraram resistentes à ideia. No entanto, os republicanos tiveram o apoio da União Soviética e do México, assim como das Brigadas Internacionais, compostas por voluntários estrangeiros vindos de várias partes do mundo, incluindo de Portugal. Como indica Salazar numa nota oficiosa, “Quem é contra a Nação não pode ser militar”¹⁶¹, contudo também houve portugueses a lutar do lado dos republicanos que, segundo César Oliveira, eram,

¹⁵³ *Diário de Lisboa*, nº 4992, Ano 16, sábado, 10 de outubro de 1936, p. 1.

¹⁵⁴ *Diário de Lisboa*, nº 4940, Ano 16, terça, 18 de agosto de 1936, p. 1.

¹⁵⁵ *Diário de Lisboa*, nº 5006, Ano 16, sábado, 24 de outubro de 1936, p. 1.

¹⁵⁶ *Diário de Lisboa*, nº 4992, Ano 16, sábado, 10 de outubro de 1936, p. 1.

¹⁵⁷ *Diário de Lisboa*, nº 5011, Ano 16, quinta, 29 de outubro de 1936, p. 1.

¹⁵⁸ *Diário de Lisboa*, nº 5058, Ano 16, quarta, 16 de dezembro de 1936, p. 1.

¹⁵⁹ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 34.

¹⁶⁰ GRAHAM, *Breve história da Guerra Civil...*, 2006, p. 107.

¹⁶¹ *Diário de Lisboa*, nº 4963, Ano 16, quinta, 10 de setembro de 1936, p. 3.

nomeadamente, opositores ao regime que fugiram à polícia política, exilados políticos, anarquistas e comunistas¹⁶².

A Guerra Civil Espanhola provocou a saída em massa de cidadãos do seu país, tendo sido Portugal o destino de inúmeros refugiados, nomeadamente republicanos. Todavia, em Portugal, em 1936, o Estado Novo ainda se encontrava num processo de consolidação, a nível interno e externo e Salazar, considerando o contacto destes fugitivos com a população portuguesa uma ameaça ao regime, tentou impedir a sua entrada no país. Nesta circunstância, deu-se início à vigilância, à perseguição e à atuação, por parte das autoridades portuguesas, contra estes refugiados e também contra os portugueses que os auxiliavam. Com efeito, esta guerra contribuiu para o reforço da repressão do regime do Estado Novo.

A imprensa portuguesa teve um papel crucial no conflito, tendo sido utilizada em prol do Estado Novo e dos nacionalistas. Alberto Pena Rodríguez afirma que, para a maioria dos jornalistas portugueses, os ataques dos nacionalistas “não são mais do que operações de pacificação em zonas sob domínio da “barbárie vermelha”, que deixa atrás de si um rasto de morte”, estando a crueldade sempre do lado dos republicanos que, “em defesa do governo legítimo, se encontram tomados por sentimentos de ódio e vingança”. Neste sentido, a opinião pública portuguesa ficou perplexa diante dos numerosos crimes cometidos pelos republicanos e tanta benevolência por parte dos nacionalistas¹⁶³. Além disso, era utilizado o argumento de que a Rússia ambicionava invadir Espanha e Portugal, sendo a missão da imprensa nacional defender a liberdade da Península Ibérica “a partir das trincheiras do jornalismo”¹⁶⁴.

O *Diário de Lisboa*, no próprio dia 18 de julho, data do início da guerra, revela que não tem a intenção de tomar partido por nenhum dos lados, em assuntos internacionais – nem pela Frente Popular, nem pela Frente Nacional. No entanto, vai mostrando cada vez mais desprezo pela ideologia comunista. Para além disso, afirma que Portugal quer apenas o bem do país vizinho, “Fazemos votos para que a Espanha, que tanto consideramos e estimamos, saia desta nova crise, com o menor dispendio de vidas e menor gasto da sua fazenda”¹⁶⁵, condenando os “tragicos sucessos da luta entre irmãos” e, mais formalmente, a crueldade que as milícias comunistas e anarquistas cometem contra a população que habita nas zonas por eles dominadas¹⁶⁶. Salazar refere que só quem já foi “vítima” do comunismo e quem sabe dos “perigos da doença” acredita no governo português. O *Diário de Lisboa* faz referência a um

¹⁶² OLIVEIRA, “Guerra Civil...”, 2002, vol. VIII.

¹⁶³ RODRÍGUEZ, “A guerra de propaganda de Salazar...”, 2003, pp. 11 a 14.

¹⁶⁴ RODRÍGUEZ, “A guerra de propaganda de Salazar...”, 2003, p. 10.

¹⁶⁵ *Diário de Lisboa*, nº 4909, Ano 16, sábado, 18 de julho de 1936, p. 1.

¹⁶⁶ *Diário de Lisboa*, nº 4949, Ano 16, quinta, 27 de agosto de 1936, p. 1.

decreto-lei que exige em alguns casos, a partir da sua entrada em vigor, a assinatura do seguinte documento: “Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as idéas subversivas”¹⁶⁷.

Em agosto, o *Diário de Lisboa* apresenta os relatos de alguns portugueses que fugiam de Madrid. Nesse artigo, afirma-se que a situação dos portugueses na capital espanhola estava muito complicada, uma vez que eram “alvos de constantes perseguições e os jornais e manifestos incitam-nos a alistarem-se nas milícias de Frente Popular, constituindo um perigo não o fazer”. Menciona que existia a “Tchéka”, um “tribunal vermelho onde são julgados os presos que não são mortos pelo caminho”. O jornal revela ainda a informação de que o principal motivo para haver tantos fugitivos vindos de Madrid foi a convicção de que, à medida que as tropas fossem entrando na capital, iria haver um grande número de mortos¹⁶⁸.

De acordo com o *Diário de Lisboa*, o governo português, se tiver a abertura para tal, aceita assumir a posição de intermediário entre os partidos inimigos e reconhece ainda a “beligerancia de qualquer das forças em luta ou de um novo Govêrno, bem como a modificação da fôrma de representação diplomática e consular”¹⁶⁹. Mais tarde, afirma que esta guerra só terá um fim adequado se um dos lados sair vencedor com a total sujeição do lado vencido e “logo a seguir se estabeleça um poder humano e forte que reorganize o Estado, pacifique os animos e fomente a riqueza”¹⁷⁰.

Em setembro de 1936 foi criada a Legião Portuguesa, uma organização paramilitar cuja formação, de acordo com Fábio Alexandre Faria, foi fortemente influenciada pelo caráter anticomunista do Estado Novo e pela posição que o governo português assumiu em relação ao conflito espanhol. A guerra civil contribuiu também para o fortalecimento da Mocidade Portuguesa, uma organização juvenil criada em maio do mesmo ano, pois o governo português considerava necessário proteger os jovens portugueses das idéias “revolucionárias, avançadas e subversivas, como o regime as apelidava”, que iam ganhando força nas regiões da Espanha controladas pelos republicanos¹⁷¹.

Em março de 1939, já perto do fim da Guerra Civil Espanhola, foi assinado um tratado de amizade e não-agressão entre Portugal e Espanha, respetivamente representados por Salazar e Nicolás Franco, o embaixador de Espanha – e irmão de Francisco Franco. Nicolás Franco

¹⁶⁷ *Diário de Lisboa*, nº 4963, Ano 16, quinta, 10 de setembro de 1936, pp. 1 a 3.

¹⁶⁸ *Diário de Lisboa*, nº 4945, Ano 16, domingo, 23 de agosto de 1936, p. 1.

¹⁶⁹ *Diário de Lisboa*, nº 4949, Ano 16, quinta, 27 de agosto de 1936, p. 1.

¹⁷⁰ *Diário de Lisboa*, nº 5058, Ano 16, quarta, 16 de dezembro de 1936, p. 1.

¹⁷¹ FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, p. 60.

revelou ao *Diário de Lisboa* que este tratado interessava igualmente a ambos os países e que Espanha nunca iria esquecer o que devia a Portugal, não só pela sua atitude, como também pelo fornecimento de material, pessoas e apoio moral. O tratado, de acordo com o embaixador, é um documento em que ambos os países se comprometem a “ser amigos e a não se agredirem em nenhum caso; a fazerem prevalecer essa decisão independentemente das relações e das ligações externas que cada um dos povos tiver; e a auxiliarem-se no caso duma agressão por terceiros a qualquer das duas nações”. Elogia ainda as emissoras portuguesas, nomeadamente o Rádio Clube Português e as “entidades que organizaram comboios-especiais” com alimentos. Não fica pelos elogios ao povo português, louva também o governo, afirmando que este “tomou francamente, nas horas de perigo (...) a mais franca e a mais leal das posições, demonstrando á Europa e ao mundo que em Espanha não lutavam dois partidos, mas sim a civilização peninsular e europeia contra a barbarie moscovita”¹⁷².

Nestes anos da guerra civil, foram várias as cidades conquistadas pelos nacionalistas, tendo havido também bombardeamentos a cidades inteiras, como foi o caso de Badajoz, bombardeada por aviões e artilharia durante vários dias até finalmente ser conquistada e ocupada a 14 de agosto de 1936 pela Frente Nacional, e de Guernica, bombardeada por aviões alemães a 26 de abril de 1937. Esta destruição não foi apenas causada pelos espanhóis, mas também por outros países, nomeadamente pela Alemanha nazi e a Itália fascista, que utilizaram esta guerra como palco para testar as suas armas e a sua aviação, tornando-se a Espanha “o local onde outras potências testavam as mais recentes tecnologias de guerra”¹⁷³. Neste sentido, Luís Cunha considera que é possível ver na Guerra Civil Espanhola “o primeiro ato do drama que se lhe seguiria e a que chamamos II Guerra Mundial”¹⁷⁴. Além disso, de acordo com Helen Graham, esta guerra foi “o primeiro conflito da Europa em que os civis se tornaram alvos em massa, através de bombardeamentos em grandes cidades”¹⁷⁵.

Em Espanha, aos poucos, as tropas republicanas foram-se rendendo. A 1 de abril de 1939, aquando da rendição dos últimos homens das forças republicanas, Franco anuncia o fim da Guerra Civil Espanhola. A vitória de Franco instaurou uma ditadura que duraria até à sua morte, em novembro de 1975.

Em maio desse mesmo ano de 1939, Salazar dedica um discurso na Assembleia Nacional aos portugueses que participaram na Guerra Civil Espanhola, mencionando que “alguns

¹⁷² *Diário de Lisboa*, nº 5861, Ano 18, sábado, 18 de março de 1939, p. 1.

¹⁷³ GRAHAM, *Breve história da Guerra Civil...*, 2006, p. 12.

¹⁷⁴ CUNHA, “A Guerra também foi nossa...”, 2020, p. 106.

¹⁷⁵ GRAHAM, *Breve história da Guerra Civil...*, 2006, pp. 11 e 12.

milhares (...), abandonaram a sua vida, interesses e confortos, foram combater pela Espanha, morreram pela Espanha”, mostrando-se orgulhoso de todos eles, vivos ou mortos. Revela que, sempre que os portugueses foram livres de agir, ajudaram o nacionalismo espanhol e a civilização cristã, que estavam “directamente ameaçados por doutrinas e regimes que só os que andam á cata de desilusões esperam converter ou tornar inofensivos”¹⁷⁶. Em junho, o *Diário de Lisboa* revela que os Viriatos iam regressar a Portugal, afirmando que “venceu a Espanha Nacionalista e com ela venceram os nossos «Viriatos»”¹⁷⁷.

A vaga de refugiados oriundos da Guerra Civil Espanhola, que escolheram Portugal como local de acolhimento, em especial nos meses iniciais do conflito, tiveram impacto no quotidiano da população portuguesa que com eles conviveu.

4.2. Os refugiados espanhóis em Portugal entre 1936 e 1939

Como se demonstrou anteriormente, os refugiados espanhóis que procuraram abrigo em Portugal a partir de 1931, escolheram o país pela vigência do regime da Ditadura Militar e, mais tarde, do Estado Novo. Também a vitória da Frente Popular, em fevereiro de 1936, levou vários opositores espanhóis a fugir para Portugal. No entanto, inúmeros refugiados da Guerra Civil Espanhola também se instalaram no país vizinho, mesmo muitos sendo de esquerda e sabendo que o Estado Novo estava a apoiar a causa nacionalista, que era precisamente do que eles estavam a fugir¹⁷⁸. Entre os refugiados que chegaram nos primeiros momentos do conflito estavam indivíduos de orientação política tanto de esquerda como de direita, indivíduos que receavam ser perseguidos e indivíduos que procuravam apenas escapar a uma situação de guerra¹⁷⁹. Mas, para além da população civil, ainda procuraram refúgio em Portugal vários militares que não queriam participar no conflito, tanto do lado franquista como do lado republicano, e até mesmo indivíduos que procuravam livrar-se da convocação militar¹⁸⁰. Os fugitivos espanhóis eram sobretudo republicanos que escolheram o país também pela “existência de uma antiga rede de contactos e de relações”¹⁸¹. De acordo com Luís Cunha, alguns refugiados utilizavam a atividade contrabandista como um meio de subsistência e, em

¹⁷⁶ *Diário de Lisboa*, nº 5925, Ano 19, segunda, 22 de maio de 1939, p. 1.

¹⁷⁷ *Diário de Lisboa*, nº 5940, Ano 19, terça, 6 de junho de 1939, p. 1.

¹⁷⁸ FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, p. 65.

¹⁷⁹ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 41.

¹⁸⁰ FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, p. 68.

¹⁸¹ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. v.

alguns casos, “foram as redes preexistentes no contrabando que permitiram o acolhimento e proteção de refugiados”¹⁸².

O tratamento dado a estes refugiados pelo regime português diferiu dependendo sobretudo da sua orientação política e também da forma como entravam em Portugal, isto é, se tinham todos os documentos legais necessários ou não, muitas vezes entrando na clandestinidade, o que os levava a serem detidos. O Estado Novo, considerando o contacto destes fugitivos com a população portuguesa uma ameaça ao regime, tentou travar a sua entrada no país. Neste contexto, a presença de espanhóis em Portugal diminuiu devido à guerra civil, pelo menos em termos da legalidade da sua entrada no país, uma vez que o conflito levou a um aumento de entradas ilegais de espanhóis, muitas por parte dos refugiados. Esta situação foi causada sobretudo pelo reforço do controlo e fiscalização às passagens de fronteira¹⁸³. Este aumento da fiscalização nas fronteiras, por sua vez, resultou em condições de vida precárias para os refugiados espanhóis na região fronteira¹⁸⁴. De acordo com Fábio Alexandre Faria, mais problemático do que os pontos de passagem fronteira em que havia presença policial, “era toda a raia, seca ou molhada, não vigiada que preocupava e dava mais trabalho às autoridades portuguesas”¹⁸⁵.

Pelo contrário, quando se comprovava que os indivíduos espanhóis eram simpatizantes da ideologia nacionalista, estes eram libertados e podiam facilmente seguir para qualquer área sob o controlo das tropas franquistas¹⁸⁶. Aos nacionalistas foi dada a liberdade de circulação pelo território português, permitida a passagem pelo país de armamento e de transporte vindos sobretudo da Alemanha e de Itália, e também foi permitido o fornecimento de alimentos para os mesmos¹⁸⁷. Além disso, considerava-se desnecessário reforçar os postos fronteiriços adjacentes às regiões espanholas controladas pelos nacionalistas, pois acreditava-se que nelas prevalecia a ordem¹⁸⁸. Na primeira metade de 1936, os espanhóis que se estabeleceram no território português eram maioritariamente nacionalistas, enquanto na segunda metade, sobretudo devido à Guerra Civil Espanhola, houve uma “inversão completa da situação”¹⁸⁹ e os fugitivos espanhóis eram sobretudo republicanos.

¹⁸² CUNHA, “A Guerra também foi nossa...”, 2020, p. 116.

¹⁸³ FARIA, “Passando a fronteira...”, 2023, p. 65.

¹⁸⁴ LOPES, Moisés Alexandre Antunes. *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): o caso de Elvas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017, p. 59.

¹⁸⁵ FARIA, “Refugiados em Portugal. Fronteira...”, 2017, p. 75.

¹⁸⁶ FARIA, “Refugiados em Portugal. Fronteira...”, 2017, p. 80.

¹⁸⁷ OLIVEIRA, *Cem anos nas relações...*, 1995, pp. 50 e 51.

¹⁸⁸ FARIA, “Refugiados em Portugal. Fronteira...”, 2017, p. 78.

¹⁸⁹ LOPES, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2017, p. 66.

Em outubro de 1936, o Governo espanhol havia concordado com a proposta portuguesa de repatriamento dos refugiados. O Governo português cobria os custos do repatriamento para quem escolhesse ir para Tarragona, porto indicado pelo Governo espanhol. No entanto, Salazar deixou claro que, se os refugiados recusassem o repatriamento ou não procurassem outro país por conta própria, poderiam permanecer em Portugal mas estariam sujeitos às diretrizes impostas pelo Governo¹⁹⁰. Todavia, como indica Fábio Alexandre Faria, esta proposta do regime do Estado Novo derivou de pressões e denúncias, nacionais e internacionais, pela forma como o governo português acolhia e tratava os refugiados republicanos. Além disso, o seu repatriamento foi uma maneira de o regime salazarista afastar estes refugiados “indesejáveis” do território português¹⁹¹.

A partir do relatório remetido pelo diretor da PVDE ao Ministro do Interior sobre a atividade da polícia política entre 1932 e 1938, podemos verificar que entre os anos de 1936 e 1938, período correspondente à Guerra Civil Espanhola, houve uma diminuição do número de espanhóis que entraram e saíram (legalmente) de Portugal pela fronteira terrestre. Mesmo assim, como se pode observar no quadro 3, durante estes anos, o movimento de estrangeiros foi composto maioritariamente por espanhóis. Num total de 63.326 estrangeiros que entraram em Portugal pela fronteira terrestre, 48.136 eram de nacionalidade espanhola; num total de 60.575 estrangeiros que saíram do país, 45.733 eram espanhóis¹⁹².

Quadro 3 – Entradas e saídas de estrangeiros de Portugal entre 1936 e 1938 (fronteira terrestre)

Anos	Espanhóis		Estrangeiros (total)	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
1936	27 433	27 909	34 472	35 782
1937	13 447	11 404	17 899	14 558
1938	7 256	6 420	10 955	10 235
Total	48 136	45 733	63 326	60 575

¹⁹⁰ FARIA, “Refugiados em Portugal. Fronteira...”, 2017, pp. 74 e 75.

¹⁹¹ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, pp. 212 e 213.

¹⁹² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938), pp. 126 a 128.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

A fronteira marítima também foi utilizada por vários espanhóis, embora, como já foi referido, tenha sido em menor número do que a terrestre, que era de acesso mais fácil devido à proximidade geográfica entre os dois países. No quadro 4 podemos verificar que entre 1936 e 1938, num total de 45.315 estrangeiros que entraram em Portugal pela fronteira marítima, apenas 7.730 eram espanhóis; num total de 52.554 estrangeiros que saíram do país, 12.625 eram desta nacionalidade¹⁹³. Como se pode observar no quadro 4, em 1937 e 1938, há uma clara superioridade das saídas de espanhóis em relação às entradas pela fronteira marítima, algo que não se verifica nas outras fronteiras. A maioria dos espanhóis que saíram de Portugal pela fronteira marítima terá embarcado com destino às Américas¹⁹⁴.

Quadro 4 – Entradas e saídas de estrangeiros de Portugal entre 1936 e 1938 (fronteira marítima)

Anos	Espanhóis		Estrangeiros (total)	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
1936	2 737	2 189	16 135	15 267
1937	2 486	6 295	14 446	21 075
1938	2 507	4 141	14 734	16 212
Total	7 730	12 625	45 315	52 554

Fonte: Elaboração da autora a partir de Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

De acordo com Agostinho Lourenço, o movimento pela fronteira aérea teve início no princípio de 1936, tendo aumentado de ano para ano. Devido à Guerra Civil Espanhola, os

¹⁹³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938), pp. 126 a 128.

¹⁹⁴ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 130.

transportes aéreos desenvolveram-se de maneira acelerada por serem mais cómodos, seguros e rápidos do que os comboios¹⁹⁵.

Quadro 5 – Entradas e saídas de estrangeiros de Portugal entre 1936 e 1938 (fronteira aérea)

Anos	Espanhóis		Estrangeiros (total)	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
1936	186	179	519	493
1937	227	213	821	923
1938	454	318	1 511	1 412
Total	867	710	2 851	2 828

Fonte: Elaboração da autora a partir de Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

Ao contrário dos refugiados espanhóis anteriores à guerra civil, que se instalaram sobretudo na região litoral de Portugal, os refugiados deste conflito circularam sobretudo pelas zonas fronteiriças, de que são exemplo Campo Maior, Barrancos e Elvas¹⁹⁶. Muitos escondiam-se em zonas montanhosas, para não serem detidos pelas autoridades portuguesas. Outros dirigiam-se para Lisboa para daí embarcarem para as Américas¹⁹⁷. Diversas outras regiões do país, algumas mais longe da fronteira, foram locais de refúgio para estes indivíduos espanhóis, como, por exemplo, a Figueira da Foz¹⁹⁸.

¹⁹⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938), p. 93.

¹⁹⁶ Sobre a instalação de refugiados em Campo Maior, Barrancos e Elvas ver, respetivamente, CUNHA, Luís. “A Guerra também foi nossa: Memórias Raianas da Guerra Civil Espanhola”. *O Pelourinho: Boletim de Relaciones transfronterizas*. 2020, N.º. 24, pp. 105-118; SIMÕES, Dulce. *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola: Resistências, Solidariedades e usos da Memória*. Lisboa: Edições Colibri, 2016; LOPES, Moisés Alexandre Antunes. *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): o caso de Elvas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017.

¹⁹⁷ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 50.

¹⁹⁸ Sobre a instalação de refugiados na Figueira da Foz ver VAQUINHAS, Irene Maria. “Huyendo de la guerra civil: los refugiados españoles en Figueira da Foz (1936-1939)”. In *Pensar com la Historia desde el siglo XXI: Actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*. Madrid: UAM EDICIONES, 2015, pp. 4833-4854.

Se, por um lado, o regime português procurou travar a entrada destes refugiados no país, assim como os vigiou, controlou e reprimiu, por outro, como afirma Fábio Alexandre Faria, no geral, a população portuguesa acolheu-os e auxiliou-os de várias maneiras. No entanto, também houve quem se lhes opusesse, denunciando-os às autoridades¹⁹⁹. Para além dos civis, houve militares portugueses que auxiliaram os fugitivos espanhóis²⁰⁰.

4.3. Os refugiados espanhóis em Cascais e no Estoril entre 1936 e 1939

Tal como aconteceu a partir de 1931 com o estabelecimento da Segunda República Espanhola, após a vitória da Frente Popular nas eleições de 1936, inúmeros espanhóis procuraram refúgio no eixo Estoril-Cascais. Também com o início da Guerra Civil Espanhola, muitos espanhóis refugiaram-se na região que, desde o princípio do conflito, desempenhou um papel crucial na coordenação da estratégia e na recuperação dos nacionalistas feridos em combate. Apesar de formalmente Portugal ter adotado uma política de neutralidade perante este conflito, o regime do Estado Novo apoiou a causa nacionalista, e o próprio Casino do Estoril foi palco de comemorações aquando de algumas conquistas dos nacionalistas, como a tomada de Madrid²⁰¹. Em março de 1937, *O Estoril* informa que, tal como noutros concelhos do país, no concelho de Cascais formou-se uma comissão de estudantes com o objetivo de angariar donativos para os nacionalistas espanhóis²⁰².

A 20 de julho de 1936, o general Sanjurjo falece na Quinta da Marinha, em Cascais, vítima de um acidente aéreo, quando tentava partir para Espanha para liderar a revolta. O piloto da avioneta, Juan Antonio Ansaldo, sobreviveu ao desastre – a que a esposa de Sanjurjo e alguns amigos próximos do mesmo assistiram –, porém o corpo do general foi encontrado totalmente carbonizado²⁰³. Após a morte de Sanjurjo, a sua família continuou a viver no Monte Estoril, mudando-se da Vila Leocadia para o Hotel Miramar, onde já tinham vivido²⁰⁴. De acordo com Maria Cristina de Carvalho dos Anjos, a sua morte foi vantajosa para o turismo do eixo, pois a comunicação social internacional divulgou imagens do local do acidente e do Estoril²⁰⁵. Dias depois da morte do seu pai, falece Justo Sanjurjo²⁰⁶. A viúva do general Sanjurjo forneceu apoio

¹⁹⁹ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 323.

²⁰⁰ FARIA, “Refugiados em Portugal. Fronteira...”, 2017, p. 74.

²⁰¹ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 173.

²⁰² *O Estoril*, nº 198, Ano VII, 7 de março de 1937, p. 2.

²⁰³ *Diário de Lisboa*, nº 4911, Ano 16, segunda, 20 de julho de 1936, p. 1.

²⁰⁴ *O Estoril*, nº 202, Ano VII, 4 de abril de 1937, p. 1.

²⁰⁵ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 37.

²⁰⁶ *O Estoril*, nº 170, Ano VII, 2 de agosto de 1936, p. 1.

material à causa nacionalista²⁰⁷, o que evidencia o sério e declarado compromisso que esta família tinha para com a conspiração.

A Guerra Civil Espanhola teve, a determinada altura, um impacto negativo no turismo do eixo Estoril-Cascais. Este conflito trouxe muitos espanhóis para a região, sobretudo nacionalistas, porém “condicionou a vida e a procura por parte de outros turistas”²⁰⁸. Para além da insegurança que se sentia pela proximidade do conflito espanhol, circulavam informações falsas e boatos, vindos sobretudo da imprensa estrangeira. Este cenário levou à desistência de muitos britânicos que outrora se costumavam dirigir ao Estoril durante o Inverno, o que contribuiu para a crise turística do Inverno de 1936-1937, em que diminuiu o número de ingleses e espanhóis. Em fevereiro de 1937, *O Estoril* confirma esta situação, afirmando que “A guerra da nação vizinha não só nos afectou pela falta de afluência de espanhóis, mas impediu outros estrangeiros, especialmente ingleses, de vir para Portugal nesta quadra do ano”²⁰⁹. Em janeiro do ano seguinte, o jornal revela que esta crise económica que afetou os hotéis, as pensões e as empresas de turismo da Costa do Sol foi unicamente causada pela falta de afluência de estrangeiros durante o inverno e de portugueses durante o verão²¹⁰. O desencadeamento da Guerra Civil de Espanha levou também à suspensão do serviço do Sud Express, o que prejudicou o setor turístico de toda a Península Ibérica. Por conseguinte, apostou-se no turismo interno, através da descida do preço dos alojamentos e de outras medidas destinadas a atrair uma clientela portuguesa²¹¹. Em janeiro de 1937, *O Estoril* dá alguns exemplos desta “campanha tendenciosa” feita pela imprensa estrangeira, afirmando que em Inglaterra se dizia que “nos hotéis do Estoril estão instalados muitos comunistas”²¹². Contudo, houve vários defensores da região, incluindo ingleses como, por exemplo, J. A. Wyllie²¹³, que enviou uma carta ao jornal inglês *News Chronicle* que, segundo *O Estoril*, publicava notícias falsas acerca de Portugal. Nesta carta, J. A. Wyllie menciona que o referido jornal noticiou que “a cidade de Cascais foi bombardeada pela esquadra revoltosa” e propagou o boato de que havia uma “epidemia grave que ameaçava as crianças dos veraneantes”, o que afastou vários visitantes da região²¹⁴.

²⁰⁷ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 173.

²⁰⁸ VICENTE, *Hotel Palácio Estoril...*, 2019, p. 23.

²⁰⁹ *O Estoril*, nº 195, Ano VII, 14 de fevereiro de 1937, p. 1.

²¹⁰ *O Estoril*, nº 234, Ano VIII, 30 de janeiro de 1938, p. 1.

²¹¹ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, pp. 232 e 233.

²¹² *O Estoril*, nº 190, Ano VII, 10 de janeiro de 1937, p. 3.

²¹³ Tenente-Coronel reformado do Exército da Índia Britânica.

²¹⁴ *O Estoril*, nº 184, Ano VII, 22 de novembro de 1936, p. 1.

De acordo com Maria Cristina de Carvalho dos Anjos, o concelho de Cascais participou de várias maneiras na Guerra Civil Espanhola, entre as quais, por ser no Estoril que “se retemperavam as forças dos militares oposicionistas” e porque na Parede se encontrava o Rádio Clube Português (RCP) que “aumentaria a potência das antenas e emitiria apoio aos combatentes”²¹⁵.

No âmbito deste apoio da região à causa nacionalista e de condenação da ideologia comunista, a 8 de agosto de 1937 realizou-se no Estoril um comício anti-comunista²¹⁶. Dias depois, o jornal *O Estoril* refere que este foi um comício nacionalista e, em simultâneo, uma manifestação de protesto contra o comunismo e os seus “processos de destruição”, a que compareceram “as entidades oficiais, delegações dos bombeiros voluntários, colectividades desportivas, escoteiros, e grande número de legionários de toda a linha, destacando-se muitas senhoras aqui residentes e outras que estão veraneando na Costa do Sol”²¹⁷.

Em fevereiro de 1937, *O Estoril* apresenta uma “prova do movimento e desenvolvimento hoteleiro atingido”, revelando que no Estoril existiam 5 hotéis (um de luxo) e 6 pensões, totalizando 487 quartos; no Monte Estoril 4 hotéis e 5 pensões, totalizando 330 quartos; e em Cascais apenas 2 pequenas e modestas pensões. O jornal menciona ainda que a indústria hoteleira nos Estoris dependia exclusivamente dos visitantes²¹⁸.

Apesar dos desenvolvimentos da indústria hoteleira, eram vários os problemas no eixo Estoril-Cascais, nomeadamente de iluminação e saneamento, que afetavam não só a saúde da população, como também o turismo. Neste contexto, eram constantes as críticas do jornal *O Estoril* às condições do concelho de Cascais e às autoridades a quem competia resolver esses problemas. Segundo o jornal, no concelho de Cascais prolongava-se “o estado deficientíssimo da iluminação pública”²¹⁹; era frequente ver nos Estoris “azininos carregados com latas cheias de restos de comida dos hotéis, extravasando para a via pública e exalando por vezes um cheiro insuportável”²²⁰; alguns proprietários de prédios urbanos que tinham a vantagem “de lhes passar próximo o colector para os esgotos”, mantinham o regime de fossas, sendo frequente “ver-se extravasar para os quintais e para a via pública”²²¹; havia na região uma praga de

²¹⁵ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, pp. 36 e 37.

²¹⁶ *O Estoril*, nº 214, Ano VIII, 8 de agosto de 1937, p. 2.

²¹⁷ *O Estoril*, nº 215, Ano VIII, 15 de agosto de 1937, p. 4.

²¹⁸ *O Estoril*, nº 197, Ano VII, 28 de fevereiro de 1937, p. 1.

²¹⁹ *O Estoril*, nº 187, Ano VII, 13 de dezembro de 1936, p. 2.

²²⁰ *O Estoril*, nº 176, Ano VII, 13 de setembro de 1936, p. 2.

²²¹ *O Estoril*, nº 178, Ano VII, 4 de outubro de 1936, p. 3.

moscas e mosquitos²²²; havia falta de mictórios²²³. Todavia, o fluxo de espanhóis, refugiados e turistas, levou as autoridades a reformular a política sanitária de Cascais, tendo-se tomado medidas para combater a praga de moscas e mosquitos a partir de 1938²²⁴. Também a mendicidade continuava a ser um grande problema no concelho de Cascais²²⁵.

Como já foi referido anteriormente, a maioria dos refugiados espanhóis presentes no eixo Estoril-Cascais durante a Guerra Civil Espanhola eram afetos à causa nacionalista²²⁶. O embaixador espanhol em Portugal, Claudio Sánchez-Albornoz, denunciava o estatuto não-oficial de quartel-general da oposição espanhola que o Estoril tinha adquirido e que ganhou ainda mais importância com o início da Guerra Civil de Espanha. Mantendo a correspondência com o seu governo, escreveu-lhe uma carta, a 5 de agosto de 1936: “No dia dois, no Tamariz, (restaurante da praia do Estoril) estiveram a tomar aperitivos quatro falangistas, (...) colocando sobre a mesa, para chamar a atenção, quatro cápsulas de bala (...) dois deles estavam feridos e tinham sido tratados no Hotel Palácio do Estoril (...). O quartel-general dos revolucionários espanhóis em Portugal, acha-se instalado no palácio que tem no Estoril a marquesa de Arguelles, aí faz-se a recruta de voluntários aos quais no momento de partirem para a fronteira, são entregues armas, munições e um punhal, saindo já com o uniforme fascista”²²⁷.

Em 1936, o historiador, jornalista, escritor e militante comunista inglês Ralph Winston Fox, escreveu o livro *Portugal Now*, no período em que, já alistado nas Brigadas Internacionais para combater do lado dos republicanos na Guerra Civil de Espanha, se dirigiu a Portugal numa missão de espionagem com o objetivo de, como indica João Paulo Ascenso Pereira da Silva, investigar o apoio diplomático, logístico, material, militar e humano, dado pelo regime do Estado Novo à Junta de Burgos²²⁸ e aos nacionalistas²²⁹. Em *Portugal Now*, Ralph Fox revela como foi a sua experiência em Portugal, e também no Estoril. Fingindo ser apenas um turista inocente, passou por alguns bares de Lisboa – como o bar do Hotel Vitória e o do Hotel Aviz –

²²² *O Estoril*, nº 179, Ano VII, 11 de outubro de 1936, p. 4.

²²³ *O Estoril*, nº 183, Ano VII, 15 de novembro de 1936, p. 2.

²²⁴ ANJOS, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais...*, 2012, p. 37.

²²⁵ *O Estoril*, nº 217, Ano VIII, 29 de agosto de 1937, p. 1; *Diário de Lisboa*, nº 5303, Ano 17, terça, 24 de agosto de 1937, p. 1.

²²⁶ VICENTE, *Hotel Palácio Estoril...*, 2019, p. 69.

²²⁷ MATOS, Helena. *Costa do Estoril: Um Século de Turismo*. Cascais: Junta de Turismo da Costa do Estoril, 2000, p. 80.

²²⁸ Durante a Guerra Civil Espanhola, Burgos, uma cidade no norte de Espanha, foi a sede do governo provisório estabelecido pelos nacionalistas espanhóis e liderado pelo general Francisco Franco.

²²⁹ SILVA, João Paulo Ascenso Pereira. “Ralph Fox e Portugal Now: a Odisseia de um Militante Comunista à Descoberta do País de Salazar”. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. 2009, Nº 18, p. 208.

onde se encontravam os rebeldes espanhóis, e onde se espalhavam boatos²³⁰. Referindo-se ao Estoril, afirma que o regime português havia criado recentemente essa estância para atrair os turistas estrangeiros. Considera que o Estoril é “o paraíso de um exilado”, afirmando que os “grandes de Espanha, os condes, marqueses e duques, apaixonaram-se pelo Estoril. Enchem o casino todas as noites, nas suas elegantes roupas inglesas; sentam-se na esplanada à tarde, apanham banhos de sol (sem as roupas inglesas) de manhã”. Afirma ainda que não se deve pensar que os jovens estariam todos na frente de combate a lutar para salvar a Espanha do “terror vermelho” e que a maior parte dos exilados seriam “pessoas corpulentas de meia-idade”; na verdade, muitos jovens espanhóis eram avistados tanto no Estoril como em Lisboa. Fox revela que estavam presentes, no Estoril e em Lisboa, oficiais das forças franquistas a gozar licença, membros da Falange Espanhola, a organização fascista, e indivíduos que trabalhavam numa das instituições civis ou militares dos rebeldes, em Lisboa²³¹.

Em suma, os refugiados espanhóis que procuraram Portugal no início da década de 1930 diferem dos que chegaram durante a Guerra Civil Espanhola, em termos de perfil socioprofissional, posição política, tratamento dado pelo regime português e locais por onde circularam e se instalaram. No início da década de 1930, muitos dos refugiados eram considerados de direita, visto que fugiam da agitação política que se seguiu à implantação da Segunda República Espanhola, em 1931. Durante a Guerra Civil Espanhola, a situação política dos refugiados espanhóis que procuraram abrigo em Portugal era mais complexa. Nesse período, havia republicanos que fugiam da repressão franquista e nacionalistas que fugiam da perseguição republicana – contudo, a maioria dos refugiados da guerra civil que fugiam para Portugal eram republicanos. No geral, em Portugal, os republicanos foram controlados, perseguidos e reprimidos pelo regime do Estado Novo, enquanto os nacionalistas foram acolhidos de forma favorável. Essa diferenciação refletiu as complexas dinâmicas políticas e ideológicas da época, bem como as relações diplomáticas em curso. Além disso, os refugiados da guerra civil, ao contrário dos anteriores, circularam sobretudo pela região fronteiriça. Já os refugiados da guerra civil que se encontravam no eixo Estoril-Cascais, tal como os do período anterior, eram em grande parte nacionalistas que, como já vimos, tinham nessa região, que era considerada o quartel-general não-oficial da oposição espanhola, um local seguro para desenvolver as suas conspirações e estratégias, assim como para o restabelecimento dos nacionalistas feridos em combate. Por outro lado, o regime salazarista beneficiou com a

²³⁰ FOX, Ralph. *Portugal Now: Um Espião Comunista no Estado Novo*. Lisboa: Tinta-da-China, 2006, p. 49.

²³¹ FOX, *Portugal Now...*, 2006, pp. 64 a 66.

presença dos nacionalistas e refugiados de direita espanhóis, visto que retirou dividendos em termos turísticos da sua estadia, sobretudo no período anterior à guerra civil, e até mesmo aquando da morte de Sanjurjo, devido à atração de um maior número de espanhóis.

Capítulo 5. Portugal: país de refúgio (ou passagem) durante a Segunda Guerra Mundial

A partir de 1933, devido às perseguições nazis aos opositores políticos e aos judeus, tanto na Alemanha como nos países ocupados, Portugal torna-se um local de refúgio para muitos destes fugitivos.

Mas foi sobretudo a partir de 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, que este movimento de refugiados aumentou significativamente. Portugal acolheu um grande número, ainda que alguns deles apenas utilizassem o país para embarcar sobretudo para o continente americano. O eixo Estoril-Cascais também foi porto de abrigo para muitos que fugiam à guerra ou que nela colaboravam, estando, entre eles, membros da realeza, artistas, políticos e até espiões.

5.1. Refugiados das perseguições nazis em Portugal, a partir de 1933

A Grande Depressão, crise económica iniciada nos Estados Unidos da América em 1929, teve efeitos profundos e duradouros na economia europeia, resultando em pobreza, em desemprego em massa e em instabilidade política em vários países. Devido a esta crise, a economia alemã, que ainda não tinha recuperado da Primeira Guerra Mundial e do Tratado de Versalhes, sofreu uma grave recessão. Esta situação levou ao aumento da popularidade do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Partido Nazi), que tinha sido fundado em 1920 e que prometia não respeitar o Tratado de Versalhes, tomando medidas como o reforço da economia, a criação de mais postos de trabalho e o investimento nas forças armadas. O Partido Nacional-Socialista, liderado por Adolf Hitler, defendia a superioridade racial alemã e responsabilizava os judeus pelo desastre económico da Alemanha. Em 1932, o partido vence as eleições, tendo recebido o apoio de uma grande parte da população alemã, que acreditava que Hitler tinha a solução para a crise económica e moral com que o país se debatia desde 1918. Esta crise prolongou-se até janeiro de 1933, quando Hitler, por ser o líder do maior partido, foi nomeado Chanceler pelo presidente alemão Paul von Hindenburg. O Partido Nazi foi assim conquistando cada vez mais poder, ao mesmo tempo que os restantes partidos políticos acabaram por ser extintos. Em 1934, na sequência do falecimento do presidente Hindenburg, os cargos de presidente e chanceler fundem-se numa só pessoa, Hitler, que passou a ter o poder absoluto na Alemanha.

A partir de 1933, no mesmo ano em que se oficializa o Estado Novo, começam as perseguições nazis aos opositores políticos, aos judeus e a todos os indivíduos que ao olhar do

regime nacional-socialista não pertenciam à *Volksgemeinschaft* (Comunidade do Povo)²³². A subida de Hitler ao poder na Alemanha leva alguns alemães, judeus e antinazis, que tinham “uma percepção precoce das prováveis consequências da eliminação de toda a oposição política interna e do anti-semitismo nazi”, a fugir para Portugal²³³ – assim como para outros países europeus. No entanto, nas palavras de Ansgar Schaefer, “Quem tivesse conseguido fugir ao reino do terror nacional-socialista, nem por isso seria recebido além-fronteira de braços abertos”²³⁴.

Entre 1933 e 1938, eram poucas as restrições burocráticas à entrada de estrangeiros em Portugal, incluindo de refugiados provenientes do território alemão, nomeadamente judeus – apesar de, a partir de 1935, as autoridades terem também tentado limitar a sua entrada no país²³⁵. Neste período, contudo, as autoridades portuguesas aplicaram várias medidas repressivas sobretudo aos judeus²³⁶. Inicialmente, os estrangeiros que queriam entrar em Portugal não necessitavam de visto e podiam trabalhar, desde que fosse por conta própria, ou mesmo em empresas de outros, na condição de não ocuparem cargos pretendidos por portugueses. Podiam também adquirir uma autorização de residência, com duração de um ano, prorrogável²³⁷. No entanto, com o passar dos anos, e com a chegada a Portugal de um número cada vez maior de estrangeiros, entre eles refugiados, o regime foi tornando mais rígidas as regras para a sua entrada no país, assim como as condições em que podiam trabalhar e obter uma autorização de residência. Em consequência, e como já anteriormente referido, a partir de 1937 deu-se um aumento de prisões de refugiados por parte da PVDE e de expulsões de judeus alemães de Portugal²³⁸.

Ao longo da década de 1930, como indica Ansgar Schaefer, desenvolveu-se o “comércio com documentação portuguesa”. O autor afirma que, entre 1934 e 1936, era comum encontrar em diversos órgãos de imprensa da emigração alemã, anúncios de passaportes de algumas nacionalidades, incluindo a portuguesa. Estes documentos eram emitidos de forma legal por

²³² *Volksgemeinschaft* (Comunidade do Povo): foi um conceito que surgiu na Alemanha nazi e que defendia uma comunidade da etnia alemã ariana, com caráter nacional e com um intuito de construir uma sociedade sem classes alicerçada na ideia de pureza racial. Foi amplamente utilizado pelo Partido Nazi entre 1933 e 1945.

²³³ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 25; como indica Irene Flunser Pimentel nesta obra, estes indivíduos identificavam-se a eles próprios como “emigrantes” e não como refugiados ou exilados. Porém, uma vez que tiveram de sair forçadamente do seu país de origem, podem ser considerados como refugiados (ver pp. 22 e 23).

²³⁴ SCHAEFER, *Portugal e os refugiados judeus...*, 2014, p. 26.

²³⁵ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 23.

²³⁶ SCHAEFER, *Portugal e os refugiados judeus...*, 2014, pp. 16 e 17.

²³⁷ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, pp. 25 a 27.

²³⁸ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 58.

consulados portugueses, em troca de elevadas quantias de dinheiro. Quem comprava esses documentos acreditava que eram legítimos e que assim obteria a nacionalidade portuguesa²³⁹. Um exemplo é o de Lencastre de Menezes, o cônsul português em Atenas que, segundo uma investigação levada a cabo pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, havia emitido, em troca de dinheiro, mais de 200 passaportes portugueses. O Ministério dos Negócios Estrangeiros mandou apreender os passaportes portugueses dados a judeus por este cônsul, para além de ter ordenado às representações diplomáticas portuguesas que não reconhecessem estes documentos, emitidos antes de 7 de maio de 1934, data da exoneração do cônsul. Mas, como indica Irene Flunser Pimentel, provavelmente a emissão de passaportes portugueses pelos cônsules, nomeadamente por Lencastre de Menezes, salvou a vida de várias dezenas de judeus. A autora refere ainda que “não se deve confundir negócios com passaportes a troco de dinheiro, com a concessão desses documentos portugueses por cônsules, que apenas foram guiados por razões humanitárias”²⁴⁰.

Segundo a filósofa judia alemã Hannah Arendt, diferentemente do nazismo alemão, o objetivo do regime do Estado Novo era afastar os seus opositores políticos, não tendo sentimentos antijudaicos²⁴¹. Para o regime português, estes judeus, tal como os outros estrangeiros, podiam entrar no país, desde que de forma legal. Adolfo Benarus, dirigente da Comunidade Israelita de Lisboa (CIL) e da Federação Sionista Portuguesa, refere que, em setembro de 1933, estavam presentes em Portugal aproximadamente cem judeus alemães²⁴². Com exceção de uns poucos admiradores do nazismo, a maior parte da sociedade portuguesa também não manifestava antissemitismo²⁴³. Ainda assim, alguns autores consideram ter existido um antissemitismo moderado no país²⁴⁴.

Muitos alemães residentes em Portugal pertenciam ao Partido Nazi e “usavam uniforme, proferiam tiradas anti-semitas, colaboravam com os serviços secretos alemães”. Também alguns donos de empresas alemãs despediram judeus dessa nacionalidade, com base em leis nazis que visavam a proteção do povo e do Estado. Enquanto isso, outros alemães residentes

²³⁹ SCHAEFER, *Portugal e os refugiados judeus...*, 2014, p. 46.

²⁴⁰ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, pp. 46 a 51.

²⁴¹ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 34; ver SALAZAR, Oliveira. *Como se Levanta um Estado*. Lisboa: Atomic Books, 2007 – neste livro, Salazar critica o antissemitismo nazi.

²⁴² PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 27.

²⁴³ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 40.

²⁴⁴ NUNES, João Paulo Avelãs. “Antijudaísmo e antissemitismo moderado, em Portugal, nas décadas de 1930 e 1940”. In SENKMANN, Leonardo e Avraham MILGRAM (Eds.). *Cultura, ideologia y fascismo: Sociedad civil iberoamericana y Holocausto*. Madrid: Iberoamericana, 2020, pp. 305-342.

em Portugal deploravam o antissemitismo e “saudavam com um «Bom dia» e não com *Heil Hitler*”²⁴⁵.

Como refere Irene Flunser Pimentel, os inimigos do regime do Estado Novo eram os seus adversários políticos que, apesar de terem a sua liberdade e direitos cívicos e políticos restringidos, não eram expulsos do país, nem lhes era retirada a nacionalidade²⁴⁶ – como acontecia com o regime nazi. Como afirma a autora, embora o anticomunismo fosse uma característica semelhante entre o regime português e os regimes fascista e nazi, Salazar receava que “Hitler fosse longe de mais, ao eliminar fisicamente os seus opositores”²⁴⁷. Aliás, na imprensa portuguesa foi frequente a condenação de vários atos do nazismo. Em agosto de 1932, por exemplo, o *Diário de Lisboa* publica uma notícia com o título “Os hitlerianos continuam a praticar actos de terrorismo”²⁴⁸.

Na primeira vaga de refugiados que chegou a Portugal neste período, era rara a presença de refugiados políticos pois, devido à natureza do regime português, o país nem sempre era a primeira escolha dos mesmos, uma vez que ainda podiam optar por outros países europeus onde vigoravam regimes democráticos, ou países mais próximos que ainda não tinham sido ocupados pela Alemanha²⁴⁹. De acordo com Irene Flunser Pimentel, em alguns casos, os refugiados alemães que chegavam a Portugal só se apercebiam de que se tinham instalado num país com um regime ditatorial, autoritário, nacionalista, antiliberal e anticomunista, já depois da sua chegada²⁵⁰.

5.2. A posição de Portugal perante a Segunda Guerra Mundial

Em vésperas da guerra, existiam alguns constrangimentos que preocupavam Portugal. Entre eles, a proximidade de Espanha aos regimes totalitários, a Alemanha nazi e a Itália fascista. Neste sentido, Portugal considera fundamental promover um “Pacto de Não Agressão” com o país vizinho e, a 17 de março de 1939, é assinado o Tratado Luso-Espanhol de Amizade e Não Agressão (ou Pacto Ibérico). Este tratado tinha como objetivo garantir a neutralidade da Península Ibérica perante o conflito europeu, que já era iminente, e assegurar o respeito espanhol pelas fronteiras com Portugal. Mais tarde, com o intensificar da guerra, perante a

²⁴⁵ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, pp. 61 a 65.

²⁴⁶ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 41.

²⁴⁷ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 32.

²⁴⁸ *Diário de Lisboa*, nº 3501, Ano 12, quarta, 10 de agosto de 1932, p. 8.

²⁴⁹ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 46.

²⁵⁰ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, pp. 28 a 30.

possibilidade de Espanha entrar no conflito ao lado das potências do Eixo, o regime português decide reforçar o tratado e, a 29 de julho de 1940, é assinado um protocolo adicional, fortalecendo a neutralidade peninsular.

A 1 de setembro de 1939, a Alemanha invade a Polónia, desencadeando-se assim a Segunda Guerra Mundial – no dia 3 de setembro, a Inglaterra e a França declaram guerra à Alemanha²⁵¹. No mesmo dia da invasão, Portugal declara a sua posição de neutralidade perante esta guerra²⁵², para evitar conflitos diretos e proteger os interesses portugueses, tanto na Europa como nas suas colónias. De acordo com César Oliveira, a decisão de Portugal de adotar uma política de neutralidade visava alcançar três objetivos principais: manter Portugal fora do conflito, a integridade do império colonial e a sobrevivência do Estado Novo²⁵³. A estes objetivos, Irene Flunser Pimentel acrescenta a preservação da independência nacional, protegendo-a de possíveis ambições anexionistas de Espanha²⁵⁴. Se, por um lado, a colaboração com as potências do Eixo teria colocado Portugal em rutura com a Grã-Bretanha, o que poderia resultar na perda das suas colónias, visto que o país não tinha condições para resistir militarmente sem a ajuda total da aliança luso-britânica, por outro lado, um alinhamento com a Grã-Bretanha poderia ter posto em causa a independência e a segurança de Portugal no continente europeu. Em suma, a aliança luso-britânica e o Pacto Ibérico vão ser os veículos orientadores da neutralidade portuguesa na guerra.

Embora as relações entre Portugal e Espanha tenham sido marcadas por uma política de neutralidade, existiram complexas dinâmicas internas e pressões externas que influenciaram a maneira como estes países lidaram com a guerra. Ambos enfrentaram pressões externas para se alinhar com uma das potências beligerantes. Espanha, embora oficialmente tenha adotado uma política de neutralidade, forneceu apoio não oficial ao Eixo. O general Franco permitiu que voluntários espanhóis se juntassem ao exército alemão. Neste sentido, em 1941, foi criada a Divisão Azul, uma unidade de voluntários (vários eram portugueses) que combateu do lado dos alemães contra a União Soviética. Fernando Rosas afirma que as já mencionadas ambições anexionistas de Espanha relativamente a Portugal foram difundidas entre os combatentes franquistas, revelando que entre os elementos da Divisão Azul havia uma canção bastante popular:

²⁵¹ *Diário de Lisboa*, nº 6029, Ano 19, domingo, 3 de setembro de 1939, 3ª edição, p. 1.

²⁵² SCHAEFER, *Portugal e os refugiados judeus...*, 2014, p. 178.

²⁵³ OLIVEIRA, César. “Oliveira Salazar e a Política Externa Portuguesa: 1932-1968”. In *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

²⁵⁴ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 89.

Sólo esperamos la orden
Que nos dé nuestro General,
Para borrar la frontera
De España con Portugal²⁵⁵.

Apesar de Portugal ter adotado oficialmente uma política de neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial, essa neutralidade foi-se adaptando às circunstâncias e às pressões externas, tendo sido benéfica para os dois lados da guerra, os Aliados e as potências do Eixo. No entanto, nas palavras de Irene Pimentel, num balanço geral, a neutralidade de Portugal acabou por ser, em grande medida, mais benéfica para os Aliados²⁵⁶.

E como reagiu Portugal ao Holocausto? Como afirma Irene Flunser Pimentel, o número de vítimas dos crimes cometidos pelos nazis foi tão grande, que era difícil conseguir manter o assunto em segredo²⁵⁷. De acordo com a autora, o governo português havia sido informado do objetivo alemão de dizimar a população judaica da Europa, através de uma declaração conjunta de governos de países ocupados no exílio e dos governos britânico, norte-americano e soviético, datada de 17 de dezembro de 1942. Todavia, refere que Salazar, pelo menos desde 1941, já tinha conhecimento dos crimes nazis, através de documentos que recebia dos diplomatas portugueses, como relatórios e cartas. Menciona ainda um episódio ocorrido em 1942, quando o jornal português *A Voz* foi censurado por falar do extermínio de crianças judias pelos alemães, considerado pela Comissão de Censura como um exagero e uma fantasia – deste modo, a população portuguesa não chegou a ler esta notícia²⁵⁸ (nem muitas outras). Além disso, nas palavras de Manuel Loff, o regime português tinha por norma impedir a entrada de judeus em Portugal, embora os tentasse proteger noutros países, salientando o seguinte: “Torna esta atitude Portugal cúmplice no Holocausto? De forma involuntária é evidente que sim”²⁵⁹. De facto, o regime do Estado Novo foi, sobretudo desde o início da guerra, apertando cada vez mais as restrições à entrada de estrangeiros em Portugal, incluindo de judeus.

²⁵⁵ ROSAS, *Salazar e os Fascismos*, 2019, p. 247.

²⁵⁶ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, pp. 257 e 258.

²⁵⁷ PIMENTEL, *Holocausto*, 2020, p. 249.

²⁵⁸ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, pp. 325 e 326.

²⁵⁹ Ver <https://www.dn.pt/cartaz/salazar-foi-cumplice-involuntario-do-holocausto-2854139.html/> (consultado a 13 de agosto de 2024).

5.3. Refugiados em Portugal entre 1939 e 1945

Um dos fatores principais que tornou Portugal num país de abrigo transitório durante a Segunda Guerra Mundial, foi a sua posição de neutralidade perante o conflito²⁶⁰. Neste sentido, Portugal, afastado da guerra, serviu de refúgio a inúmeras pessoas vindas de vários países, tendo em muitos casos sido apenas utilizado como local de passagem, pois era em Lisboa que se embarcava para as Américas.

Tal como aconteceu noutros países europeus, em Portugal, a política de fronteira foi-se tornando cada vez mais rígida à medida que mais pessoas tentavam entrar no país. Em julho de 1938, a Conferência de Evian – na qual Portugal não participou – teve como objetivo tentar resolver o problema das entradas massivas de “emigrantes” alemães em vários países. Consequentemente, vários destes países estabeleceram limitações à entrada e estadia de judeus alemães, austríacos, polacos e italianos. O governo português, inspirando-se em algumas das leis aplicadas, definiu também novas restrições à entrada no país. Porém, antes foi ainda necessário contornar a questão de um acordo que Portugal tinha com, entre outras nações, a Alemanha, que estabelecia que os respetivos nacionais podiam entrar livremente em território português, sem necessidade de um visto. Assim, foi emitida a circular n.º 10²⁶¹, que estipulava que, para entrar em Portugal, os “emigrantes judeus” passavam a necessitar de um visto de “turismo”, com a validade de trinta dias. Irene Flunser Pimentel considera que o que moveu o governo português não foi o antissemitismo, mas antes o receio de uma emigração massiva para Portugal, o que resultou no “impedimento de entrada a um grupo específico de pessoas – os judeus”²⁶².

Mais tarde, já durante a Segunda Guerra Mundial, a 11 de novembro de 1939, é emitida a circular n.º 14²⁶³, que estabelecia que apenas os diplomatas de carreira (cônsules) poderiam conceder vistos – impedindo assim que os cônsules honorários o pudessem fazer. Contudo, a circular definia que os diplomatas de carreira tinham de consultar o Ministério dos Negócios Estrangeiros antes de concederem vistos a alguns grupos de estrangeiros, entre os quais, apátridas e indivíduos “cujo passaporte tivesse um sinal de impedimento de regresso ao país de origem”, o que incluía os judeus. No entanto, os cônsules podiam, sem ter de consultar o

²⁶⁰ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 257.

²⁶¹ Circular n.º 10, 28 de outubro de 1938, Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção-Geral dos Negócios Políticos e Económicos, Bobine 125.

²⁶² PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, pp. 75 e 76.

²⁶³ Arquivo Histórico-Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros, Processo disciplinar de Aristides de Sousa Mendes, pasta 20, doc. 75-77, Circular n.º 14, 11 de novembro de 1939 (Disponível online em <http://mvasm.sapo.pt/BC/Arquivos/pt>, consultado a 17 de agosto de 2024).

MNE, conceder vistos a todos os indivíduos que fossem utilizar os portos portugueses para embarcar para outro país, se estes tivessem na sua posse um visto para o país de destino e os bilhetes de passagem²⁶⁴.

Aristides de Sousa Mendes, cônsul de Portugal em Bordéus, é uma figura incontornável quando se aborda a história dos refugiados da Segunda Guerra Mundial em Portugal. Na sequência da invasão de França pelos nazis, em maio de 1940, milhares de indivíduos tentaram fugir do país, tendo sido neste contexto que Aristides de Sousa Mendes desempenhou um papel fundamental – de facto, uma grande vaga de refugiados foi forçada a fugir para a Península Ibérica²⁶⁵, sobretudo para Portugal, que se tornou “um dos únicos portos neutrais, com ligações marítimas para o «novo mundo»”²⁶⁶. Desafiando todas as ordens expressas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, o próprio Salazar, Sousa Mendes concedeu milhares de vistos de entrada em Portugal. Entre 14 de junho – dia em que a cidade de Paris foi ocupada pelos nazis – e 17 de junho, juntaram-se em Bordéus centenas de milhares de fugitivos, tendo este cônsul decidido que daria vistos àqueles que o solicitassem, independentemente da sua orientação política, da sua religião ou da sua raça. Assim, entre dia 17 e 19 de junho, concedeu milhares de vistos. A 20 de junho, a força aérea alemã começou a bombardear Bordéus e, nesse mesmo dia, o cônsul deixa a cidade, indo para Bayonne, onde continuou a fornecer centenas de vistos. Dias depois, acabaram por proibir Sousa Mendes de conceder vistos e passaportes. Ainda assim, o cônsul continuou a assinar vistos²⁶⁷, muitos deles, como refere Ansgar Schaefer, no hotel, na rua e no carro²⁶⁸. Não se sabe ao certo quantos vistos foram concedidos por Aristides de Sousa Mendes. Todavia, como indica Fábio Alexandre Faria, entre janeiro e junho de 1940, o cônsul forneceu, só em Bordéus, aproximadamente 3.000 vistos a quem procurava dirigir-se a Portugal²⁶⁹.

A maioria dos refugiados da Segunda Guerra Mundial que entrou em Portugal circulou pela região litoral do país, sobretudo por Lisboa, uma vez que aí se encontravam os consulados estrangeiros em que pretendiam obter os documentos necessários. Muitos deles instalaram-se em zonas balneares, como Figueira da Foz, Caldas da Rainha, Ericeira e Foz do Arelho, ou em zonas no interior do país, como Coimbra, Luso, Curia e Vilar Formoso, onde as autoridades

²⁶⁴ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, pp. 92 e 93.

²⁶⁵ *Diário de Lisboa*, nº 6312, Ano 20, quarta, 19 de junho de 1940, p. 5; *Diário de Lisboa*, nº 6314, Ano 20, sexta, 21 de junho de 1940, p. 1.

²⁶⁶ Irene Pimentel in HENRIQUES, *Cascais: Território...*, 2014, p. 158.

²⁶⁷ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, pp. 103 a 107.

²⁶⁸ SCHAEFER, *Portugal e os refugiados judeus...*, 2014, p. 185.

²⁶⁹ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 49.

portuguesas lhes concederam residência fixa, com o propósito de “libertar Lisboa do elevado número de refugiados e de exercer uma vigilância mais rigorosa e eficaz sobre os mesmos”²⁷⁰. Irene Flunser Pimentel afirma que estes refugiados eram divididos por locais de instalação, o que dependia, entre outras categorias, da sua nacionalidade. Aos indivíduos que tinham na sua posse vistos para as Américas, era permitida a sua ida imediata para Lisboa. Os restantes, onde estavam incluídos os que possuíam vistos fornecidos por Aristides de Sousa Mendes, uma vez que possuíam documentos que não tinham sido concedidos de acordo com as normas estabelecidas pelo regime português quanto à entrada e à estadia em Portugal, eram encaminhados para locais onde obtinham residência fixa. Nestas zonas em concreto, os refugiados apenas se podiam deslocar dentro de um perímetro limitado, não podendo sair desse espaço sem a permissão da PVDE. Viviam em quartos alugados, pensões ou hotéis, e não tinham autorização para trabalhar, sendo complicado encontrarem maneiras de se sustentar. Inicialmente, a PVDE prorrogava o prazo das autorizações de residência, mas, a partir de dezembro de 1940, passou a permitir apenas prolongamentos muito curtos, o que se tornava um problema, visto que estas tinham a duração de apenas trinta dias. A partir desse momento, a PVDE passou a ser a única entidade responsável pela entrega destas autorizações – o que, de acordo com Irene Pimentel, foi provavelmente uma resposta das autoridades às ações de Aristides de Sousa Mendes²⁷¹.

Durante a Segunda Guerra Mundial, existiam várias organizações nacionais e internacionais de apoio aos refugiados que, por exemplo, os ajudavam financeiramente, lhes forneciam alimentos e que trabalhavam em conjunto com consulados, embaixadas, comités e companhias de navegação, para os ajudar a obter a documentação de que necessitavam²⁷². Alguns exemplos são a Comunidade Israelita de Lisboa (CIL), a Comassis e a Cruz Vermelha Portuguesa (organizações portuguesas), e a American Jewish Joint Distribution Committee (Joint), a American Friends Service Committee (AFSC), a Hebrew Immigrant Aid Society (HIAS). Como indica Irene Flunser Pimentel, o Estado Novo só permitiu que Portugal fosse um país de trânsito e que fossem estabelecidas em Lisboa algumas organizações de apoio aos refugiados, devido à pressão feita ao regime português por estas e pelos Aliados. Embora o governo português tenha permitido a ajuda destas organizações aos refugiados, não os apoiou de forma ativa nem direta. Ainda assim, a ação das organizações em conjunto com a PVDE, permitiu uma diminuição no número de impedimentos à entrada no país, assim como no

²⁷⁰ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 50.

²⁷¹ Irene Pimentel in HENRIQUES, *Cascais: Território...*, 2014, p. 159.

²⁷² FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 51.

número de expulsões, limitou o tempo de prisão dos indivíduos que entravam clandestinamente no país e fez com que fossem legalizados²⁷³. Algumas destas organizações conduziram, em Portugal, operações de resgate de crianças, cujos pais tinham ficado em campos de concentração alemães ou em campos de internamento franceses²⁷⁴. Muitas crianças judias circularam por Espanha e por Portugal antes de serem acolhidas nos Estados Unidos da América²⁷⁵.

Os refugiados da Segunda Guerra Mundial que estiveram presentes em Portugal, mesmo que muitos tenham ficado durante um curto período de tempo, causaram um grande impacto cultural na população portuguesa, que estava habituada a viver num regime extremamente conservador e fechado. Estes indivíduos trouxeram para o país novas ideias, novos comportamentos e hábitos que nem sempre eram bem vistos nem pelo regime nem pelos locais, mas, outras vezes, influenciavam os portugueses. Foram sobretudo certas atitudes das refugiadas que mais chocaram a sociedade portuguesa, nomeadamente pelas roupas que utilizavam, como os vestidos curtos e os fatos de banho, a prática de fumar em público e a frequência de cafés e esplanadas. Neste contexto, atraídas pela “liberdade” e “independência” dessas mulheres estrangeiras, muitas jovens portuguesas começaram a sair à rua “sem meias, luvas e chapéu”, a sentar-se nos cafés, a fumar em público e a frequentar sozinhas o cinema. Deste modo, a presença destes refugiados no país, levou a que o regime português estabelecesse novas leis de policiamento de costumes, incluindo as relativas ao uso dos fatos de banho que, no caso das mulheres, tornava obrigatório o uso de um saiote e, no caso dos homens, de uma camisa²⁷⁶.

5.4. Refugiados em Cascais e no Estoril entre 1939 e 1945

Portugal, nomeadamente pela sua posição de neutralidade perante a Segunda Guerra Mundial, foi destino de inúmeros refugiados, muitos que fugiam das perseguições nazis, outros que fugiam do conflito em si. No entanto, muitas vezes o país era utilizado apenas para aí – particularmente em Lisboa – se embarcar até algum país do continente americano que seria o local de exílio definitivo²⁷⁷.

²⁷³ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 201.

²⁷⁴ PIMENTEL, *Holocausto*, 2020, p. 454.

²⁷⁵ KAPLAN, Marion. *Os Refugiados Judeus de Hitler: Esperança e ansiedade em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2022, p. 111.

²⁷⁶ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, pp. 167 a 171.

²⁷⁷ FARIA, *Refugiados espanhóis em Portugal...*, 2021, p. 49.

O eixo Estoril-Cascais, devido à proximidade a Lisboa e ao seu ambiente luxuoso, foi muito procurado pelos indivíduos mais abastados. A Costa do Sol foi, assim, local de alojamento dos refugiados ricos (não de “residência fixa”)²⁷⁸ – ao que Irene Flunser Pimentel se refere como “turismo forçado” –, o que permitiu que esta região tenha vivido um período de abundância²⁷⁹. Como afirma Gracinda Vicente, a zona do Estoril, durante a Segunda Guerra Mundial, foi marcada por um fluxo contínuo e transitório de estrangeiros, “afastando-se, radicalmente, do conceito de zonas de residência fixa”²⁸⁰. Para além do luxo desta região, visível nomeadamente pelos hotéis e pelo casino, esta tinha praias “livres de minas, artilharia e arame farpado”, nas quais “os estrangeiros se podiam banhar”. Neste contexto, como menciona Cristina Pacheco, o Estoril era um “cenário idílico, inacreditável numa Europa em chamas”²⁸¹.

De acordo com a mesma autora, embora fosse em Lisboa que se localizava a maior parte dos consulados, embaixadas, agências de viagens e centros de comunicação, que eram fundamentais para os refugiados adquirirem os documentos ou bilhetes necessários, no eixo Estoril-Cascais “uma enorme minoria esperava, trocava contactos e informações, negociava, desenvolvia intrigas de toda a espécie”²⁸².

Como já vimos, foi após a ocupação de França pelos nazis, em maio de 1940, que chegaram mais refugiados a Portugal, sendo que milhares destes fugitivos se dirigiram até Cascais, onde “permaneceriam apenas o tempo necessário para depois rumarem a uma nova vida longe das suas pátrias”²⁸³. Segundo Irene Pimentel, no mês de junho de 1940 foi quando se instalaram mais estrangeiros na zona do Estoril, provavelmente graças aos vistos concedidos por Aristides de Sousa Mendes. A Grã-Duquesa Carlota do Luxemburgo e Otto e José de Habsburgo, por exemplo, chegaram a Portugal munidos de vistos concedidos por Sousa Mendes, tendo-se instalado no referido eixo²⁸⁴.

Foram inúmeros os estrangeiros que por aí passaram durante a Segunda Grande Guerra, embora nem todos fossem refugiados. Estiveram presentes na região, desde antigos governantes europeus, atores e escritores que tinham sido obrigados a sair dos seus países

²⁷⁸ PIMENTEL, *Holocausto*, 2020, p. 353.

²⁷⁹ Irene Pimentel in HENRIQUES, *Cascais: Território...*, 2014, p. 157.

²⁸⁰ VICENTE, *Hotel Palácio Estoril...*, 2019, p. 69.

²⁸¹ Cristina Pacheco in CARVALHO e HENRIQUES, *Os 100 anos do Projeto Estoril...*, 2016, p. 86.

²⁸² Cristina Pacheco in CARVALHO e HENRIQUES, *Os 100 anos do Projeto Estoril...*, 2016, p. 90.

²⁸³ HENRIQUES, *Cascais: Território...*, 2014, p. 155.

²⁸⁴ Irene Pimentel in HENRIQUES, *Cascais: Território...*, 2014, pp. 161 a 164.

devido à ocupação alemã dos mesmos²⁸⁵, a políticos, diplomatas, membros de famílias reais europeias e espões.

Durante esta guerra, o eixo Estoril-Cascais – que, devido à presença significativa de estrangeiros e à sua atmosfera cosmopolita era motivo de grande preocupação do regime português, que via a região como um local de potencial agitação política –, ganhou destaque como um ponto de encontro para diplomatas, espões e refugiados políticos, tornando-se, em consequência, um foco especial da vigilância por parte da PVDE. Na verdade, por todo o país, desde a criação desta polícia, foram tomadas diversas medidas que visavam não só controlar a circulação de estrangeiros, mas também, em muitos casos, a sua ocupação. O eixo Estoril-Cascais não foi exceção. A regra imposta aos espaços de alojamento para controlo dos estrangeiros incluía também a obrigatoriedade de preencher um boletim individual de alojamento para cada hóspede²⁸⁶.

Através dos registos de alojamento de hóspedes em vários hotéis, pensões e casas particulares existentes nessa zona²⁸⁷, podemos constatar que foi no Hotel Palácio que se instalaram em maior número as muitas figuras de maior renome que passaram pelo Estoril neste período²⁸⁸. Nesta unidade hoteleira, estiveram presentes personalidades como o escritor e aviador francês Antoine de Saint-Exupéry (autor da obra *O Príncipezinho*), os cineastas franceses René Clair, Julien Duvivier, Jean Lévy-Strauss e Adolphe Roger Osso, o tenista francês Jacques Brugnon, o ex-primeiro-ministro da Bélgica Paul van Zeeland, a atriz Zita Perczel Weill, o economista britânico John Keynes, o ensaísta Isaiah Berlin, o milionário Charles Guggenheim, a futura primeira-ministra da Índia Indira Nehru e o escritor britânico Ian Fleming. Por outras instalações do eixo Estoril-Cascais passaram figuras como os Duques de Windsor, Eduardo VIII e Wallis Simpson (que estiveram alojados em vários sítios no eixo, como a casa do banqueiro português Ricardo Espírito Santo, em Cascais, a Casa de Santa Maria, também em Cascais, e o Hotel Atlântico), o músico e poeta brasileiro Vinícius de Moraes (Hotel Paris), o ator e cineasta britânico Leslie Howard (Hotel Atlântico), o cineasta alemão Max Oppenheimer Ophüls (Casa Mar e Sol) e o ex-rei Carol II da Roménia (Casa Mar e Sol). Como indica Irene Flunser Pimentel, a maioria dos artistas, atores e realizadores vinha de França, ocupada pelos nazis²⁸⁹.

²⁸⁵ Irene Pimentel in HENRIQUES, *Cascais: Território...*, 2014, p. 159.

²⁸⁶ VICENTE, *Hotel Palácio Estoril...*, 2019, p. 67.

²⁸⁷ *Boletins de Alojamento de estrangeiros (1933-1954)*, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

²⁸⁸ Cristina Pacheco in CARVALHO e HENRIQUES, *Os 100 anos do Projeto Estoril...*, 2016, p. 87.

²⁸⁹ Irene Pimentel in HENRIQUES, *Cascais: Território...*, 2014, p. 160.

Exemplos de espiões que se destacaram neste período e que estiveram presentes no Estoril foram Dusko Popov e Juan Pujol. Dusko Popov, foi um agente duplo fiel aos britânicos, que se instalou no Hotel Palácio e frequentava o Casino Estoril. De facto, foi ele quem terá alertado os ingleses do plano da Gestapo²⁹⁰ de raptar o Duque de Windsor (que já se encontrava na região), e quem também lhes transmitiu informações sobre o ataque japonês a Pearl Harbour. Foi neste período que o referido escritor Ian Fleming, que era também um agente especial ao serviço dos Aliados, se terá inspirado em Dusko Popov, para idealizar a personagem James Bond, e no Casino Estoril, para o seu livro *Casino Royale*. Juan Pujol foi um espião duplo, que utilizou o nome de código “Garbo” para os ingleses e “Arabel” para os alemães, sendo, na verdade, fiel aos britânicos. Acredita-se que o mesmo atuou a partir do Estoril, quando deu informações erradas aos alemães relativamente ao local onde os Aliados iriam desembarcar em 1944, contribuindo para o sucesso da operação na Normandia. Os agentes secretos dos Aliados preferiam instalar-se no Hotel Palácio e no Grande Hotel de Itália, enquanto os agentes secretos das potências do eixo optaram pelo Hotel Atlântico, o Grande Hotel do Monte Estoril e o Hotel do Parque²⁹¹.

Como indica Irene Pimentel, vários estrangeiros que posteriormente estiveram hospedados no eixo Estoril-Cascais chegaram a Portugal possuindo passaportes falsos ou até clandestinamente. Foi o que aconteceu com diversos intelectuais alemães que fugiam do nazismo e que se instalaram no Estoril, em 1940, tendo entrado no país com passaportes checos fornecidos pelo Emergency Rescue Committee-Centre Américain de Secours (ERC-CAS), emitidos em Marselha. Foi esse o caso do escritor Franz Werfel e da sua mulher Alma Mahler-Werfel, e também do historiador Golo Mann – filho de Thomas Mann e sobrinho de Heinrich Mann – e da sua mulher Nelly. Golo e Nelly fizeram-se passar por dinamarqueses, com o apelido Ludwig. Enquanto aguardavam pelo navio que os iria levar para os Estados Unidos da América, ficaram hospedados no Grande Hotel da Itália, no Estoril, entre julho e outubro de 1940²⁹².

Muitos hotéis da região registaram também a estadia de indivíduos ligados a redes humanitárias de resgate de refugiados ou a redes que preparavam a passagem de soldados vindos de países ocupados. Neste âmbito, destacam-se Martha Dickie Sharp e o marido Waitstill Hastings Sharp, que se instalaram no Grande Hotel, no Estoril, entre 20 de junho e 14 de julho de 1940, que foi o período de que necessitaram para planear uma operação de apoio a

²⁹⁰ Gestapo era a polícia secreta de Estado alemã.

²⁹¹ Irene Pimentel in HENRIQUES, *Cascais: Território...*, 2014, pp. 169 a 172.

²⁹² PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 142.

refugiados, nomeadamente a crianças refugiadas em Pau, no sul de França, após a invasão alemã do país. Destacam-se também Robert Dexter e a sua mulher Elizabeth, que se alojaram no Hotel Atlântico, no Estoril, e que desempenharam um importante papel no apoio a refugiados “associados a ativismos de esquerda”, como alguns ex-combatentes republicanos da Guerra Civil Espanhola, que conseguiram escapar dos campos de concentração franquistas e entrar em Portugal²⁹³. Todos estes estrangeiros estiveram ligados ao Unitarian Service Committee (USC), uma importante organização de auxílio norte-americana que atuou em Portugal entre 1940 e 1950, proporcionando ajuda monetária e burocrática aos refugiados no país²⁹⁴.

Algumas organizações de apoio aos refugiados, como referido anteriormente, conduziram em Portugal operações de resgate de crianças cujos pais tinham ficado para trás, em campos de concentração alemães ou de internamento franceses²⁹⁵, tendo muitas crianças judias passado por Espanha e por Portugal antes de embarcarem e serem acolhidas nos Estados Unidos da América²⁹⁶. Muitas destas crianças passaram pelo concelho de Cascais. Em 1927, o jornal *O Século* havia organizado uma Colónia Balnear para crianças pobres, em São Pedro do Estoril²⁹⁷, que anos mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, acolheu inúmeras crianças refugiadas²⁹⁸. A 15 de junho de 1941, o jornal *O Estoril* publica uma notícia intitulada “As crianças refugiadas estiveram no Estoril”, relatando como foi o dia que a Sociedade Estoril Plage lhes proporcionou: um almoço no Hotel do Parque, uma visita à piscina onde assistiram a demonstrações de natação, às Termas, ao campo de golfe, ao Hotel Palácio e ao Casino do Estoril, onde assistiram a uma sessão de cinema, dirigindo-se depois à praia do Tamariz onde brincaram e, por fim, um lanche, antes de se retirarem para a Colónia Balnear Infantil de O Século²⁹⁹.

De acordo com Irene Pimentel, a maior parte dos estrangeiros e dos refugiados que ficaram hospedados no eixo Estoril-Cascais, aí permaneciam pouco mais de uma semana, o que a autora classifica como “turismo forçado”. Estes passavam os seus dias, por exemplo, a assistir a corridas de cavalos, corridas de automóveis, sessões de teatro ou cinema, desfiles de moda ou

²⁹³ Cristina Pacheco in CARVALHO e HENRIQUES, *Os 100 anos do Projeto Estoril...*, 2016, p. 88.

²⁹⁴ Ver, por exemplo, HERNÁNDEZ, Aurelio Velázquez. “The Unitarian’s Service Committee Marseille Office and the American networks to aid Spanish refugees. (1940-1943)”. *Culture and History Digital Journal*. 2019, Vol. 8, Nº. 2.

²⁹⁵ PIMENTEL, *Holocausto*, 2020, p. 454.

²⁹⁶ KAPLAN, *Os Refugiados Judeus de Hitler...*, 2022, p. 111.

²⁹⁷ MATOS, *Costa do Estoril...*, 2000, pp. 64 a 66.

²⁹⁸ VICENTE, *Hotel Palácio Estoril...*, 2019, p. 74.

²⁹⁹ *O Estoril*, nº 260, Ano XII, 15 de junho de 1941, p. 5.

eventos desportivos, para além das suas visitas ao Casino do Estoril e às praias da região, sobretudo à praia do Tamariz que, a partir do verão de 1940, se começaram a encher de refugiados³⁰⁰.

De acordo com Cristina Pacheco, longe da “agitação mundana” do eixo Estoril-Cascais, os estrangeiros e refugiados encontraram mais um passatempo, “menos óbvio e certamente menos glamouroso, mas porventura mais reconfortante”, que consistia na visita à Biblioteca do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, em Cascais, dirigida desde finais de 1941 pelo escritor Branquinho da Fonseca. Segundo a autora, através dos registos de leitores desta biblioteca que compreendem o período desta guerra, verifica-se que muitos estrangeiros, entre eles diversos refugiados, se terão dirigido do Estoril, onde estavam alojados, até Cascais, para se inscreverem na mesma e dela usufruírem, já que aí existia uma grande quantidade de obras em várias línguas. Um dos nomes presentes no livro de registos desta biblioteca é o de Nevarte Essyan, mulher de Calouste Gulbenkian, o magnata do petróleo arménio, que estiveram hospedados no Estoril³⁰¹. Também o primeiro filho do casal, Nubar Sarkis Gulbenkian, se havia instalado no Hotel Palácio do Estoril, em 1940, tendo colaborado com os serviços secretos britânicos³⁰².

Como já vimos, no início da década de 1930, os estrangeiros que chegavam a Portugal podiam trabalhar, desde que o fizessem por conta própria, ou também em empresas de outrem, na condição de não ocuparem cargos ambicionados por portugueses. Todavia, com a entrada em Portugal de um número cada vez maior de estrangeiros, entre eles inúmeros refugiados, o regime do Estado Novo foi tornando mais rígidas as regras da sua entrada e estadia no país, assim como as condições em que podiam trabalhar. Uma maneira encontrada pelos refugiados, sobretudo judeus, de contornar a proibição de trabalho, foi a venda de produtos artesanais como, por exemplo, as *Berliner Pfannkuchen*, bolas-de-berlim³⁰³, que se tornaram um sucesso em cafés de Lisboa e também do Estoril³⁰⁴.

Os estrangeiros, quer fossem turistas ou refugiados, que durante a Segunda Grande Guerra se instalaram no eixo Estoril-Cascais, mesmo que por vezes a sua estadia tenha sido curta, causaram um grande impacto cultural na população local, devido aos seus comportamentos, hábitos, maneiras de vestir e às suas ideias mais liberais. Por se tratarem de estâncias balneares

³⁰⁰ Irene Pimentel in HENRIQUES, *Cascais: Território...*, 2014, p. 166.

³⁰¹ Cristina Pacheco in CARVALHO e HENRIQUES, *Os 100 anos do Projeto Estoril...*, 2016, pp. 90 a 92.

³⁰² Irene Pimentel in HENRIQUES, *Cascais: Território...*, 2014, p. 169.

³⁰³ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 66.

³⁰⁴ KAPLAN, *Os Refugiados Judeus de Hitler...*, 2022, p. 63.

de renome internacional, este impacto cultural foi particularmente forte em Cascais e no Estoril. De facto, aos olhos do regime do Estado Novo e também da população local, os referidos estrangeiros, entre os quais muitos refugiados, e mais particularmente mulheres, tinham vários comportamentos considerados inadequados, assim como um vestuário impróprio. Esta situação, que desafiava os valores conservadores e moralistas vigentes na sociedade portuguesa da época, gerava um certo mal-estar entre os locais, tornando-se, por isso, alvo de constantes críticas. Como sublinha Irene Pimentel, a “ociosidade forçada” levou os refugiados a encher as praias, mas as esplanadas, em conjunto com a “atitude mais liberta” das refugiadas que nelas se sentavam, “parecem ter sido os fenómenos que mais marcaram os portugueses” durante este período³⁰⁵. Outro aspeto que chamou a atenção foi o uso inadequado de fatos de banho, quer fosse pelas suas dimensões mais reveladoras ou pelo local onde o indivíduo em causa se encontrava, o que levou o regime a publicar o mencionado decreto n.º 31247³⁰⁶, em maio de 1941, que regulamentava as medidas dessa peça de vestuário.

Durante o período da guerra, o eixo Estoril-Cascais foi, sem dúvida, um porto de abrigo luxuoso e privilegiado para inúmeros fugitivos ricos, incluindo muitos judeus, que procuravam escapar das perseguições nazis ou do conflito em si. A região proporcionava a estes refugiados diversas distrações, como o Casino do Estoril, as praias e diversos eventos culturais e sociais, que os ajudavam a afastar-se da dura realidade de que estavam a fugir. Muitos refugiados, aliviados por terem encontrado um local seguro, consideraram Portugal um “paraíso”. No entanto, como é natural, essa sensação de alívio não foi unânime. Alguns outros indivíduos, mesmo os que se instalaram no eixo, revelaram que sentiam tristeza e angústia no país. Foi o caso do mencionado escritor Antoine de Saint-Exupéry que, antes de partir para Nova Iorque³⁰⁷, esteve alojado no Estoril, tendo considerado Portugal “triste”, pela situação de guerra e também pelos muitos dramas que os refugiados sofreram no país, assim como pela tristeza que se notava nos seus rostos³⁰⁸. Na sua obra *Carta a um Refém*, Saint-Exupéry revela detalhadamente como foi a sua experiência e o que sentiu nesse período em que se encontrava hospedado no Estoril:

“o cassino de Estoril povoava-se de fantasmas. Alguns *Cadillacs* silenciosos (...) depositavam-nos na areia, término do pórtico de entrada. (...) estavam vestidos para o jantar

³⁰⁵ Irene Pimentel in HENRIQUES, *Cascais: Território...*, 2014, p. 167.

³⁰⁶ Decreto n.º 31247, de 5 de maio de 1941, Diário do Governo, Série I, n.º 102

³⁰⁷ *Diário de Lisboa*, n.º 6474, Ano 20, quinta, 28 de novembro de 1940, p. 5.

³⁰⁸ PIMENTEL, *Judeus em Portugal...*, 2006, p. 154.

(...) em que nada havia para se dizer. Depois, eles jogavam na roleta ou no bacará (...). Por vezes, eu ia vê-los. Eu não sentia nem indignação, nem sentimento de ironia, apenas uma vaga agonia. Aquela que nos perturba, quando, no zoológico, estamos diante de sobreviventes de uma espécie em extinção (...). O valor de seu cofre era, provavelmente, garantido por usinas já confiscadas ou, quando muito, ameaçadas por torpedos aéreos, já em via de colisão (...). Esforçavam-se em acreditar, reconciliando-se com o passado, como se nada há alguns meses tivesse começado a derrocar sobre a terra (...). Era irreal. Dava a impressão de um balé de bonecas. Mas era triste”³⁰⁹.

³⁰⁹ SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *Carta a um refém*. Babelcube Incorporated, 2017.

Conclusão

O século XX foi uma era em que, ao mesmo tempo que a humanidade alcançou feitos extraordinários, teve de enfrentar, para além do surgimento de ideologias extremistas – como o nazismo e o fascismo, que causaram um sofrimento indiscriminado –, outros enormes desafios e conflitos devastadores, que deixaram cicatrizes duradouras nas sociedades, como as duas guerras mundiais. Foram diversas as cidades destruídas e milhões as vidas ceifadas. Porém, milhões de indivíduos conseguiram fugir para outros países. Entre 1931 e 1945, Portugal acolheu milhares de refugiados, dos quais inúmeros eram pertencentes a classes mais abastadas que escolheram o eixo Estoril-Cascais para aí se alojarem.

Como vimos, a presente dissertação analisa três momentos entre 1931 e 1945, em que chegaram diversas vagas de refugiados a Portugal. No primeiro momento, que tem início em 1931 com o estabelecimento da Segunda República em Espanha, inúmeros espanhóis que não concordavam com o novo regime do seu país refugiaram-se em território português, nomeadamente devido à vigência do regime do Estado Novo. Estes refugiados, que eram maioritariamente de orientação política de direita e de classes sociais mais altas, ficaram hospedados sobretudo na região litoral do país, incluindo em Cascais e no Estoril. Com o estabelecimento do general espanhol Sanjurjo no Estoril, em 1934, foram-se instalando cada vez mais espanhóis nesta região.

O segundo momento tem início em 1936 com a Guerra Civil de Espanha, que levou um grande número de espanhóis a procurar abrigo em Portugal e, mais uma vez, Cascais e o Estoril serviram de refúgio para os mais ricos, particularmente os de ideologia nacionalista.

Durante estes dois primeiros períodos, entre 1931 e 1939, os cidadãos de nacionalidade espanhola não foram os únicos a tentar entrar em território português, uma vez que com as perseguições nazis aos judeus e aos antinazis, foram milhares os indivíduos que fugiram para outros países, entre eles Portugal. O regime do Estado Novo que, entre outras preocupações, receava o contágio político-ideológico, nomeadamente dos comunistas, e pretendia proteger o mercado de trabalho nacional, foi restringindo cada vez mais a entrada de estrangeiros em Portugal. Sendo na sua maioria republicanos, os refugiados da guerra civil que tentavam entrar no país não viram a sua entrada facilitada, tendo de encontrar outras maneiras de o fazer, nomeadamente de forma clandestina. Pelo contrário, aos nacionalistas espanhóis era permitida a sua circulação no país. Os refugiados das perseguições nazis, que inicialmente chegavam a Portugal sem grandes dificuldades, podendo trabalhar sob certas condições, foram-se também

tornando alvo de vigilância da PVDE, tendo-lhes sido aplicadas várias medidas que em muito dificultavam não só a sua entrada no país, como a sua vida e atividade profissional.

O terceiro momento tem início em 1939, com o princípio da Segunda Guerra Mundial. Milhares de refugiados fugiram dos seus países em direção a Portugal que, na maior parte das vezes, servia apenas como ponto de passagem, sendo em Lisboa que estes embarcavam para o continente americano, o seu destino de exílio definitivo. Inúmeros refugiados mais ricos optaram por se alojar em Cascais e no Estoril, onde o luxo servia de distração à realidade da guerra. Esta região atraiu ainda vários agentes de serviços secretos de ambos os lados do conflito.

Os refugiados destes três períodos que entraram em Portugal tinham origens, perfis socioprofissionais, orientação política e razões para fugir muito distintas, o que, contudo, não se verificou com os que se alojaram na região de Cascais e do Estoril, pelo menos em termos do perfil socioprofissional. De facto, todos aqueles que se concentraram nesta zona tinham uma maior capacidade económica – o que, aliás, lhes facilitou a sua entrada e fixação. Já os restantes refugiados, que se estabeleceram noutras zonas do país entre 1931 e 1945, eram, no geral, de classes menos privilegiadas – sobretudo os da Guerra Civil Espanhola –, e com menores posses em relação aos que se instalaram no eixo.

Na verdade, todos aqueles que se estabeleceram na região de Cascais e do Estoril eram de classes sociais mais altas. No entanto, as razões que os levaram a fugir eram diferentes. Os refugiados espanhóis (nacionalistas) que aí se alojaram a partir de 1931, fugiam do seu país por motivos políticos, na sequência da instauração da Segunda República Espanhola, tendo-se o eixo tornado um importante local de reunião (conspiração) para a preparação de um golpe militar que veio a ocorrer em julho de 1936 – e que desencadeou a Guerra Civil Espanhola. Durante este conflito, o Estoril, em particular, continuou a desempenhar um papel crucial na coordenação da estratégia nacionalista, bem como no acolhimento e tratamento dos nacionalistas feridos em combate. Por outro lado, muitos foram os refugiados que fugiam das perseguições nazis a partir de 1933, particularmente judeus, que se fixaram no eixo. Finalmente, com a Segunda Guerra Mundial, chegaram a Portugal milhares de refugiados que fugiam da guerra e/ou das perseguições nazis (entre eles diversas famílias), muitos dos quais se instalaram, ainda que temporariamente, no eixo, dada a proximidade do ponto a partir do qual poderiam embarcar para o continente americano. Há que assinalar que entre estes últimos refugiados se encontravam muitos políticos e indivíduos de áreas artísticas, oriundos sobretudo dos países ocupados pelos nazis.

Relativamente aos refugiados espanhóis simpatizantes da ideologia nacionalista que se hospedaram no eixo Estoril-Cascais, a imprensa local, designadamente o jornal *O Estoril*, deu grande destaque à sua presença, enaltecendo os seus feitos e conquistas e evidenciando, por outro lado, a estima e admiração que a população local lhes dedicava. Além disso, este periódico sublinha os grandes benefícios que a sua vinda trouxe para o turismo, referindo nomeadamente o general Sanjurjo que, desde a sua chegada ao eixo, em 1934, atraiu para aí muitos outros espanhóis de classe alta. Já em relação aos refugiados da Segunda Guerra, em geral as notícias na imprensa eram escassas, limitando-se a referir a presença dos “visitantes ilustres” que chegavam ao país³¹⁰.

Os refugiados que estiveram em Portugal, um país tão isolado e conservador, particularmente os que fugiam às perseguições nazis e, posteriormente, à Segunda Guerra, trouxeram uma nova energia ao país. Novas ideias, línguas, maneiras de vestir e costumes que, se por um lado foram mal vistos não só pelo regime como também por grande parte da sociedade portuguesa, por outro influenciaram muitos nacionais. Naturalmente, em zonas balneares, como é o caso do concelho de Cascais, o choque cultural foi ainda maior, sobretudo pelo vestuário que estes utilizavam – ou pela sua ausência. Neste contexto, o turismo nesta região teve um impacto significativo na economia portuguesa e também ao nível da mentalidade da população, o que obrigava o Estado Novo a tentar encontrar um equilíbrio entre a limitação à entrada de estrangeiros “indesejáveis” e a concessão de facilidades para que a economia saísse beneficiada com a presença daqueles que apenas vinham para Portugal em turismo.

O eixo Estoril-Cascais possuía inúmeras distrações, como o casino, as praias e os diversos eventos culturais, desportivos e de alta-costura que aí se organizavam, ajudando os refugiados a escapar à realidade de que estavam a fugir, razão pela qual esta região foi alvo privilegiado sobretudo dos nacionalistas espanhóis e, mais tarde, dos fugitivos das perseguições nazis e da guerra, que dispunham de uma maior riqueza. É este um dos pontos que diferencia a região de Cascais e do Estoril de outras zonas do país, como Figueira da Foz e Caldas da Rainha, centros de acolhimento de um muito maior número de refugiados, de diversas classes sociais.

Embora Portugal tenha sido responsável pela salvação de milhares de vidas, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, é importante reconhecer que essa ação humanitária não foi impulsionada diretamente pelo Estado Novo. Pelo contrário, grande parte dos esforços de salvamento deve-se à coragem e ao sentido humanitário de vários cônsules portugueses como

³¹⁰ Irene Pimentel in HENRIQUES, *Cascais: Território...*, 2014, p. 159.

Aristides de Sousa Mendes que, desafiando as ordens restritivas impostas pelo regime, concederam vistos a estrangeiros e a refugiados que, de outra maneira, poderiam ter enfrentado um destino trágico. Muitos destes refugiados, especialmente os que tinham poder financeiro, encontraram segurança temporária em Portugal, incluindo no concelho de Cascais. Este recurso era, porém, muitas vezes inacessível aos mais pobres que, sem os meios necessários para escapar da Europa ocupada, acabaram por ser capturados pelos nazis e deportados para campos de concentração, onde milhões perderam a vida.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes de Arquivo

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

- Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938)

Arquivo Histórico Municipal de Cascais

- Boletins de Alojamento de estrangeiros (1933-1954)

Arquivo Histórico-Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros

- Processo disciplinar de Aristides de Sousa Mendes, pasta 20, doc. 75-77 - Circular n.º 14, 11 de novembro de 1939

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção-Geral dos Negócios Políticos e Económicos

- Circular n.º 10, 28 de outubro de 1938, Bobine 125.

Legislação

Decreto n.º 14643, de 3 de dezembro de 1927, *Diário do Governo*, Série I, n.º 267

Decreto n.º 16386, de 18 de janeiro de 1929, *Diário do Governo*, Série I, n.º 15

Decreto n.º 19687, de 4 de maio de 1931, *Diário do Governo*, Série I, n.º 103

Decreto n.º 23516, de 27 de janeiro de 1934, *Diário do Governo*, Série I, n.º 23

Decreto n.º 28123, de 30 de outubro de 1937, *Diário do Governo*, Série I, n.º 253

Decreto n.º 31247, de 5 de maio de 1941, *Diário do Governo*, Série I, n.º 102

Periódicos

Diário de Lisboa, Lisboa (1931-1945)

Diário da Manhã, Lisboa (1931-1933)

O Estoril, Monte Estoril (1933-1942)

Obras memorialistas

COLAÇO, Branca Gonta e Maria ARCHER. *Memórias da Linha de Cascais*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1999.

GOMES, João Varela. *Guerra de Espanha. Acheegas ao redor da participação portuguesa*. Lisboa: Caderno Versus, 1987.

FOX, Ralph. *Portugal Now: Um Espião Comunista no Estado Novo*. Lisboa: Tinta-da-China, 2006.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *Carta a um refém*. Babelcube Incorporated, 2017.

SALAZAR, Oliveira. *Como se Levanta um Estado*. Lisboa: Atomic Books, 2007.

Estatísticas

Instituto Nacional de Estatística (1933), *Censo da População de Portugal no 1.º de dezembro de 1930 (7.º Recenseamento Geral da População)*, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional.

Instituto Nacional de Estatística (1945), *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de dezembro de 1940*, Distrito de Lisboa, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional.

Instituto Nacional de Estatística (1945), *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 13 de dezembro de 1940*, Distrito de Lisboa, Volume XII, Lisboa, Sociedade Tipográfica Limitada.

Blogues e sites

<https://acervo.publico.pt/revista2/portugueses-nos-campos-de-concentracao>

<http://casacomum.org/cc>

<https://diariodarepublica.pt/dr/home>

<https://www.dn.pt/cartaz/salazar-foi-cumplido-involuntario-do-holocausto-2854139.html/>

<https://ensina.rtp.pt/dossie/cadernos-da-ii-guerra-mundial/refugiados-e-holocausto/>

<https://www.esquerda.net/artigo/jaime-cortesao-e-os-antifascistas-portugueses-na-espanha-republicana-e-na-guerra-civil/72547>

<https://www.esquerda.net/audio/portugal-e-espanha-em-1931-uma-antecamara-da-grande-guerra-civil-europeia>

<http://mvasm.sapo.pt/BC/Arquivos/pt>

<https://observador.pt/programas/um-rei-na-boca-do-inferno/>

<https://restosdecolecta.blogspot.com/>

<http://sousamendesfoundation.org>

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim. *O roubo das almas: Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)*. Lisboa: D. Quixote, 2006.

ANJOS, Maria Cristina de Carvalho dos. *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais (1929-1939): Equipamentos, Eventos e Promoção do Destino*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

ARRANJA, Álvaro. “Jaime Cortesão na Espanha Republicana”. In *Jaime Cortesão*. Museu do Aljube Resistência e Liberdade, 2020, p. 75-83.

CADAVEZ, Maria Cândida. *A Bem da Nação - As Representações Turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Lisboa: Edições 70, 2017.

CARVALHO, Cristina (coord.) e João Miguel HENRIQUES (coord.). *Os 100 anos do Projeto Estoril: 1914-2014*. Cascais, Portugal: Câmara Municipal de Cascais, 2016.

CARVALHO, Cristina. “O parque hoteleiro: nos estoris cosmopolitas, 1930-1939”. *Dirhotel – Associação dos Directores de Hotéis de Portugal*. 2014, Nº. 15, p. 34-35.

CLÍMACO, Cristina. *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio (1927-1936)*. Lisboa: Colibri, 2017.

CUNHA, Luís. “A Guerra também foi nossa: Memórias Raianas da Guerra Civil Espanhola”. *O Pelourinho: Boletim de Relaciones transfronterizas*. 2020, Nº. 24, p. 105-118.

FARIA, Fábio Alexandre. “Passando a fronteira em tempos conturbados. Refugiados espanhóis em Portugal no decorrer da década de 1930”. *História: Revista da FLUP*. 2023, IV Série, Vol. 13, Nº 1, p. 54-74.

FARIA, Fábio Alexandre. “Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”. *Revista Portuguesa de História*. 2017, Nº 48, p. 61-84.

- FARIA, Fábio Alexandre. *Refugiados espanhóis em Portugal: entre a repressão policial e a solidariedade popular (1936-1945)*. Tese de Doutoramento, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2021.
- FARIA, Fábio Alexandre e Maria João VAZ. “Refugiados espanhóis em Castro Laboreiro (1936-1939)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 2020, Vol. 20, p. 221-242.
- FARINHA, Luís. “Jaime Cortesão na resistência republicana contra a ditadura e o Estado Novo”. In *Jaime Cortesão*. Museu do Aljube Resistência e Liberdade, 2020, p. 55-75.
- FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues. *Iberismo, hispanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016.
- GATRELL, Peter. *The Making of the Modern Refugee*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- GILBERT, Martin. *História do Século XX*. Vol. I-IV. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2009.
- GÓMEZ, Hipólito de la Torre. *A relação peninsular na antecâmara da guerra civil de Espanha (1931-1936)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- GRAHAM, Helen. *Breve história da Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Tinta-da-China Editores, 2006.
- HENRIQUES, João Miguel (coord.). *Cascais: Território. História. Memória. 650 anos. (1364-2014)*. Cascais: Câmara Municipal, 2014.
- HENRIQUES, João Miguel. *Da Riviera portuguesa à Costa do Sol (Cascais, 1850-1930)*. Lisboa: Edições Colibri; Cascais: Câmara Municipal, 2011.
- HERNÁNDEZ, Aurelio Velázquez. “Fugitivos en tránsito. El exilio republicano español a través de Portugal (1936-1950)”. *Hispania*. 2017, Vol. 77, N.º. 257, p. 857-883.
- HERNÁNDEZ, Aurelio Velázquez. “The Unitarian’s Service Committee Marseille Office and the American networks to aid Spanish refugees. (1940-1943)”. *Culture and History Digital Journal*. 2019, Vol. 8, N.º. 2.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KAPLAN, Marion. *Os Refugiados Judeus de Hitler: Esperança e ansiedade em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2022.
- LINO, Verena Lindemann. *Remembering World War II Refugees in Contemporary Portugal: A Translational Perspective on Transcultural Memory*. Volume 30 in Media and Cultural Memory. Berlin, Boston: De Gruyter, 2021.

- LOFF, Manuel. “A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa”. *Ler História*. 2006, Nº. 51, p. 77-131.
- LOFF, Manuel, Filipe PIEDADE e Carlos Zacarias de Sena JÚNIOR. “Entre guerras mundiais (1918-1939): entre a paz e a guerra, crise do sistema liberal, Revolução e fascismo”. *História: Revista da FLUP*. 2020, IV Série, vol. 10, Nº. 1, p. 3-7.
- LOPES, Moisés Alexandre Antunes. *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): o caso de Elvas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017.
- MARRUS, Michael R.. *The Unwanted: European refugees from the First World War through the Cold War*. New York: Temple University Pres, 2001.
- MARTÍNEZ, Bárbara Ortuño. *El exilio y la emigración española de posguerra en Buenos Aires, 1936-1956*. Tesis Doctorales, Universidad de Alicante, 2010.
- MARTINS, Jorge Carvalho. *Portugal e os Judeus*. Lisboa: Âncora Editora, 2021.
- MATOS, Helena. *Costa do Estoril: Um Século de Turismo*. Cascais: Junta de Turismo da Costa do Estoril, 2000.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: Uma biografia política*. Alfragide: Dom Quixote, 2010.
- NUNES, João Paulo Avelãs. “Antijudaísmo e antisemitismo moderado, em Portugal, nas décadas de 1930 e 1940”. In SENKMANN, Leonardo e Avraham MILGRAM (Eds.). *Cultura, ideología y fascismo: Sociedad civil iberoamericana y Holocausto*. Madrid: Iberoamericana, 2020, pp. 305-342.
- OLIVEIRA, César. *Cem anos nas relações luso-espanholas: Política e Economia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.
- OLIVEIRA, César. “Guerra Civil de Espanha”. In BARRETO, António e Maria Filomena MÓNICA (coords.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, vol. VIII.
- OLIVEIRA, César. “Oliveira Salazar e a Política Externa Portuguesa: 1932-1968”. In *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- OLIVEIRA, César. *Portugal e a II República de Espanha, 1931-1936*. Lisboa: Perspetivas & Realidades, 1985.
- OLIVEIRA, César. *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1987.
- ORLÉANS, Charles-Philippe D'. *Reis no Exílio: Portugal refúgio real*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.
- PEREIRA, Carolina Henriques. *Refugiados da Segunda Guerra Mundial nas Caldas da Rainha (1940-1946)*. Lisboa: Edições Colibri, 2017.

- PIMENTEL, Irene Flunser. *A cada um o seu Lugar: A política feminina do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- PIMENTEL, Irene Flunser. *Espiões em Portugal durante a II Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.
- PIMENTEL, Irene Flunser. *Holocausto*. Lisboa: Temas e Debates, 2020.
- PIMENTEL, Irene Flunser. *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial: Em fuga de Hitler e do Holocausto*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006.
- PIMENTEL, Irene Flunser e Margarida de Magalhães RAMALHO. *O Comboio do Luxemburgo: Os refugiados judeus que Portugal não salvou em 1940*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016.
- QUEIRÓS, António José. “As relações luso-espanholas: do final da Primeira República ao Tratado de Amesterdão (1926 -1997)”. *População e Sociedade*. 2009, n.º 17, p. 131- 153.
- RAMALHO, Margarida de Magalhães. *Fios Vermelhos: Portugal, a última esperança*. Lisboa: Clube do Autor, 2021.
- RIBEIRO, Maria da Conceição. *A polícia política no Estado Novo: 1926-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- RODRÍGUEZ, Alberto Pena. “A guerra de propaganda de Salazar. Os correspondentes portugueses e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”. *Media & Jornalismo*. 2003, Vol. 3, p. 9-22.
- RODRÍGUEZ, Alberto Pena. *Galicia, Franco y Salazar: La emigración gallega en Portugal y el intercambio ideológico entre el franquismo y el salazarismo (1936-1939)*. Vigo: Servicio de Publicación da Universidade de Vigo, 1999.
- RODRÍGUEZ, Alberto Pena. *Salazar y el Fascismo Español. Propaganda franquista y salazarista en la colonia española en Portugal (1933-1939)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- RODRÍGUEZ, Jonay Pérez. *Los indeseables españoles: La gestión de los refugiados en Francia (1936-1945)*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2022.
- ROSAS, Fernando. *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- ROSAS, Fernando. *Salazar e os Fascismos*. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- SARDICA, José Miguel. *Ibéria: A Relação entre Portugal e Espanha no século XX*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2013.
- SCHAEFER, Ansgar. *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

- SILVA, João Paulo Ascenso Pereira. “Ralph Fox e Portugal Now: a Odisseia de um Militante Comunista à Descoberta do País de Salazar”. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. 2009, N° 18, p. 207- 238.
- SIMÕES, Dulce. “A construção da memória pública dos refugiados da Guerra Civil Espanhola”. *O Pelourinho: Boletim de Relaciones Transfronterizas*. 2020, N.º 24, p. 79-103.
- SIMÕES, Dulce. *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola: Resistências, Solidariedades e usos da Memória*. Lisboa: Edições Colibri, 2016.
- VAQUINHAS, Irene Maria. “A Figueira da Foz como “lugar de memória” na rota da fuga da Europa ocupada durante a 2ª Grande Guerra (1943-1945). Proposta de itinerário histórico”. Em MAGALHÃES Fernando, Luciana Ferreira da COSTA, Francisca Hernández HERNÁNDEZ e Alan CURCINO (coord.). *Museologia e Património*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, 2019, Vol. 2, p. 10-36.
- VAQUINHAS, Irene Maria. “Huyendo de la guerra civil: los refugiados españoles en Figueira da Foz (1936-1939)”. In *Pensar con la Historia desde el siglo XXI: Actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*. Madrid: UAM EDICIONES, 2015, p. 4833-4854.
- VENNER, Dominique. *O Século de 1914: Utopias, Guerras e Revoluções na Europa do Século XX*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2009.
- VICENTE, António Pedro. *Espanha e Portugal: Um olhar sobre as relações peninsulares no século XX*. Lisboa: Tribuna da História, 2003.
- VICENTE, Gracinda Maria Gil Marques Borrero. *Hotel Palácio Estoril - Turismo e lazer em tempos de mudança (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2019.

Anexos

Anexo A

Hotel Palácio, no Estoril, década de 1940



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais (PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAP/A/385)

Anexo B

**Príncipe Takamatsu, irmão do Imperador Hirohito do Japão, e a sua esposa, Kikuko, no
Hotel Palácio, 1930**



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais (PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/HPL/A/001/001 LV 001/0051)

Anexo C

Receção da Família Real Japonesa no Hotel Palácio. Ao centro, o Presidente da República, Óscar Carmona, 1930



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais (PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/HPL/A/001/001 LV 001/0053)

Anexo D
Hotel Palácio Estoril na atualidade



Fonte: Fotografia da autora³¹¹.

³¹¹ As fotografias da autora foram tiradas entre 2023 e 2024.

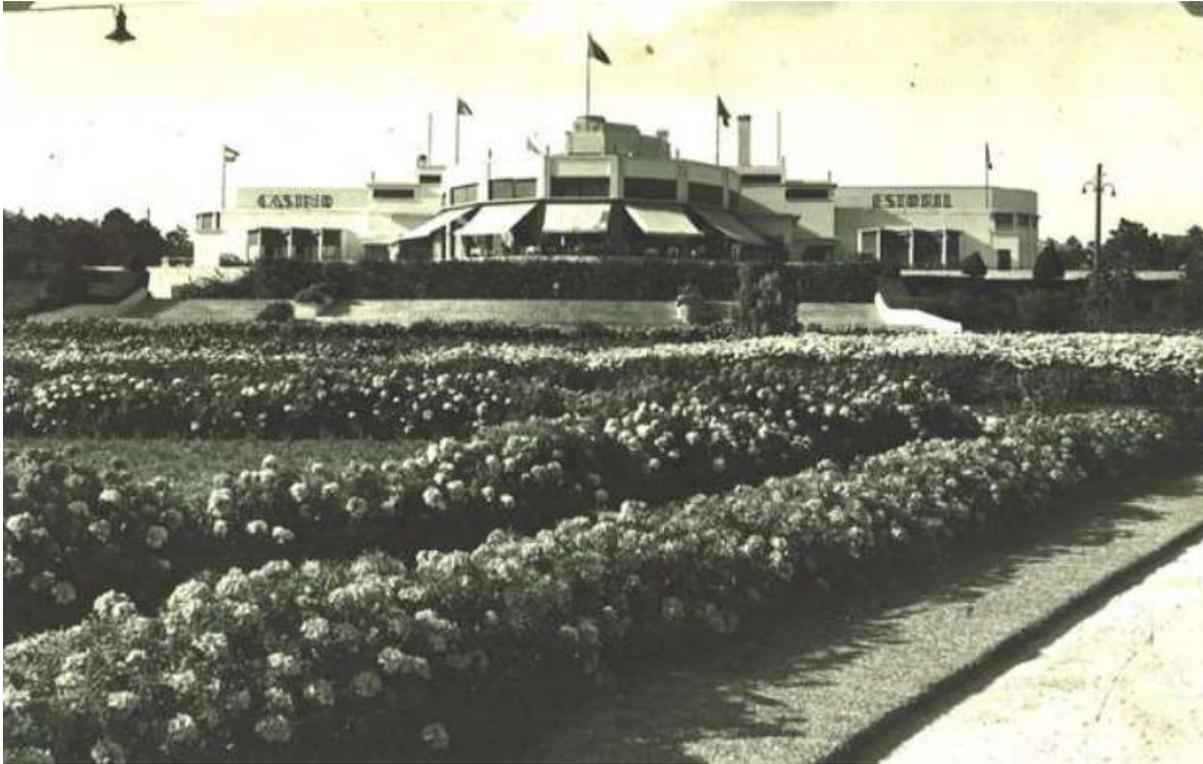
Anexo E

Jardins do Casino Estoril. Ao fundo, o Hotel Palácio (atualmente)



Fonte: Fotografia da autora.

Anexo F
Casino Estoril, década de 1930



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais (PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/HPL/A/001/002 LV 002/0028)

Anexo G
Casino Estoril atualmente



Fonte: Fotografia da autora.

Anexo H
Jardins do Casino Estoril na atualidade



Fonte: Fotografia da autora.

Anexo I

Estátua de Fausto Figueiredo nos Jardins do Casino Estoril



Fonte: Fotografia da autora.

Anexo J

Praia do Tamariz, no Estoril, década de 1930



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais (PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/HPL/A/001/001 LV 001/0693)

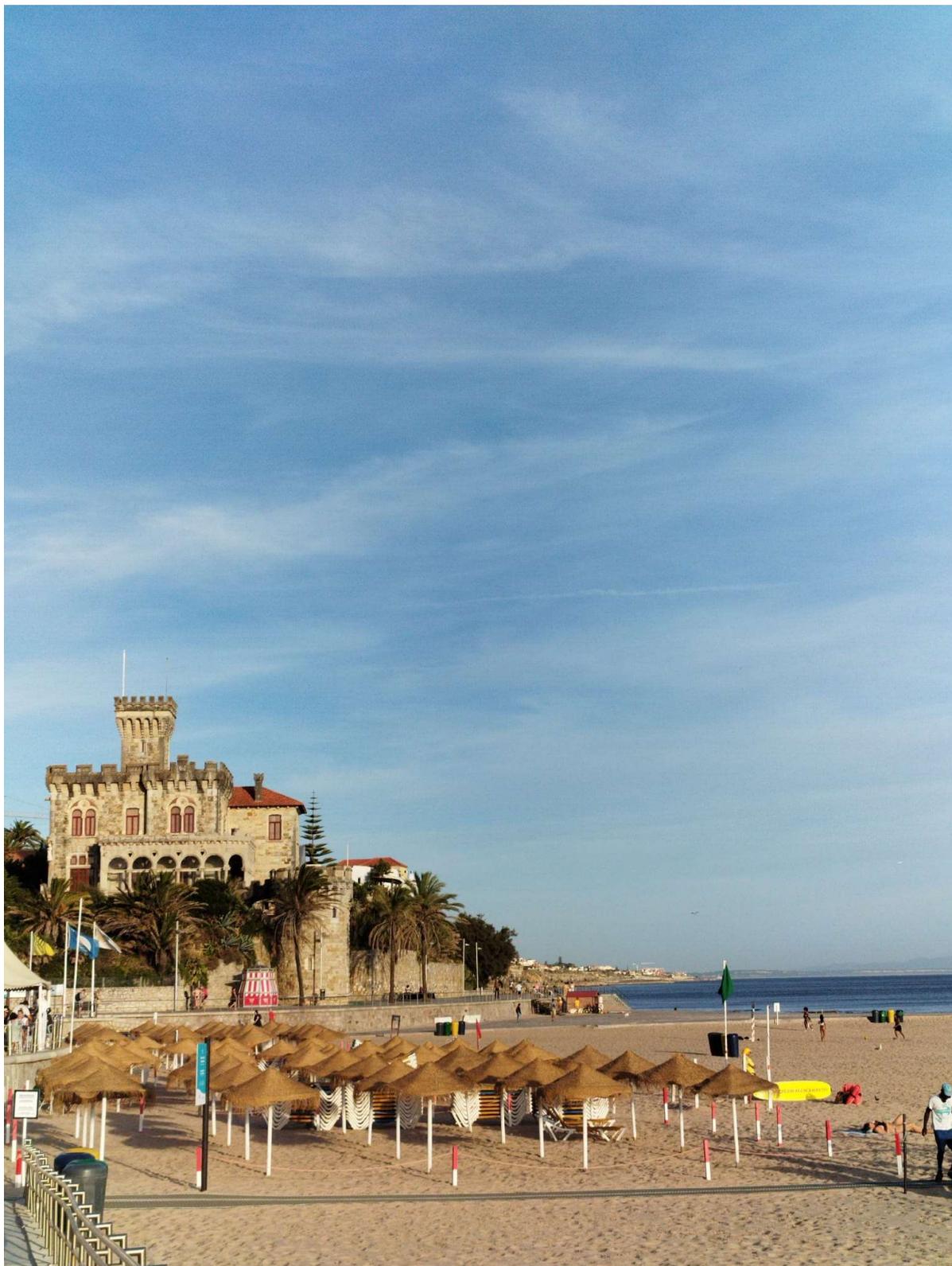
Anexo K

Banhistas na Praia do Tamariz, década de 1930



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais (PT/CMCSC-AHMCSC/AEMP/HPL/A/001/001 LV 001/0424)

Anexo L
Praia do Tamariz na atualidade



Fonte: Fotografia da autora.

Anexo M

Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, década de 1930



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais (PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/00631)

Anexo N
Museu Condes de Castro Guimarães na atualidade



Fonte: Fotografia da autora.

Anexo O

Casa de Santa Maria. Ao fundo, Farol de Santa Marta, década de 1950



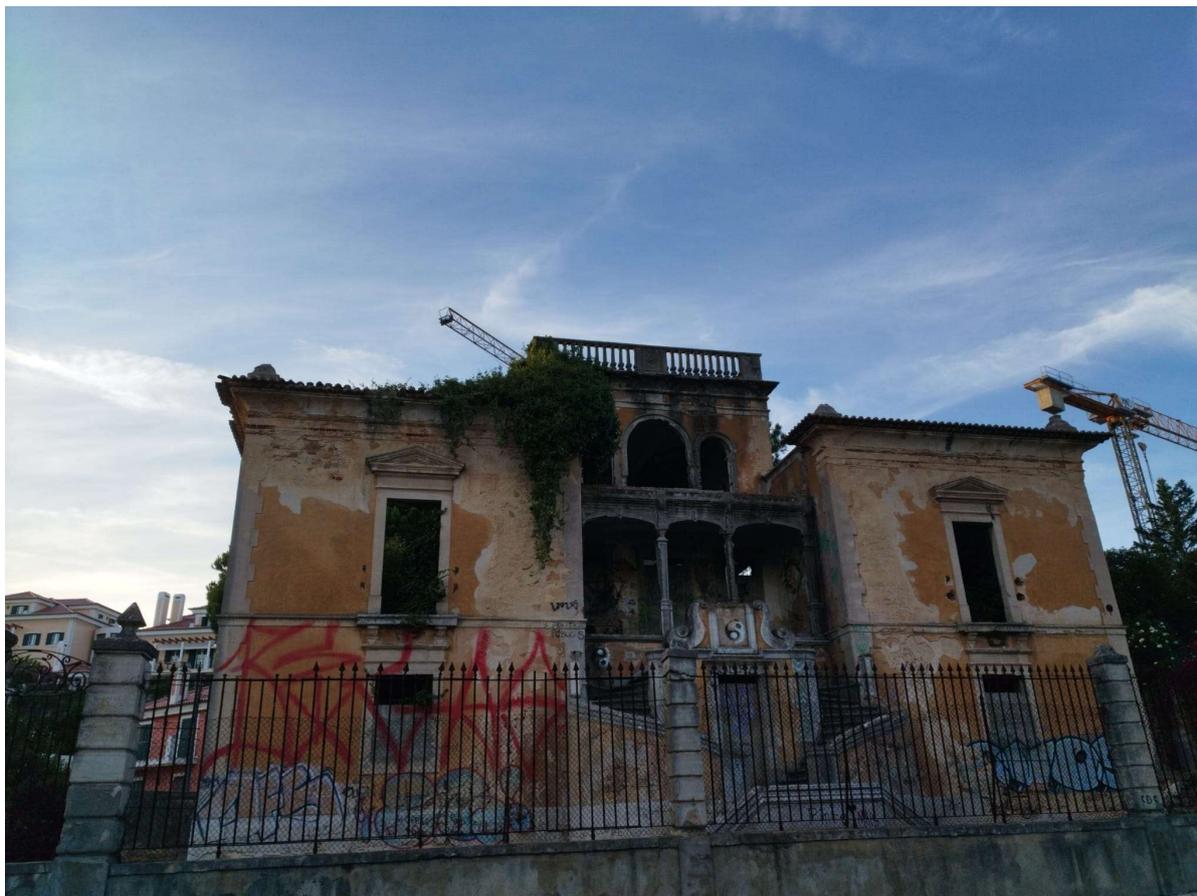
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais (PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAP/A/069)

Anexo P
Casa de Santa Maria na atualidade



Fonte: Fotografia da autora.

Anexo Q
Ruínas da Bom Refúgio Guest House, no Estoril



Fonte: Fotografia da autora.

Anexo R

General Sanjurjo acompanhado da sua esposa e do seu filho na chegada a Lisboa, 1934



Fonte: *O Estoril*, nº 120, Ano IV, 29 de abril de 1934, p. 1.

Anexo S

General Sanjurjo a dar um autógrafo ao jornal *O Estoril*, 1934



El periódico "Estoril" me pide la
heja una impressão de mi llegada
a terra portuguesa, me complice
devido por estar encantado de
haber llegado a este país ^{noble} temporario
e bspañol y cerca del rio que
pas por la ciudad de Toledo,
donde aprendi en mis años
novos, el castiño y devoro
por mi patria y
J. Sanjuli

Fonte: O Estoril, nº 120, Ano IV, 29 de abril de 1934, p. 1.

Anexo T

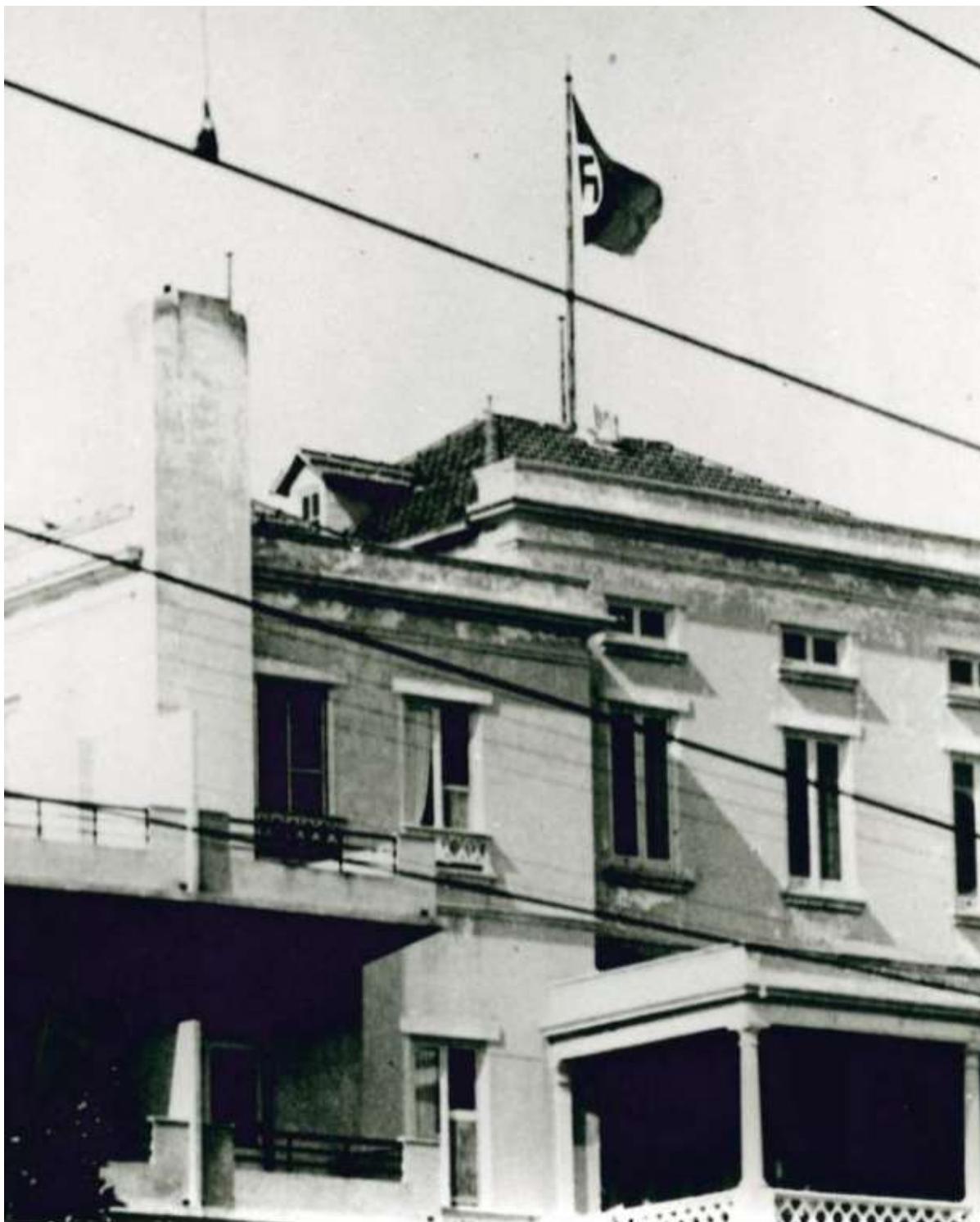
Cortejo do funeral do general Sanjurjo junto à estação do Estoril, 1936



Fonte: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 41, doc. 1006K, ANTT.

Anexo U

Bandeira do Partido Nazi hasteada no Hotel Atlântico, no Monte Estoril, década de 1940



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais (PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/B/00062 CX 001)

Anexo V

Duques de Windsor na casa do banqueiro Ricardo Espírito Santo, em Cascais, 1940



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais (PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/B/00127 CX 001)

Anexo W

Crianças refugiadas, após a sua chegada a Lisboa, durante a sua primeira refeição na Colónia Balnear Infantil O Século, em S. Pedro do Estoril, 1941



Fonte: Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 80, doc. 1169P, ANTT.

Anexo X

Crianças refugiadas, após a sua chegada a Lisboa, durante a sua primeira refeição na Colónia Balnear Infantil O Século, em S. Pedro do Estoril, 1941



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais (PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/B/00154 CX 001)

Anexo Y

Crianças e jovens adultos refugiados durante a sua primeira refeição na Colónia Balnear Infantil O Século, em S. Pedro do Estoril, 1941



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais (PT/CMCSC-
AHMCSC/AFTG/CAM/B/00156 CX 001)

Anexo Z

Crianças refugiadas a brincar na Colónia Balnear Infantil O Século, 1941



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais (PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/B/00153 CX 001)

Anexo AA

Crianças refugiadas na Colónia Balnear Infantil O Século, 1941



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais (PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/B/00155 CX 001)

Anexo BB

Boletim individual de alojamento de Antoine de Saint-Exupéry no Hotel Palácio

009-001-004 D5 004

089

BOLETIM INDIVIDUAL

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto lei N.º 28.327)

Nome completo Nom et prénom		<i>Antoine de Saint Exupéry</i>	
Nacionalidade Nationalité		<i>Françesa</i>	
Nascimento Naissance	local lieu	<i>Lyons</i>	
	data date	<i>29</i> de <i>Junh</i> de 1 <i>900</i>	
Profissão Profession		<i>Escritor</i>	
Domicilio habitual Domicile habituel		<i>52 rue Michel Ange Paris</i>	
Documentos de viagem Documents de voyage	Passaporte Passeport	(a) <i>Passaport N.º 536</i>	
	Expedido em Delivré à	<i>Chirmon-Ferrand</i>	
	Data Date	<i>10</i> de <i>10</i> de 1 <i>940</i>	
Auto.		N.º	
Data - Date		Assinatura - Signature	
<i>28 / XI / 1940</i>		<i>W. ...</i> <i>401</i>	

Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade.
Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo CC

Boletim individual de alojamento de René Clair no Hotel Palácio

BOLETIM INDIVIDUAL 016

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto lei N.º 26.327)

Nome completo Nom et prénom		<i>Chromette René Clair</i>	
Nacionalidade Nationalité		<i>Chromette René Clair</i> <i>FRANCOESA</i>	
Nascimento Naissance	local lieu	<i>FRANCOESA Paris</i>	
	data date	<i>11</i> de <i>11</i> de <i>1898</i>	
Profissão Profession		<i>Realizador de filmes</i>	
Domicilio habitual Domicile habituel		<i>Paris</i>	
Documentos de viagem Documents de voyage	Passaporte Passeport	(a) <i>Passaporte N.º 468</i>	
	Expedido em Delivré à	<i>Londres</i>	
	Data Date	<i>2</i> de <i>Setembro</i> de <i>1938</i>	
Auto.	N.º		
Data - Date		Assignatura - Signature	
<i>7/7/1940</i>		<i>Mulley</i>	

Indicar se é passaporte; cédula pessoal ou certificado de nacionalidade.
Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo DD

Boletim individual de alojamento de Julien Duvivier no Hotel Palácio

BOLETIM INDIVIDUAL 021

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto lei N.º 20.327)

Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalização. Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.	Nome completo Nom et prénom		Duvivier Julien	
	Nacionalidade Nationalité		Francesa	
Nascimento Naissance	local lieu	França		
	data date	7 de Outubro de 1898		
Profissão Profession		Realizador de Filmes		
Domicilio habitual Domicile habituel		Nice		
Documentos de viagem Documents de voyage	Passaporte Passeport	(a) Passaporte N.º 08281.		
	Expedido em Delivré à	Paris		
	Data Date	de _____ de 1 _____		
Auto.		N.º _____		
Data Date		21 / 7 / 1940		
		Assinatura - Signature Julien Duvivier		

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo EE

Boletim individual de alojamento de Jean Lévy-Strauss no Hotel Palácio

109

BOLETIM INDIVIDUAL

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto-lei N.º 28.327)

Nome completo Nom et prénom		Jean Strauss Lévy	
Nacionalidade Nationalité		Francese	
Nascimento Naissance	local lieu	Bucaresti	
	data date	20 de Fevereiro de 1898	
Profissão Profession		Cineasta	
Domicilio habitual Domicile habituel		Paris	
Documentos de viagem Documents de voyage	Passaporte Passeport	(a) <i>Passport</i>	N.º 22421
	Expedido em Delivré	Paris	
	Data Date	7 de Junho de 1908	
Auto.	N.º		
Data - Date		Assignatura - Signature	
20/6/1940		<i>J. Strauss</i>	

(a) Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade.
Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

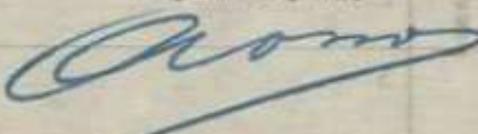
Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo FF

Boletim individual de alojamento de Adolphe Roger Osso no Hotel Palácio

BOLETIM INDIVIDUAL 10

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto lei N.º 26.347)

Nome completo Nom et prénom		Adolphe Roger Osso	
Nacionalidade Nationalité		Francês	
Nascimento Naissance	local lieu	Lisboa	
	data date	8 de 9 de 1893	
Profissão Profession		Realizador de Filmes	
Domicílio habitual Domicile habituel		Lisboa	
Documentos de viagem Documents de voyage	Passaporte Passport	(a) Passaporte N.º 22592	
	Expedido em Delivré à	Lisboa	
	Data Date	12 de Janeiro de 1944	
Autó. N.º			
Data - Date		Assinatura - Signature	
41/7/44			

Indicar se o passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade.
Indiquer si le passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo GG

Boletim individual de alojamento de Jacques Brugnon no Hotel Palácio

31

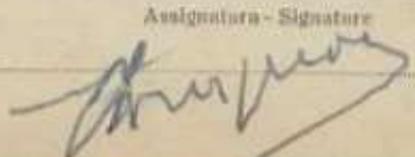
BOLETIM INDIVIDUAL

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto lei N.º 26.327)

Nome completo Nom et prénom		Jacques Brugnon	
Nacionalidade Nationalité		França	
Nascimento Naissance	local lieu	Paris	
	data date	11 de Maio de 1891	
Profissão Profession		—	
Domicílio habitual Domicile habituel		Carnes Paris	
Documentos de viagem Documents de voyage	Passaporte Passeport	(a) Passaporte N.º 109	
	Expedido em Delivré à	Grasse	
	Data Date	13 de Março de 1936	
Auto.		N.º	

(a) Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade.
Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

Data - Date: 24 / 7 / 1940

Assinatura - Signature: 

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

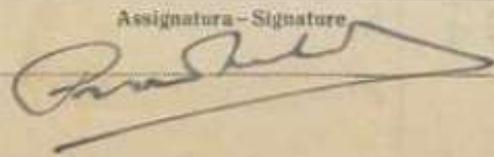
Anexo HH

Boletim individual de alojamento de Paul Guillaume van Zeeland no Hotel Palácio

61

BOLETIM INDIVIDUAL

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto Lei N.º 28.327)

Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade. Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.	Nome completo Nom et prénom		Paul van Zeeland	
	Nacionalidade Nationalité		Belga	
Nascimento Naissance	local lieu	Saignies		
	data date	11 de Junho de 1898		
Profissão Profession		Primeiro Ministro		
Domicilio habitual Domicile habituel		Belgica		
Documentos de viagem Documents de voyage	Passaporte Passe port	Canap. Diplomate 342 / 3554		
	Expedido em Delivré à	Bruxella		
	Data Date	4 de Abril de 1940		
Auto.		N.º		
Data - Date		Assignatura - Signature		
23 / 6 / 1940				

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo II

Boletim individual de alojamento de Zita Perczel Weill no Hotel Palácio

BOLETIM INDIVIDUAL 018

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto-lei N.º 26.327)

Nome completo Nom et prénom		Zita Perczel Weill	
Nacionalidade Nationalité		Francesa	
Nascimento Naissance	local lieu	Budapeste	
	data date	26 de 1918	
Profissão Profession		Artista dramática	
Domicílio habitual Domicile habituel		Paris	
Documentos de viagem Documents de voyage	Passaporte Passeport	(a) França N.º 41976	
	Expedido em Delivré à	Paris	
	Data Date	20 de 1919	
Auto.		N.º	
Data Date		31 de 1940	
Assignatura - Signature		Zita Perczel	

Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de micronacionalidade.
Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo JJ

Boletim individual de alojamento de Isaiah Berlin no Hotel Palácio

BOLETIM INDIVIDUAL

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto lei N.º 26.327)

Nome completo Nom et prénom		Isaiah Berlin	
Nacionalidade Nationalité		British	
Nascimento Naissance	local lieu	Riga (Lithuanic)	
	data date	6 de 6 1909 de 1	
Profissão Profession		Civil Servant (Temp.)	
Domicilio habitual Domicile habituel		Oxford, England	
Documents de viagem Documents de voyage	Passaporte Passeport	(a) British	N.º 349681
	Expedido em Delivré à	London	
	Data Date	2 de Julho de 1940	
Auto.		N.º	
Data - Date		Assignatura - Signature	
191 X 1940		x Isaiah Berlin	

(a) Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade.
Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

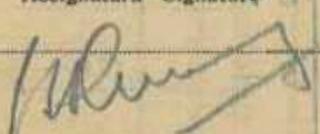
Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo KK

Boletim individual de alojamento de Ian Lancaster Fleming no Hotel Palácio

BOLETIM INDIVIDUAL

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto-lei N.º 26.327)

Nome completo Nom et prénom		Ian Lancaster Fleming	
Nacionalidade Nationalité		Inglesa	
Nascimento Naissance	local lieu	Londres	
	data date	28 de Junho de 1908	
Profissão Profession		Governo Oficial	
Domicilio habitual Domicile habituel		Inglaterra	
Documentos de viagem Documents de voyage	Passaporte Passeport	(a) Passaporte N.º 193543	
	Expedido em Delivré à	Fouiga Office	
	Data Date	23 de Fevereiro de 1941	
Auto.		N.º	
(a)		Data - Date	Assignatura - Signature
		20 / 5 / 1941	

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo LL

Boletim individual de alojamento de Vinicius de Moraes no Hotel Paris

2

BOLETIM INDIVIDUAL

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(aprovado pelo Decreto-lei N.º 26.327)

Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade.
Indiquer s'il s'agit de passeport, cart d'identité ou autorisation de résidence.

Nome completo Nom et prénom		Mr. Vinicius de Moraes
Nacionalidade Nationalité		Brasileiro
Nascimento Naissance	local lieu	Distrito Federal (Brasil)
	data date	19 de Outubro de 1913
Profissão Profession		Bacharel em Direito
Domicílio habitual Domicile habituel		Distrito Federal (Brasil)
Documentos de viagem Documents de voyage	Passaporte Passeport	(a) Passaporte N.º P. E. 21636
	Expedido em Delivré à	Rio de Janeiro
	Data Date	2 de Setembro de 1938
Auto		N.º

(a)

Data — Date: 7.9.1939 Assinatura — Signature: Vinicius de Moraes

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo MM

Boletim individual de alojamento de Leslie Howard no Hotel Atlântico

BOLETIM INDIVIDUAL

Para os efeitos do art. 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929

(aprovado pelo Decreto-lei N.º 26.327)

Nome completo Nom et prénom		Leslie Howard	
Nacionalidade Nationalité		Inglesa	
Nascimento Naissance	local lieu	Londres	
	data date	3 de April de 1913	
Profissão Profession		Director e Actor de Cinema	
Domicilio habitual Domicile habituel		U. S. A.	
Documentos de viagem Documents de voyage	Passaporte Passeport	(a) Passaporte N.º 8073	
	Expedido em Delivré à	Londres	
	Data date	27 de Março de 1942	
Auto.		N.º	
Data—Date		Assinatura—Signature	
1.5.1943		Leslie Howard	

(a) Indicar se é passaporte, ceda la pessoal en certificado de nacionalidade. Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo NN

Boletim individual de alojamento de Dusko Popov no Hotel Palácio

BOLETIM INDIVIDUAL

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929

(Aprovado pelo Decreto lei N.º 26.327)

Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade. Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.	Nome completo Nom et prénom		Dusko Popov	
	Nacionalidade Nationalité		Yugoslava	
Nascimento Naissance	local lieu	—		
	data date	de — de 1		
Profissão Profession		Diplomata		
Domicilio habitual Domicile habituel		Londres		
Documentos de viagem Documents de voyage	Passaporte Passeport	(a)	Diplomata N.º 14	
	Expedido em Delivré à	Londres		
	Data Date	9 de junho de 1943		
Auto.		N.º		
Data - Date		Assinatura - Signature		
31/3/1944		D. M. Popov		

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo OO

Boletim individual de alojamento de Martha Dickie Sharp no Grande Hotel

BOLETIM INDIVIDUAL 25

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto-lei N.º 26.327)

<i>Nome completo Nom et prénom</i>		Martha Dickie Sharp.	
<i>Nacionalidade Nationalité</i>		Estados Unidos America	
<i>Nascimento Naissance</i>	<i>local lieu</i>	Providence	
	<i>data date</i>	25 de Abril de 1905	
<i>Profissão Profession</i>		/r	
<i>Domicílio habitual Domicile habituel</i>		E. U. A.	
<i>Documentos de viagem Documents de voyage</i>	<i>Passaporte Passeport</i>	Passaporte N.º 6121	
	<i>Expedido em Delivré à</i>	Washington	
	<i>Data Date</i>	25 de Janeiro de 1929	
<i>Auto.</i>		N.º	
<i>Data-Date</i>		<i>Assinatura-Signature</i>	
20.6.1940		Martha D. Sharp	

(a) { Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade.
Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo PP

Boletim individual de alojamento de Waitstill Hastings Sharp no Grande Hotel

BOLETIM INDIVIDUAL

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto-lei N.º 26.327)

<i>Nome completo Nom et prénom</i>		Waitstill Hastings Sharp.	
<i>Nacionalidade Nationalité</i>		Estados Unidos d'America	
<i>Nascimento Naissance</i>	local lieu	Boston	
	data date	1 de Maio de 1902	
<i>Profissão Profession</i>		Padre	
<i>Domicílio habitual Domicile habituel</i>		Estados Unidos d'America	
<i>Documentos de viagem Documents de voyage</i>	Passaporte Passeport	Passaporte N.º 6120	
	Expedido em Delivré à	Washington	
	Data Date	25 de Janeiro de 1919	
<i>Auto.</i>		N.º	
Data-Date		20 / 6 / 1940	
		Assinatura-Signature Waitstill H. Sharp	

(a) { Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade.
Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résident.

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo QQ

Boletim individual de alojamento de Nevarte Gulbenkian no Hotel Palácio

1

BOLETIM INDIVIDUAL

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto lei N.º 26.327)

Nome completo Nom et prénom		Gulbenkian Nevarte	
Nacionalidade Nationalité		IRANIENNE	
Nascimento Naissance	local lieu	Conlarhiste	
	data date	de 1875 de 1	
Profissão Profession		Eponse de Diplomate	
Domicilio habitual Domicile habituel		51 Avenue d'Ina Paris.	
Documentos de viagem Documents de voyage	Passaporte Passeport	(a) Diplomatique N.º 154	
	Expedido em Delivré à	Legation de l'IRAN	
	Data Date	de 22 Avril de 1942	
Auto.		N.º /	
Data - Date		Assignatura - Signature	
517/1942		Nevarte Gulbenkian	

(a) Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade.
Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo RR

Boletim individual de alojamento de Calouste Gulbenkian no Hotel Palácio

BOLETIM INDIVIDUAL DE ALOJAMENTO

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo De. N.º 10.327)

Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade. Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.	Nome completo Nom et prénom		Calouste Gulbenkian	
	Nacionalidade Nationalité		Armenienne	
Nascimento Naissance	local lieu	Stamboul		
	data date	de 1869 de 1		
Profissão Profession		Diplomate Franca		
Domicilio habitual Domicile habituel		Hotel Aiaz Lioboz		
Documentos de viagem Documents de voyage	Passaporte Passeport	(a)	Diplomate	
	Expedido em Delivré à	Dezembro 1926		
	Data Date	de de 1		
Auto.		N.º		
Data - Date		Assignatura - Signature		
9 15 1944				

Recebi a declaração de alojamento do estrangeiro: *Armenien*
Calouste Gulbenkian

O Funcionario
[Signature]

9 15 1944 (a)

N. B. - Este talão deve ser devolvido à Repartição que o passou, quando o estrangeiro deixar esse alojamento, com a data da saída.

data da saída do estrangeiro
18 1944

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Anexo SS

Boletim individual de alojamento de Nubar Sarkis Gulbenkian no Hotel Palácio

BOLETIM INDIVIDUAL

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto-lei N.º 26.327)

Nome completo Nom et prénom		GULBENKIAN Nubar Sarkis	
Nacionalidade Nationalité		Lan	
Nascimento Naissance	local lieu	Kadi Keui	
	data date	2 de VI de 1946	
Profissão Profession		Diplomat	
Domicilio habitual Domicile habituel		London - St James Club, Piccadilly W	
Documentos de viagem Documents de voyage	Passaporte Passeport	(a) Passaport d'Ungarie N.º 932	
	Expedido em Delivré à	London	
	Data Date	17 de XI de 1933	
Auto.		N.º	

(a) Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade.
Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

Data - Date: 27 / 10 / 1946

Assignatura - Signature: *[Handwritten Signature]*

326

Fonte: Boletins de Alojamento de estrangeiros, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.